



A capacitação de pessoas em risco de exclusão social e a sua contribuição para o desenvolvimento local: O papel das Organizações de Economia Social no Concelho de Alpiarça

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Organizações de Economia Social

Vanessa Isabel Nalha

Orientador:

Professor Doutor Pedro Oliveira

Coorientador:

Professor Doutor João Serrano

Fevereiro de 2020

AGRADECIMENTOS

Quero expressar a minha gratidão a todos os que me acompanharam ao longo da realização deste projeto e que de alguma forma me apoiaram e incentivaram a realizá-lo e concluí-lo. Agradeço em particular:

Ao Professor Doutor Pedro Oliveira e Professor Doutor João Serrano pela orientação, disponibilidade, desafios lançados e incentivo que deram ao longo de toda a elaboração do presente trabalho.

À Associação Independente de Desenvolvimento Integrado de Alpiarça – AIDIA, pela oportunidade e confiança de participar neste projeto de inclusão social através da dinamização de 600h de capacitação.

Ao Dr. João Arraiolos, Vereador com o Pelouro da Educação e Ação Social, Presidente do CLAS de Alpiarça um agradecimento muito especial pela oportunidade, colaboração e partilha de conhecimento sobre a importante atuação das Autarquias Locais, assim como à Presidente da Junta de Freguesia, Fernanda Cardigo por todo o apoio dado durante todos estes meses, bem como aos restantes eleitos e colaboradores do Município de Alpiarça que tão bem me acolheram neste processo.

Aos colegas de trabalho por toda a paciência e incentivo, em especial à Filipa Filipe, ao Ricardo Luciano, Rita Hipólito, Rui Oliveira, Hugo Rama, Dora João, Miguel Moita, Luísa Gargalo, Carla Borba, Nuno Paulino, Carlos Lains, Teresa Freitas e Juliana Gomes.

Aos “padrinhos de curso” Tânia Graça e João Costa.

Às minhas formandas, a quem não vou deixar de acompanhar ...

À Dr.^a Ana Maria Feliciano, À Dr.^a Vânia Conde e Dr.^a Marisa Fatana, Diretoras Técnicas e Coordenadora Técnica de ERPI das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Alpiarça, que colaboraram no presente estudo, possibilitando a recolha de dados.

Aos colegas de mestrado pelos momentos de partilha, em especial à Rita Fernandes e ao Mário Machado que contribuíram para que procurasse dar sempre o meu melhor e à Helena Val, Sónia Lobato, Hugo Pereira e Liliana Silva que durante o percurso do mestrado foram o meu suporte base.

Ao meu fantástico grupo de amigos que durante este período perdoaram as ausências e duplicaram a alegria naqueles breves momentos, e que ainda assim, se mantiveram sempre lá, demonstrando o verdadeiro valor da amizade. Um abraço especial ao Pedro Neves pelo seu altruísmo e companheirismo.

Ao meu irmão, cunhados, cunhadas, sogros, padrinhos, afilhados e sobrinhos por estarem sempre lá.

À minha mãe e avó por tudo.

Ao meu marido, melhor amigo, companheiro, nunca terei palavras suficientes para demonstrar toda a gratidão que sinto!

RESUMO

O impacto da capacitação de pessoas em risco de exclusão social é um tema cada vez mais pertinente, sobretudo na sua contribuição para o desenvolvimento local, assim como o papel das organizações da economia social na sua integração.

Este estudo visa investigar a importância da implementação das medidas de combate à pobreza e exclusão social e procura contribuir para o conhecimento sobre o impacto social causado através do empoderamento na melhoria de vida destas pessoas, logo na comunidade, neste contexto foi realizada uma revisão de literatura a fim de se construir um suporte teórico robusto.

A metodologia de investigação para avaliar o impacto baseou-se no estudo de caso, tendo-se recorrido à aplicação de questionários e entrevistas a formandas participantes em ações de capacitação assim como a elementos da Rede Social de Alpiarça, complementando com um plano de observação contínuo.

Os dados recolhidos de forma sistemática, comparando os perfis de entrada e de saída das formandas abrangidas pelo estudo, permitiu-nos constatar que ocorreu um empoderamento das mesmas (em geral), tendo-se verificado a sua empregabilidade na esfera das Organizações de Economia Social e das Autarquias Locais. Deste modo, as ações de formação profissional em análise foram eficazes para travar a exclusão social destas pessoas, reforçando a base de recrutamento e o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Pobreza e exclusão social; Capacitação; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Desenvolvimento local

ABSTRACT

The impact of training people at risk of social exclusion is an increasingly relevant topic, especially in their contribution to local development, as well as the role of social economy organizations in their integration.

This study aims to investigate the importance of implementing measures to combat poverty and social exclusion and seeks to contribute to knowledge about the social impact caused through empowerment in improving the lives of these people, right in the community, in this context a literature review was carried out in order to build a robust theoretical support.

The research methodology to assess the impact was based on the case study, using questionnaires and interviews with trainees participating in training activities as well as elements of the Alpiarça Social Network, complementing with a continuous observation plan. .

The data collected in a systematic way, comparing the entry and exit profiles of the trainees covered by the study, allowed us to verify that their empowerment occurred (in general), having verified their employability in the sphere of Social Economy Organizations and Local Authorities. In this way, the professional training actions under analysis were effective in halting the social exclusion of these people, reinforcing the recruitment base and local development.

Keywords: Poverty and social exclusion; Training; Private Social Solidarity Institutions; Local development

Índice

Introdução	1
PARTE I	4
1 Caracterização Sociodemográfica e Económica do Concelho de Alpiarça	4
1.1 Enquadramento territorial do município	4
1.2 História e Identidade do Concelho	4
1.3 Dados demográficos.....	5
1.4 Evolução e Densidade Populacional	5
1.5 Densidade populacional por lugar no Concelho de Alpiarça	5
1.6 Densidade Populacional por género	6
1.7 Densidade Populacional por idade	7
1.8 Taxa de Natalidade.....	8
1.9 Taxa de população ativa (entre os 15 e os 64 anos de idade)	8
1.10 Índice de Envelhecimento	9
1.11 Taxa de Mortalidade	9
1.12 Taxa migratória.....	10
1.13 População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente	10
1.14 População est. com estatuto legal de residente em % da população residente: Total e por Sexo	10
1.2 Base Económica e Social.....	11
1.2.1 Taxa de desemprego.....	11
1.2.2 Desempregados inscritos no IEFP local.....	12
1.2.3 Oferta de emprego no IEFP local por setor de atividade económica.....	13
1.2.4 Remuneração base média mensal.....	13
1.2.5 Beneficiários do RMG e RSI da Segurança Social no total da população residente.....	14
1.2.6 Taxas de Alfabetização e de Qualificação Profissional.....	14
2 Economia Social	15
2.1 Organizações de Economia Social – IPSS e Associações	16
2.2 ARPICA – Associação de Reformados e Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça	17
2.3 Fundação José Relvas	18
3 Valores transversais a todos os setores: cooperação, altruísmo e filantropia	20
3.1.1 Cooperação	20
3.1.2 Altruísmo.....	21
3.1.3 Filantropia	23
4 Governança e Bem Estar Social	25
4.1.1 A importância das Autarquias Locais	26
4.1.2 Câmara Municipal de Alpiarça.....	27
4.1.3 Junta de Freguesia de Alpiarça	29
4.1.4 Gabinete de Inserção Profissional de Alpiarça (GIP).....	31
5 Políticas Sociais.....	32
5.1.1 Objetivos e domínios da atuação da política social	33
5.1.2 Aspetos Organizativos da Política Social	33
6 Pobreza e Exclusão Social.....	34

6.1	Conceitos e indicadores	34
6.2	A medição da pobreza e a análise da exclusão social.....	35
6.3	Categorias sociais mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social.....	35
6.4	Modos de vida em situação de pobreza e exclusão social	36
6.5	Programas Sociais no Combate à Pobreza e Exclusão Social.....	38
6.5.1	Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção	38
6.5.2	Contrato de Emprego e Inserção (+).....	39
6.6	Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego – POISE	40
6.7	Rede Local de Intervenção Social (RLIS)	41
6.8	Rede Social	43
6.8.1	Objetivos da Rede Social	44
6.8.2	Resultados esperados	44
7	Desenvolvimento local.....	45
7.1.	Desenvolvimento Local e Formação de Adultos	48
7.2	Capacitação Permanente e <i>Empowerment</i> Pessoal.....	49
7.3	Capacitação Comunitária, <i>Empowerment</i> e (Des)envolvimento.....	51
8	Objetivos do Milénio	53
9	Descentralização – transferência de competências para as autarquias locais.....	53
PARTE II – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA		55
10	Metodologia	55
10.1	Tipo de estudo	55
10.2	Aspetos práticos da pesquisa.....	56
10.3	Amostra	56
10.4	Instrumentos de recolha de dados	57
10.5	Procedimentos.....	59
10.6	Tratamento dos dados.....	59
10.7	Resultados.....	59
10.7.1	Caraterização do Inquirido	60
10.7.2	A Capacitação/Formação	66
10.7.3	Estado motivacional	71
10.7.4	Experiência profissional em Organizações de Economia Social	84
10.8	Apresentação e análise dos dados qualitativos	90
10.8.1	Análise de dados	90
10.8.2	Síntese das entrevistas a rede social.....	90
11	Considerações Finais	93
12	Referências bibliográficas	95

Índice de Quadros

Quadro 1 - Evolução da População no Concelho de Alpiarça e Densidade Populacional.....	5
Quadro 2 - Densidade Populacional por lugares no Concelho de Alpiarça.....	6
Quadro 3 - Densidade Populacional por idade.....	7
Quadro 4 - Taxa de população ativa.....	8
Quadro 5 - Índice de Envelhecimento.....	9
Quadro 6 - Taxa bruta de mortalidade.....	9
Quadro 7 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente: Total e por Sexo.....	10
Quadro 8 - Desempregados inscritos no IEFPP local.....	12
Quadro 9 - Oferta de emprego no IEFPP local por setor de atividade económica.....	13
Quadro 10 - Remuneração base média mensal.....	14
Quadro 11 - Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)......	14
Quadro 12 - População Residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os censos 2011 (%)......	15
Quadro 13 - Aspetos Organizativos da Política Social.....	33
Quadro 14 - Dirigentes, Coordenadores, Responsáveis pelos programas de inserção social no Concelho, entrevistados.....	57
Quadro 15 - Amostra de formandos inquiridos.....	57
Quadro 16 - Faixa etária dos indivíduos inquiridos.....	60
Quadro 17 - Género dos inquiridos.....	61
Quadro 18 - Habilitações literárias dos inquiridos.....	62
Quadro 19 - Número de Beneficiários de Programas de Reinserção Social.....	62
Quadro 20 - Número de vezes que beneficiou destes programas.....	63
Quadro 21 - Tempo que beneficiou destes programas.....	64
Quadro 22 - Local de realização desses programas.....	65
Quadro 23 - Participação em capacitações/cursos/formações.....	66
Quadro 24 - Número de capacitações em que já participou.....	67
Quadro 25 - Número de conclusão de cursos.....	68
Quadro 26 - Atividade profissional desempenhada e objetivo futuro.....	69
Quadro 27 - Motivos para frequência neste curso.....	70
Quadro 28 - Estado motivacional no início da capacitação.....	72
Quadro 29 - Margem de desistência.....	72
Quadro 30 - Motivos de possibilidade de desistência.....	73
Quadro 31 - Motivos para finalizar o curso.....	74
Quadro 32 - Alterações na vida após capacitação.....	75
Quadro 33 - Sondagem de alterações de vida nas pessoas.....	76
Quadro 34 - Se arranhou ou mudou de emprego, foi no Concelho de Alpiarça ou perto.....	77
Quadro 35 - Contribuição para o seu desenvolvimento pessoal.....	77
Quadro 36 - Aspetos de contribuição para o desenvolvimento pessoal.....	78
Quadro 37 - Esperança de trabalhar na área da capacitação.....	79
Quadro 38 - Trabalho em IPSS.....	80
Quadro 39 - Melhoramento do trabalho em equipa.....	81
Quadro 40 - O curso o/a ajudou a fazer novas amizades.....	83
Quadro 41 - Sente que o curso o/a ajudou a interessar-se mais pela ajuda ao próximo?.....	83
Quadro 42 - Boa Receção/ Integração na IPSS.....	84
Quadro 43 - Disponibilidade das colegas para ajudar.....	85
Quadro 44 - Horário laboral.....	86
Quadro 45 - Tipo de liderança.....	87
Quadro 46 - Participação em reuniões de trabalho.....	88
Quadro 47 - Gostaria de voltar ou continuar a trabalhar numa IPSS.....	89
Quadro 48 - Linhas orientadoras para análise.....	90

Índice Gráficos

Gráfico 1 - Densidade Populacional por género	6
Gráfico 2 - Taxa de Natalidade em Alpiarça	8
Gráfico 3 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente.....	10
Gráfico 4 - Taxa de desemprego em Alpiarça.....	12
Gráfico 5 - Faixa etária dos indivíduos inquiridos.....	60
Gráfico 6 - Género dos inquiridos.....	61
Gráfico 7 - Habilitações literárias dos inquiridos	62
Gráfico 8 - Número de Beneficiários de Programas de Reinserção Social	63
Gráfico 9 - Número de vezes que beneficiou destes programas.....	64
Gráfico 10 - Tempo que beneficiou destes programas.....	65
Gráfico 11 - Local de realização desses programas	66
Gráfico 12 - Participação em capacitações/cursos/formações	67
Gráfico 13 - Números de capacitações em que já participou.....	68
Gráfico 14 - Número de conclusão de cursos	69
Gráfico 15 - Atividade profissional desempenhada e objetivo futuro.....	70
Gráfico 16 - Motivos para frequência neste curso	71
Gráfico 17 - Estado motivacional no início da capacitação.....	72
Gráfico 18 - Margem de desistência	73
Gráfico 19 - Motivos de possibilidade de desistência.....	74
Gráfico 20 - Motivos para finalizar o curso.....	75
Gráfico 21 - Alterações na vida após capacitação.....	76
Gráfico 22 - Se arranjou ou mudou de emprego, foi no Concelho de Alpiarça ou perto	77
Gráfico 23 - Contribuição para o seu desenvolvimento pessoal	78
Gráfico 24 - Aspetos de contribuição para o desenvolvimento pessoal.....	79
Gráfico 25 - Esperança de trabalhar na área da capacitação.....	80
Gráfico 26 - Trabalho em IPSS.....	81
Gráfico 27 - Melhoramento do trabalho em equipa	82
Gráfico 28 - Atenção aos pormenores.....	82
Gráfico 29 - O curso o/a ajudou a fazer novas amizades.....	83
Gráfico 30 - Sente que o curso o/a ajudou a interessar-se mais pela ajuda ao próximo?	84
Gráfico 31 - Boa Receção/Boa Integração na IPSS.....	85
Gráfico 32 - Disponibilidade das colegas para ajudar.....	86
Gráfico 33 - Horário Laboral.....	87
Gráfico 34 - Tipo de liderança.....	87
Gráfico 35 - Participação em reuniões de trabalho	88
Gráfico 36 - Gostaria de voltar ou continuar a trabalhar numa IPSS.....	89

Índice de Anexos

<i>Anexo A: Inquérito por Questionário</i>	<i>101</i>
<i>Anexo B: Termo de Autorização.....</i>	<i>108</i>
<i>Anexo C: Guião de Entrevista a Formandos</i>	<i>110</i>
<i>Anexo D: Guião de Entrevistas a Rede Social.....</i>	<i>112</i>

Siglas de Abreviaturas

AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família (Idade Pré-Escolar)

AIDIA - Associação Independente de Desenvolvimento Integrado de Alpiarça

ARPICA - Associação de Reformados e Pensionistas de Alpiarça

ASAL - Associação Sénior de Alpiarça

CAF - Componente de Apoio à Família (Apoio no 1.º ciclo de escolaridade)

CEI - Contrato de Emprego e Inserção

CLA - Comissões Locais de Acompanhamento

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CMA - Câmara Municipal de Alpiarça

CMS - Conselho Municipal de Segurança

CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP - Constituição da República Portuguesa

E/FC - Educação e Formação Comunitária

E/FP - Educação e Formação Permanente

EFLV - Educação e Formação ao Longo da Vida

GIP - Gabinete de Inserção Profissional

IAS - Indexante de Apoio Social

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

NLI - Núcleos Locais de Inserção

NUTS - Nomenclatura Unidades Territoriais

OES - Organizações de Economia Social

PCAAC - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar e Carenciados

PDM - Plano Diretor Municipal

PIEC - Programa para a Inclusão e Cidadania

PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PNAI - Plano Nacional de Ação para a Inclusão

PNI - Plano Nacional para a Igualdade

POISE - Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego

POR - Programas Operacionais Regionais

QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional

REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza Nacional

RMG - Rendimento Mínimo Garantido

RSI - Rendimento Social de Inserção

RLIS - Rede Local de Inserção Social

SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

UDIPSS - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social

USF - Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça

Introdução

A presente dissertação para obtenção de grau de Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social é subordinado ao tema “*A capacitação de pessoas em risco de exclusão social e a sua contribuição para o desenvolvimento local: O papel das Organizações de Economia Social no concelho de Alpiarça*”.

A escolha deste tema foi motivada pelo facto de a autora ter exercido a atividade profissional numa Organização de Economia Social durante 16 anos, período durante o qual se deu conta da precaridade laboral de pessoas beneficiárias de programas de políticas sociais (RSI, CEI, CEI+). Outro fator relevante foi ter sido convidada a dinamizar a capacitação para pessoas em risco de exclusão social através do curso de Agente de Geriatria e de Cuidador de Crianças e Jovens, com a duração de 300 horas cada, com os conteúdos formativos divididos em duas áreas, a das Competências Pessoais e Sociais com os temas da Sociedade e Indivíduo, Diferenciação na Sociedade Contemporânea, Processos Cognitivos, Emocionais e Motivacionais, Processos Relacionais e Comportamento Profissional, Da Diferença dos Comportamentos à Diferenciação na Intervenção, Desenvolvimento Pessoal e Técnicas de Procura de Emprego e Comunicação Interpessoal e Comunicação Assertiva e a área das Competências Técnico Profissionais com uma abrangência mais prática e adaptada aos temas dos cursos, ambos em Alpiarça.

Esta ação resulta de uma parceria entre a Associação Independente de Desenvolvimento Integrado de Alpiarça (AIDIA), Associação de Reformados e Pensionistas de Alpiarça (ARPICA) e Fundação José Relvas em articulação com as Autarquias Locais (Junta de Freguesia e Câmara Municipal de Alpiarça). Estas ações de capacitação desenvolvem-se ainda em estreita articulação com o Gabinete de Inserção Profissional de Alpiarça, sendo cofinanciadas pelo Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POISE) e pela Europa 2020 através do Fundo Social Europeu.

A questão de investigação “*Qual o impacto que a capacitação causou na vida de pessoas em risco de exclusão social, logo, no desenvolvimento local?*” prende-se com objetivo de estudar a a (re) integração desses beneficiários nas Organizações de Economia Social e/ou noutras, perceber a razão do sucesso e do insucesso destes programas de inserção e como a capacitação pode influenciar nesse processo. Em termos explícitos pretende-se através do estudo de um conteúdo formativo adaptado a um grupo de pessoas cujo perfil reúne alguns dos seguintes traços: idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos, maioritariamente do sexo feminino, escolaridade reduzida, em situação de desemprego ou emprego precário, beneficiários de Rendimento Social de Inserção, e/ou consideradas pela rede social em risco de exclusão social. Assumiremos que uma dimensão do Desenvolvimento Local passa, então, necessariamente pela melhoria das condições socioeconómicas destes cidadãos (inclusão e emprego, portanto).

Importa notar, todavia, que o emprego é condição necessária, mas não suficiente, para combater a exclusão sendo esta entendida como a não realização de direitos sociais – daí o relevo dado à territorialidade das políticas públicas sociais de emprego com programas ajustados e adaptados ao público-alvo, munindo-os de ferramentas cognitivas e técnicas para o sucesso.

Portanto, teremos de desenvolver esta lógica territorial de governança, ‘*policy making*’ a uma escala local – o que abre espaço à questão da descentralização e, bem assim, à necessidade das parcerias sociais (CLAS e RLIS), para adequar os perfis de formação profissional dos potenciais excluídos às necessidades de emprego efetivamente existentes.

É de conhecimento comum que o desemprego é um dos fatores mais preocupantes em toda a Europa. Sendo um dos 5 objetivos do Europa 2020 aumentar para 75% a taxa de emprego e a promoção da inclusão, tirando da pobreza e da exclusão social cerca de 20 milhões de pessoas (Estratégia Europa 2020). No caso específico de Portugal esta situação afeta cerca de 6,8 % da população. Segundo o PORDATA em 2006 registavam-se cerca de 97.052 pessoas em regime de Rendimento Mínimo Garantido e em 2017, 288.112 beneficiavam do Rendimento de Inserção Social apresentando um número ligeiramente superior em pessoas do sexo feminino (cerca de 5000), logicamente que esta situação afeta o desenvolvimento local de qualquer comunidade.

No concelho de Alpiarça em 2011 encontravam-se 183 pessoas nesta condição, no entanto reduziu para 111 em 2017, em 2018 para 107 e neste momento verifica-se uma percentagem de 0,44%, com 31 pessoas registadas em risco de exclusão social no Concelho de Alpiarça. (PORDATA, 2012 e Gabinete de Inserção Profissional de Alpiarça) e é nesta problemática que o trabalho incidirá.

Este estudo passa pela revelação “*output*” e “*outcome*” (Jenkins, 1979) citado por Pereirinha (2008). O “*output*” manifesta-se na certificação de competências para o mercado de trabalho, o “*outcome*” assenta na realização efetiva de contrato de emprego e inserção (CEI+) no mercado de trabalho, indo ao encontro das expectativas da rede social e, por maioria de razão, dos cidadãos/contribuintes considerando que em causa estará o estereótipo da subsidiodependência em duplo sentido: tanto do lado dos clientes/beneficiários diretos, como do lado das organizações sociais cuja sobrevivência depende da realização contínua de ações de formação.

Ou seja, o papel das Organizações de Economia Social (OES) deve ser equacionado de modo a saber se estão a atuar eficazmente na empregabilidade e valorização salarial dos clientes, ou se a sua atuação segue uma lógica puramente funcional, servindo meramente como agências sorvedoras de recursos públicos (sem um impacto social claro).

Esta situação remete-nos para as políticas de “*workfare*”, as quais exigem às pessoas que trabalhem em troca ou em substituição dos subsídios sociais, e sua desobediência poderá mesmo causar a supressão ou anulação do mesmo. Nesta perspetiva as pessoas que se encontram em situação de pobreza e exclusão social são responsáveis pela mesma, manifestando recusa ou incapacidade de se inserirem na sociedade. Em contrapartida existem as medidas de ativação que de um prisma mais positivo proporcionam oportunidades de inserção profissional e social aos

beneficiários dos rendimentos mínimos sociais, sendo-lhes facilitada a opção da participação ou não nestes programas de ativação.

De grosso modo o estudo permitirá verificar o grau de eficácia na integração do beneficiário no mercado de trabalho, especialmente em OES locais e de que forma a capacitação poderá promover essa integração contribuindo para o desenvolvimento local.

A estrutura do trabalho é a constituída por duas partes, a caracterização sociodemográfica e económica do concelho de Alpiarça, onde se procede ao retrato histórico e identificatório do Concelho, bem como a estrutura demográfica, a base económica e as organizações mais representativas do associativismo local, sem esquecer as instituições que compõem a rede social do Concelho. De seguida são apresentados os conceitos estruturados e perspetivas teóricas do estudo entre o terceiro e o sétimo capítulo e por fim na segunda parte será apresentado o estudo empírico em forma de estudo de caso.

PARTE I – Enquadramento Teórico

1. Caracterização Sociodemográfica e Económica do Concelho de Alpiarça

1.1 Enquadramento territorial do município

O Concelho de Alpiarça está inserido na NUTS III Lezíria do Tejo, sendo dos concelhos mais pequenos da Lezíria. É constituído por uma freguesia e seis lugares estatísticos (Frade de Cima, Frade de Baixo, Casalinho, Gouxaria, Quinta da Lagoalva de Cima e Patacão).

1.2 História e Identidade do Concelho

Existem alguns momentos da História da vila com pertinência para serem mencionados, no sentido de incorporá-los no desenvolvimento do estudo, com o intuito de fortalecer o sentimento de pertença na população e favorecer a coesão comunitária. A região de Alpiarça, por se localizar na margem esquerda do Tejo, apresenta vários níveis de ocupação humana desde o Paleolítico Inferior até à Época Romana. O Paleolítico é o mais antigo e o maior período da História humana e na vila encontram-se alguns dos sítios mais antigos de todo o país e que se podem datar na perfeição, pois possuem ainda os seus estratos primários sem terem sido revolvidos. Foram encontrados artefactos como: bifaces de sílex, machados, raspadores, entre outros. As estações arqueológicas mais relevantes são: Vale do Forno, Barreiro do Tojal, Vale da Caqueira, Quinta do Outeiro, Vale da Atela, Barreira da Gouxia e Vale dos Extremos.

Da História Contemporânea destaca-se a ascensão de Alpiarça à categoria de vila em fevereiro de 1906 e a forte presença das ideias republicanas, sendo que nos últimos anos da Monarquia decorreram grandes comícios de propaganda republicana. Com a grande crise no sector vinícola e um clima de grande instabilidade, pela falta de trabalho, salários baixos, fome e a pobreza, a República aparecia como a solução para todos os problemas da população. Alpiarça foi considerada a vila mais republicana do País. A figura de proa do movimento republicano foi José Relvas, proclamador da República a 5 de outubro de 1910. Relvas viveu na vila e a sua casa originou posteriormente a Casa Museu dos Patudos, considerado atualmente como um dos polos culturais e de maior atração turística no concelho.

À causa republicana, ficarão sempre ligados nomes de alguns homens de Alpiarça e que deram nome a várias ruas, como: José Relvas, Manuel Duarte, Ricardo Durão, João Maria da Costa, Jacinto Mártires Falcão, Joaquim Romão, José Malhou e António Guilherme Meira. É de notar ainda que o agrupamento de escolas deste concelho assume o nome de José Relvas.

Alpiarça é elevada à categoria de concelho, pela Lei n.º 129, de 2 de Abril de 1914. Desta forma deixa de pertencer ao concelho de Almeirim, constituindo um concelho autónomo com uma única freguesia: Alpiarça. A ascensão da ditadura fascista na época do Estado Novo, que perdurou 48 anos no país, assume também grande relevância na vila. Vários alpiarcenses foram destacados pela sua resistência antifascista, alguns foram mesmo torturados e presos pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) por manifestarem ideais comunistas e outros alheios ao regime, tendo sido libertados com a revolução do 25 de Abril de 1974. Como se pode constatar, o ideal de liberdade é uma herança histórica que marca profundamente a identidade da população alpiarcense.

1.3 Dados demográficos

1.4 Evolução e Densidade Populacional

O concelho de Alpiarça em 2018 apresenta uma densidade populacional de 74,7 habitantes por km², valor inferior à média nacional (109,8 habitantes por km²), mas superior à média da sub-região da Lezíria do Tejo (55,7 habitantes por km²). Contudo podemos observar que comparativamente aos dados auferidos em 2011 através dos censos, a densidade populacional reduziu em todos os locais referidos.

Os fatores que têm estado subjacentes à dinâmica populacional do território nacional têm vindo a sofrer alterações consideráveis. De facto, até aos anos 70 do século passado a evolução demográfica era, em grande medida, determinada pelas migrações internas e externas, já em períodos mais recentes são as componentes do saldo fisiológico e os movimentos migratórios os principais responsáveis pelas alterações populacionais em Portugal.

Quadro 1- Evolução da População no Concelho de Alpiarça e Densidade Populacional

Unidade Territorial	População (2011)	População (2018)	Variação 2011- 2018 (%)	Densidade Populacional	
				2011 - 2018	
Alpiarça	7652	7087	-7,38%	80,8	74,7
Lezíria do Tejo	247587	237318	-4,15%	57,9	55,7
Continente	10030968	9779826	-2,50%	112,8	109,8

Fonte: PORDATA (2019)

1.5 Densidade populacional por lugar no Concelho de Alpiarça

A rede urbana do concelho de Alpiarça poderá hierarquizar-se do seguinte modo:

Pólo Urbano – A vila de Alpiarça constitui o principal núcleo urbano do concelho, atraindo população de todo o concelho, devido à concentração de atividades e equipamentos.

Pólo Complementar – Os núcleos de Frade de Baixo, Frade de Cima (ambos com cerca de 500 habitantes), que de acordo com a autarquia têm revelado uma considerável procura para construções unifamiliares e o Casalinho (com cerca de 300 habitantes) constituem os restantes aglomerados com alguma relevância demográfica, embora possuam lógicas de integração territorial distintas: os dois primeiros estão bastantes ligados ao concelho de Almeirim (sobretudo do Frade de Cima à vila das Fazendas de Almeirim), enquanto o Casalinho constitui o prolongamento natural do processo de expansão urbana da vila de Alpiarça.

Quadro 2 - Densidade Populacional por lugares no Concelho de Alpiarça

LUGAR	2001	2011	2020
ALPIARÇA	6243	5963	-----
CASALINHO	313	332	345
GOUXARIA	105	103	631
FRADE DE BAIXO	590	571	
FRADE DE CIMA	570	562	468

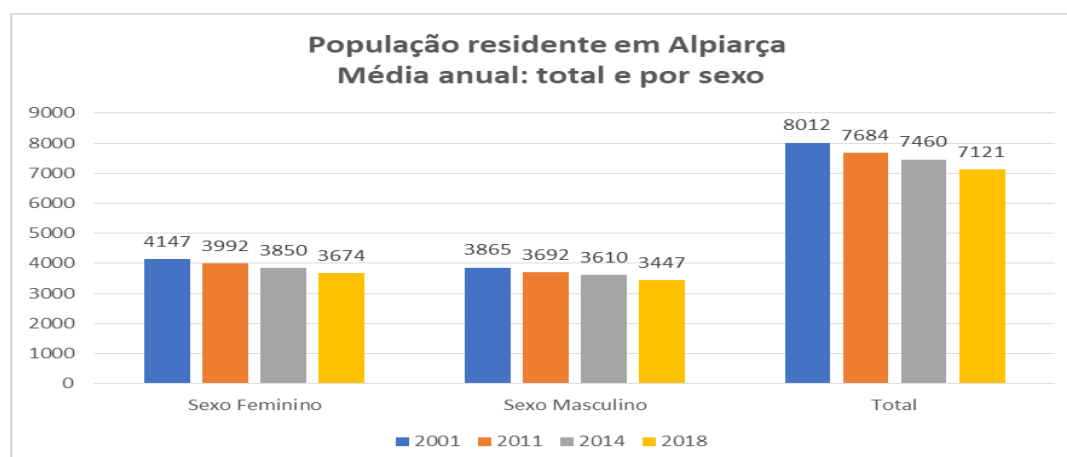
Fonte: Junta de Freguesia de Alpiarça - número de eleitores registados na Junta de Freguesia de Alpiarça em Fevereiro de 2020.

Após análise aos dados apresentados no quadro constata-se que aumentou o número de habitantes no lugar do Casalinho e que nos outros lugares baixou ligeiramente, este fator poderá associar-se à menor distância da vila, pois o lugar do Casalinho encontra-se a apenas 4kms de distância, enquanto os restantes apresentam uma média de 10 kms de distância. Os valores dos imóveis no lugar do Casalinho também se revelam um pouco mais baixos, fator preponderante para muitas famílias.

1.6 Densidade Populacional por género

Segundo os dados existentes verifica-se que desde a década de 60, a população do sexo feminino é ligeiramente superior em todo o País, registo que se mantém e estende ao local em estudo.

Gráfico 1 - Densidade Populacional por género



Fonte: PORDATA (2019)

Com base no gráfico acima apresentado, é possível afirmar que de 2011 até ao ano de 2018, embora se verifique um decréscimo da população, a mesma proporção mantém-se, havendo em 2018, 7121 habitantes no concelho de Alpiarça, sendo deste total, 52% (3674) da população do sexo feminino e 48% (3447) do sexo masculino. É possível apurar, com base nos dados expostos, que existe um certo equilíbrio entre os sexos relativamente à população residente em Alpiarça, e que, nos anos apresentados, existem mais habitantes do sexo feminino que do masculino.

1.7 Densidade Populacional por idade

A sociedade portuguesa tem sido marcada por dois fenómenos demográficos – a quebra dos índices de fecundidade e o aumento da esperança média de vida. Estes fenómenos têm vindo a afetar a estrutura etária do país e o concelho de Alpiarça não é exceção.

Quadro 3 - Densidade Populacional por idade

GRUPOS ETÁRIOS	UNIDADE TERRITORIAL		Alpiarça	Lezíria do Tejo	Continente
	Total	2011	7.684	247.684	10.044.484
	2018	7.121	238.017	9.786.312	
0-4	2011	353	11.171	468.438	
	2018	246	8.914	407.291	
5-9	2011	382	12.337	497.791	
	2018	320	10.509	450.374	
10-14	2011	402	13.001	528.642	
	2018	375	11.905	484.867	
15-19	2011	343	12.072	528.943	
	2018	395	13.018	522.582	
20-24	2011	337	12.252	547.604	
	2018	329	11.723	506.322	
25-29	2011	386	14.146	613.646	
	2018	310	11.458	515.432	
30-34	2011	540	17.604	724.291	
	2018	338	12.653	550.400	
35-39	2011	550	19.134	787.194	
	2018	434	15.747	658.101	
40-44	2011	489	17.388	739.395	
	2018	532	18.776	765.102	
45-49	2011	491	17.389	739.977	
	2018	476	17.699	733.509	
50-54	2011	485	16.555	696.496	
	2018	449	16.710	714.446	
55-59	2011	515	15.600	646.362	
	2018	500	16.439	690.835	
60-64	2011	544	15.180	603.430	
	2018	444	15.381	635.296	
65-69	2011	451	14.080	522.563	
	2018	542	14.686	594.982	
70-74	2011	450	13.422	470.495	
	2018	462	13.270	511.195	
75-79	2011	423	11.915	416.364	
	2018	366	11.579	411.218	
80-84	2011	310	8.431	288.628	
	2018	337	9.534	338.803	
85 e mais	2011	239	6.011	224.231	
	2018	270	8.020	295.562	

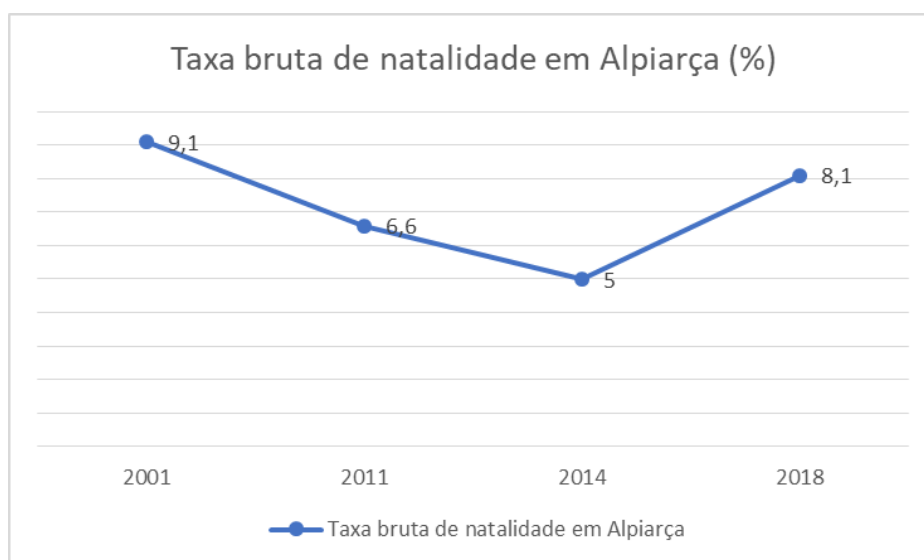
Fonte: PORDATA (2019)

Podemos averiguar que, comparativamente ao ano 2011, e tal como já foi referido, o número de habitantes foi reduzido para 7.121 pessoas. Desse total, é possível constatar, com base nos grupos etários, que todos eles decresceram, com exceção dos grupos dos 15 aos 19 anos, dos 40 aos 44, dos 65 aos 74 e dos 85 ou mais anos, notando-se um aumento mais significativo do número de pessoas com 65 ou mais anos, até aos 74 anos, e com 85 ou mais anos.

1.8 Taxa de Natalidade

Segundo o Serviço Nacional de Saúde em 2019 foi alcançado o número mais elevado de nascimentos desde há 7 anos. Estes dados são baseados nos «testes do pezinho» que conseguem apurar quase a totalidade dos nascimentos em Portugal, apesar de não ser um teste obrigatório. Foi verificado um aumento de nascimentos na ordem dos 9% de desde o ano de 2014.

Gráfico 2 - Taxa de Natalidade em Alpiarça



Em conformidade com o saldo positivo na taxa de natalidade em Portugal, no Concelho de Alpiarça verificou-se também um aumento na ordem de 3,1% entre os anos de 2014 e 2018.

1.9 Taxa de população ativa (entre os 15 e os 64 anos de idade)

Quadro 4 - Taxa de população ativa

	2010	2018
Alpiarça	61,00%	59,50%
Portugal	66,30%	64,60%

Fonte: PORDATA (2020)

Tal como se pode verificar a população ativa em Alpiarça, tal como a nível nacional baixou ligeiramente.

1.10 Índice de Envelhecimento

A sociedade portuguesa tem sido marcada por dois fenómenos demográficos – a quebra dos índices de fecundidade e o aumento da esperança média de vida. Estes fenómenos têm vindo a afetar a estrutura etária do país, tal como o concelho de Alpiarça.

Quadro 5 - Índice de Envelhecimento

UNIDADE TERRITORIAL	JOVENS		IDOSOS	
	2011	2018	2011	2018
Alpiarça	24,3	22,4	40,1	47,0
Lezíria do Tejo	23,2	20,9	34,2	38,2
Continente	22,6	21,3	29,0	34,2

Fonte: PORDATA (2019)

O fenómeno no envelhecimento é um fenómeno mundial e verificável tanto a nível nacional como local. Alpiarça também é um concelho envelhecido, atualmente com 22,4% de jovens contra 47% de idosos.

1.11 Taxa de Mortalidade

Quadro 6 - Taxa bruta de mortalidade

Taxa bruta de mortalidade

Territórios		Taxa - permilagem		
		Taxa bruta de mortalidade		
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2018
NUTS 2013	Portugal	10,1	9,7	11,0
NUTS III	Lezíria do Tejo	12,4	11,7	13,1
Município	Alpiarça	15,6	13,5	16,6
NUTS I	Ignorado/Outro	-	-	-

Taxa bruta de mortalidade

Fontes de Dados: INE - X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1981) | Estimativas Anuais da População Residente (a partir de 1982)

INE - Estatísticas de Óbitos

Fonte: PORDATA

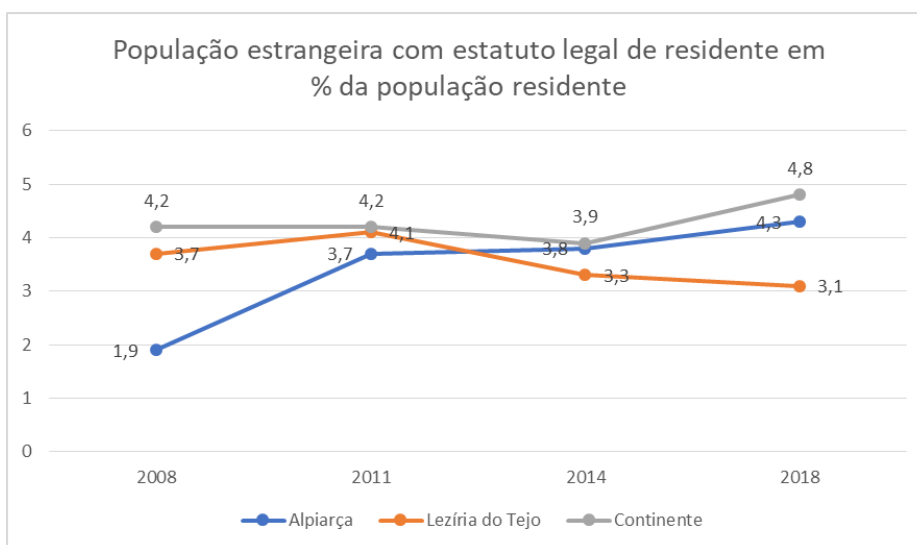
Associado a um Concelho envelhecido assume-se automaticamente uma taxa de mortalidade alta, no caso específico de Alpiarça, esta apresenta-se superior à nacional em 5,6%.

1.12 Taxa migratória

1.13 População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente

Muitas vezes associada a uma estratégia de aumento de população ativa é encontrado um aumento na taxa de estrangeiros residentes numa determinada localidade.

Gráfico 3 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente



Fonte: PORDATA (2020)

Pois, segundo os seguintes registos verificamos que houve um aumento de população estrangeira legal em 2,4% na última década, em Alpiarça.

1.14 População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente: Total e por Sexo

Quadro 7 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente: Total e por Sexo

	Total		Por Sexo			
			Feminino		Masculino	
	2011	2018	2011	2018	2011	2018
Alpiarça	3,7	4,3	3,2	3,8	4,3	4,8
Lezíria do Tejo	4,1	3,1	3,8	3,0	4,4	3,2
Continente	4,2	4,8	4,0	4,6	4,4	3,9

Após análise à tabela anterior percebemos que existe uma maior percentagem de pessoas do sexo masculino a residir em Alpiarça, o que poderá evidenciar a busca de melhores condições de vida.

1.2 Base Económica e Social

O concelho de Alpiarça mantém ainda uma forte vocação agrícola, pelo que em termos de atividade produtiva, as culturas da vinha, do milho, do tomate e as hortícolas constituem as produções dominantes num concelho com bons solos agrícolas. Daí que, em termos empresariais, o peso deste setor no concelho seja dominante e superior à média regional e nacional. Também a sua localização geográfica e as boas acessibilidades fazem de Alpiarça um ponto estratégico para uma maior implantação do seu setor industrial, nomeadamente o induzido pelo sector agrícola ou pela proximidade e arrastamento de outros centros urbanos regionais. Do mesmo modo, a atividade terciária tem vindo a acompanhar, e especialmente a complementar, o desenvolvimento da estrutura produtiva do município.

Entre 2001 e 2011 a população ativa do concelho diminuiu, acompanhando a tendência regional e nacional. Este fenómeno é, essencialmente, explicado pela diminuição da população em idade ativa, consequência do processo de envelhecimento populacional.

Inversamente, a taxa de desemprego registou um incremento considerável nas diversas unidades territoriais, consequência do período de crise que se acentuou nos últimos anos e que terá já levado a que os valores referenciados nos Censos de 2011 estejam desatualizados.

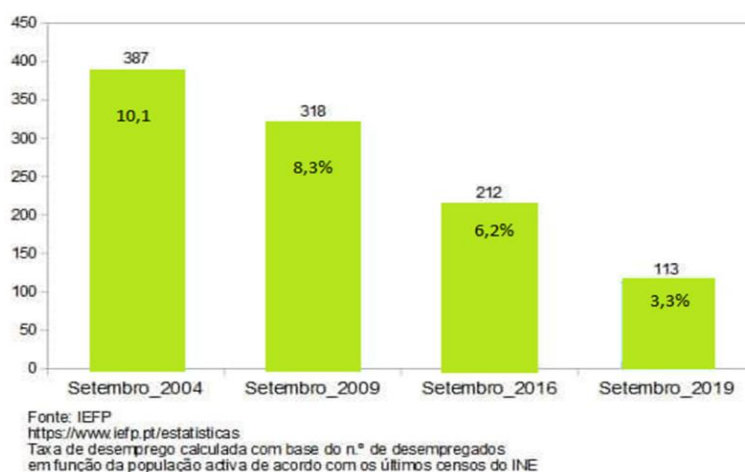
Neste momento a taxa de desemprego tem diminuído no município de Alpiarça.

1.2.1 Taxa de desemprego

A temática do desemprego é uma das problemáticas assentes neste estudo, importa referir que os dados mostram uma melhoria do panorama geral, quer a nível nacional quer local.

O concelho de Alpiarça registou em Setembro de 2019 o número de desempregados mais baixo desde há mais de duas décadas com 113 pessoas oficialmente inscritas no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Gráfico 4 - Taxa de desemprego em Alpiarça



Uma taxa de desemprego oficial das mais baixas de toda a região, correspondente a 3,3%.

1.2.2 Desempregados inscritos no IEFP local

O IEFP local encontra-se sediado na capital de Distrito de Santarém e dispõe de diversos serviços de apoio ao público na área de formação e de emprego.

Quadro 8 - Desempregados inscritos no IEFP local

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional

Territórios		Total (em Dezembro)		Total (média anual)	
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2018	2011	2018
NUTS 2013	Portugal	605 134	339 035	551 943,9	357 325,0
NUTS III	Lezíria do Tejo	13 125	6 059	11 265,3	6 430,2
Município	Alpiarça	429	148	353,8	167,7

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional

Fontes de Dados: IEFP/MTSSS
 Fonte: PORDATA
 Última actualização: 2020-01-28

Ao visualizar o gráfico e o quadro expostos anteriormente pode verificar-se que houve um decréscimo de população desempregada no Concelho de Alpiarça.

1.2.3 Oferta de emprego no IEFP local por setor de atividade económica

O setor terciário corresponde às atividades de comércio de bens e à prestação de serviços. Abrange uma vasta gama de atividades que vão desde o comércio de mercadorias à administração pública, passando por transportes, atividades financeiras e imobiliárias, serviços a empresas ou pessoais, educação, saúde e promoção social. De facto, o terciário é constituído por atividades complementares aos outros setores (primário e secundário da atividade económica).

Quadro 9 - Oferta de emprego no IEFP local por setor de atividade económica

Onde há mais e menos pessoas registadas no IEFP à procura de novo emprego nos sectores primário, secundário ou terciário?

Indivíduo

Territórios		Sector de actividade económica				
		Total	Primário	Secundário	Terciário	Ignorado
Âmbito Geográfico	Anos	2018	2018	2018	2018	2018
NUTS 2013	Portugal	x	x	x	x	x
Município	Alpiarça	157,6	37,0	43,3	75,8	1,5

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual): total e por grandes sectores de actividade económica

Fontes de Dados: IEFP/MTSSS

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2019-11-12

Tal como o presente estudo demonstra, a maior possibilidade de emprego encontra-se atualmente no terceiro setor, tal como é enunciado em muitos documentos da área da economia e se reconhece, também em Alpiarça.

1.2.4 Remuneração base média mensal

A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a eliminação das desigualdades salariais são princípios universais cuja aplicação ainda não é efetiva. As mulheres continuam sujeitas a maior precariedade laboral e aos riscos de desemprego, sendo também, como ficou referido, vítimas de desigualdades salariais para trabalho igual. Estes são fenómenos por vezes associados à maternidade.

Quadro 10 - Remuneração base média mensal

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo

Onde é maior e menor o ordenado médio, por mês, com horas extra, subsídios ou prémios, dos homens ou mulheres aprendizes, quadros médios e superiores ou outros empregados?

Euro - Média

Territórios		Sexo					
		Total		Masculino		Feminino	
Âmbito Geográfico	Anos	2010	2016	2010	2016	2010	2016
NUTS 2013	Portugal	1 075,3	1 105,6	1 185,0	1 212,2	936,5	981,0
NUTS III	Lezíria do Tejo	952,8	976,7	1 054,5	1 057,6	824,6	880,7
Município	Alpiarça	872,4	872,7	950,3	946,3	791,8	793,0

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo

Fontes de Dados: GEP/MTSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2019-08-23

Segundo os dados anteriores conseguimos verificar que os salários no Concelho de Alpiarça se encontram abaixo da média regional e nacional e que a média salarial do sexo feminino é mais baixa que a sexo masculino.

1.2.5 Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)

Quadro 11 - Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)

ZONA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ALPIARÇA	3,40%	2,80%	2,80%	3,00%	2,90%	2,50%	2,60%	1,80%	1,70%	0,44%
CENTRO	3,80%	3,10%	3,10%	2,70%	2,50%	2,30%	2,20%	2,20%	2,20%	----
PORTUGAL	5,10%	5,00%	4,70%	4,00%	3,60%	3,30%	3,20%	3,20%	3,20%	-----

Fonte: PORDATA (2019)

Relativamente aos números de beneficiários de RSI, o foco do nosso estudo, verifica-se que Alpiarça conseguiu ter uma redução bastante considerável.

1.2.6 Taxas de Alfabetização e de Qualificação Profissional

Sendo considerada uma das chaves para o sucesso, a aposta no combate ao analfabetismo tem sido uma das grandes preocupações europeias. Têm sido criadas diversas estratégias para tentar atenuar este fenómeno.

Quadro 12 - População Residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os censos 2011 (%)

	Sem Escolaridade	Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário	Superior
Portugal	10,4%	27,2%	12,8%	19,1%	15,7%	13,8%
Lezíria do Tejo	13,2%	28,7%	12,4%	19,0%	15,2%	10,6%
Alpiarça	15,3%	33,1%	10,4%	18,0%	13,0%	9,5%

Fonte: PORDATA (2020)

Embora os dados possam estar desatualizados, pois são baseados nos Censos 2011 podemos verificar que ainda existe um longo caminho a percorrer para poder melhorar a situação local.

2 Economia Social

A Economia Social segundo Santos, Raimundo e Lima, (2012 cit. por Graça, 2016), é referenciada de forma geral pelo conjunto de entidades que se articulam de forma a produzir bens e serviços em prol do bem-estar social da comunidade em que o fim lucrativo não é o aspeto mais relevante, respeitando os estatutos regentes. Este conceito consiste num grupo de pessoas associadas com objetivos comuns que contribuem para atividades económicas e do emprego, reforçando assim, a coesão social e que ao mesmo tempo, vistas de um plano político fomentam a democracia e a participação.

Quanto maior é o número de pessoas numa comunidade maior a necessidade de aumentar as comunicações e as trocas entre eles, logo é criada uma emergência de solidariedade entre todos. Este tipo de economia revela um peso muito considerável na Economia Nacional.

Tal como se encontra mencionado na Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), esta deve ser vista como a atuação das diversas organizações em prol da sociedade, e isso pode verificar-se quer a nível organizacional quer através da atuação direta dos seus membros e beneficiários, com objetivos altruístas.

Este conceito nasce no século XIX após a vulnerabilidade causada a diversos grupos sociais pela revolução industrial. Enfrentando este cenário com tantas transformações económicas e sociais as pessoas procuraram entreajudar-se criando soluções através de parcerias em associações, cooperativas e mutualidades, e assim se uniram para combater problemas como o

desemprego, desigualdades, discriminação, exploração e péssimas condições de trabalho, a pobreza e a exclusão social.

Oliveira (2016, cit. por Graça, 2016) menciona que o conceito da Economia Social é muitas vezes referido, também como terceiro setor, economia solidária ou ainda setor não lucrativo, a nível de literatura.

A Economia Social surge como um “braço” do Estado oferecendo apoio e respostas sociais às diferentes necessidades das pessoas, sem esperar fins lucrativos.

No entanto a economia solidária surge num âmbito mais racional com o foco na autogestão, e estando atentos à produção, distribuição, consumo, poupança e crédito de uma forma organizada.

Não obstante, da valorização primordial do ser humano ao capital, como nas restantes vertentes. Este conceito é mais comumente encontrado em organizações interligadas à intervenção ecológica.

O setor não lucrativo parte de uma designação com expressão acentuada nos Estados Unidos da América, e segundo Anheier (2014) envolve todo o setor de voluntariado que não vise o lucro, mas se por um lado apoiam o setor público colmatando algumas necessidades por outro, também se aproximam do setor privado ao cobrar valores pelos serviços, no entanto, utiliza os seus excedentes para potenciar a sua missão e não para distribuir pelos acionistas ou membros.

Importa referir que o mesmo autor associa esta área ao terceiro setor, pois identifica o papel do Estado como primeiro setor e a área comercial como segundo setor.

Segundo a Lei de Bases da Economia Social (id), esta define-se como *“As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local”*.

2.1 Organizações de Economia Social – Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações

As organizações da Economia Social, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) prestam serviços onde as competências sócio emocionais e interrelacionais dos colaboradores são tão, ou mais relevantes que as competências técnicas e estratégicas. Segundo Azevedo, Franco e Menezes (2010), o valor acrescentado deste tipo de organizações encontra-se principalmente no capital humano que promove a prestação de serviços aos clientes/utentes, assim como a sua sustentabilidade e sucesso.

As associações e fundações são entidades que fazem parte do terceiro setor. Elas são formadas por pessoas ou empresas que querem estrategicamente investir os seus recursos na área social ou ambiental, em prol de um bem maior.

As associações são formadas por um grupo de pessoas que pretendem potenciar e ativar o desenvolvimento local, reabilitar e revitalizar a comunidade através de diversas ações.

As Organizações de Economia Social ajudam a colmatar três desigualdades no mercado de trabalho, a instabilidade laboral, a falta de empregabilidade e a exclusão social. São reconhecidas pela criação de emprego, pela inserção de grupos com dificuldades específicas e na promoção de

oportunidades para a igualdade de género.

2.2 ARPICA – Associação de Reformados e Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça

A Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça é uma associação fundada em 1983 que, tendo adquirido o estatuto de I.P.S.S. (Instituição Particular de Solidariedade Social), em 1993, tem como principais objetivos oferecer apoio às famílias, apoiar a integração social, comunitária, proteção dos cidadãos na velhice, invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho. E tem um papel muito relevante na Comunidade de Alpiarça, não só pelo seu cariz social como pelo número de empregos que garante, atualmente emprega cerca de 50 colaboradores.

O “Cantinho do Idoso”, nomenclatura anterior a tornar-se IPSS, traduz-se em cariz social, assegurando a prestação de um conjunto de serviços que, reunidos na valências supracitadas, visam sobretudo contribuir para a manutenção da população idosa e/ou inválida no seu meio sócio - familiar. Tais serviços assumem essencialmente três vertentes: satisfação das necessidades básicas, prestação de apoio psicossocial, fomento das relações interpessoais ao nível dos idosos e com outros grupos etários da comunidade, de forma a evitar o isolamento. Para a sua concretização, esta associação criou também cinco valências a funcionar no concelho de Alpiarça:

O Centro de Convívio que surgiu em 1983 e que tem capacidade para 50 pessoas, funciona diariamente num espaço que se destina ao encontro, diálogo e ao convívio, (com um lanche incluído).

O Centro de Dia tem capacidade para 40 pessoas e assegura concretamente a alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamentos de roupa, transporte, higiene habitacional e cuidados de saúde, assim como, apoio psicossocial, estímulo da relação utente/família/amigos, convívio entre utentes e destes com outros grupos do meio, e a articulação com outros organismos e serviços.

O Serviço de Apoio Domiciliário tem capacidade para 31 pessoas e foi criado em 2001 com o objetivo de prestar de cuidados individualizados no domicílio a indivíduos ou famílias. Este serviço funciona 7 dias por semana e destina-se a colmatar as necessidades surgidas dos clientes/famílias.

O Serviço de Apoio Domiciliário Integrado processa-se como o anterior, acrescentando a área da saúde.

A ERPI – Estrutura Residencial para Idosos nasce em 2013 como um projeto preconizado que previu a modificação do edifício com a criação de um novo piso, onde ficou implementado. Esta valência procura dar apoio social à terceira idade, nomeadamente uma melhor qualidade de vida, promovendo trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade civil. Tendo uma capacidade para 26 idosos.

Esta Instituição contém outras áreas de intervenção, funcionando em rede com : CNIS (Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade), CMA (Câmara Municipal de Alpiarça), CLAS (Comissão Local de Ação Social), CPCJ (Comissão de Proteção a Crianças e Jovem em

Risco), PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar e Carenciados), ASAL (Associação Sênior de Alpiarça), IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) - Empresas de Inserção/Programas Ocupacionais, REAPN (Rede Europeia Anti - Pobreza Nacional), UDIPSS (União Distrital Instituições de Solidariedade Social), CSA (Centro de Saúde de Alpiarça), CMS (Conselho Municipal de Segurança) e outros organismos de âmbito local/distrital.

E promove ainda, os Programas de Contratos Locais de Desenvolvimento Social+ através do compromisso da ARPICA com o Instituto de Segurança Social e a Câmara Municipal de Alpiarça no âmbito desses Programas, que têm como objetivo contribuir para o aumento da empregabilidade, para um combate articulado contra a pobreza crítica, em geral garantindo uma maior proteção às crianças, jovens e idosos, apostando no desenvolvimento local e na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade. Contempla a contratação de técnicos, nomeadamente um Coordenador Técnico, um técnico para a área do Emprego, Formação e Qualificação e dois para a Intervenção Familiar e Parental e para a Capacitação da Comunidade e das Instituições, tendo terminado em Junho de 2015, entretanto existe uma nova candidatura para um novo programa CLDS4G com início previsto em 2020 com incidência na luta contra a pobreza e a exclusão social.

2.3 Fundação José Relvas

É uma Instituição de referência, e deve a sua existência ao legado filantrópico de José de Mascarenhas Relvas, figura insigne da 1ª República.

Enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, está registada no livro n.º 5 das Fundações de Solidariedade Social, sob o número definitivo 29/93, na fl. 23vº, em 27/10/1993. Conta com valências na área da infância e juventude, com a creche com capacidade para 48 crianças, o pré-escolar com cerca de 65 crianças e o Centro de Acolhimento Temporário com 10 crianças/jovens.

Oferece também prestação de serviços na área da Terceira Idade com a Estrutura Residencial para Idosos da Fundação José Relvas, uma resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras, em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia. (Capacidade para 100 utentes, sendo que 93 têm acordo de cooperação com a Segurança Social), com Centro de Dia (Capacidade para 32 utentes, 15 com acordo de cooperação da Segurança Social) e com Serviço de Apoio Domiciliário (51 utentes com acordo de cooperação com a Segurança Social). Entenda-se como acordo, o protocolo de cooperação (subsídio per capita) com a Segurança Social.

Conscientes de que a qualidade de vida das pessoas idosas que habitam nas Estruturas Residenciais depende da articulação de um conjunto complexo de fatores organizacionais e relacionais, que têm como objetivo nuclear o respeito, e a promoção da dignidade de cada idoso.

Deste modo, a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas da Fundação José Relvas assegura a prestação dos seguintes serviços: alojamento, alimentação, cuidados de higiene e de imagem, tratamento de roupas; acompanhamento médico e de enfermagem, atividades ocupacionais e desenvolvimento pessoal, administração da medicação prescrita, acompanhamento e transporte, a consultas assim como aos exames complementares de diagnóstico, apoio psicossocial, fisioterapia, terapia da fala e apoio na aquisição de bens e serviços.

Tem ainda um papel fulcral como empregador no Concelho com a valência de empresas de inserção que promovem a inserção ou reintegração profissional, a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma atividade, criação de postos de trabalho para a satisfação das necessidades sociais e para a promoção do desenvolvimento local, e neste momento emprega um total de 75 colaboradores.

A Empresa de Inserção de Apoio Social e Reabilitação da Fundação José Relvas, constituída em 1999, presta serviços ao nível do apoio domiciliário e de reabilitação. A Fundação possui um ginásio devidamente adaptado e equipado. A Empresa de Inserção/Catering foi criada em 2006 e deu origem ao Restaurante “O Cavalo do Sorraia”. Este restaurante está inserido na Reserva Natural o Cavalo do Sorraia.

2.4 AIDIA – Associação Independente para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça

A Associação de Desenvolvimento Integrado de Alpiarça, AIDIA, foi fundada a 13 de janeiro de 2005 e tal como o nome indica tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento integrado na região de Alpiarça. De acordo com os seus Estatutos, a AIDIA tem por objetivo apoiar e promover o desenvolvimento integrado da região de Alpiarça, pelo que procurará inventariar recursos, elaborar estudos e propor projetos que conduzam à adoção de soluções adequadas às realidades económicas, sociais e culturais.

A AIDIA tem como missão visionar o futuro a partir do sonho; intuir a realidade a partir da visão, planear o que se sonha, dar ao plano a forma de programa, programar o que se pode concretizar, prometer o que se pode cumprir, dar à palavra o valor do compromisso, respeitar o compromisso da palavra, criar um contexto social com valor, valorizar o respeito pelos princípios éticos, deontológicos e morais. As ações que promove são as seguintes: promoção, apoio e organização de ações de formação profissional, colaboração com entidades públicas e privadas interessadas no desenvolvimento integrado de Alpiarça, organização e manutenção de serviços de informação e documentação, realização de candidaturas a projetos locais aos programas específicos, quer nacionais, quer de âmbito comunitário, definição de produtos locais de qualidade e desenvolver mercados adequados, preservação da cultura local, apoio às ações de defesa e valorização do Tejo Ibérico.

A Associação encontra-se sedada no Edifício Visconde Barroso, na Rua José Relvas, 251, 2090-105 Alpiarça.

3 Valores transversais a todos os setores: cooperação, altruísmo e filantropia

3.1 Cooperação

Leakey & Lewin, (1977 cit. por Serrano, 2015) afirmam “...*que a cooperação assume-se como uma das componentes essenciais quer do ato filantrópico, quer da natureza humana.*”

Os tempos difíceis e conturbados da conjuntura mundial clamam atualmente, mais do que nunca, por uma pedagogia de ação conjugada capaz de combater o individualismo e o isolamento na transposição das dificuldades inerentes ao desenvolvimento dos territórios. Falamos, claramente de Cooperação, uma prática que deve ser realizada a todos os níveis e escalas (local, regional, nacional, internacional).

Assumimos assim a cooperação como um valor transversal quer a nível público quer privado, relativamente às instituições de Economia Social, e à semelhança do que se verifica com as organizações com fins lucrativos e associações públicas locais, também estão sujeitas a recorrentes alterações, tais como alterações legislativas, diminuição de apoios estatais, aumento das exigências ou mudança nas necessidades dos beneficiários, ou alteração dos critérios para candidaturas a fundos comunitários.

Para Graça (2016) é necessário que estas organizações/associações apostem na colaboração, na ajuda mútua, na troca e na complementaridade, potenciando-se o seu desenvolvimento. Segundo Benzaquen (2006), a cooperação corresponde à ação entre dois ou mais agentes no sentido de fazer algo juntos, com vista a atingirem um objetivo comum. Assim, pode entender-se que em contexto profissional a cooperação corresponde a uma forma de organização do trabalho que visa trabalhar em conjunto, colaborar com o outro em vez de se priorizar o trabalho individual, para Jesus & Tiriba, (2003 cit. por Correia, Silva, Lucena, Gomes & Thiollent, 2011). Quando se fala em cooperação, não se está a referir apenas a duas ou mais pessoas a trabalhar em conjunto.

De acordo com Johnson e Johnson (1999), trabalhar em conjunto, ou seja, fazer parte de um grupo não significa cooperar. Neste sentido os autores identificam quatro tipos de grupo: pseudogrupo, grupo tradicional, grupo cooperativo e grupo cooperativo de elevado desempenho.

Um pseudogrupo corresponde a um conjunto de indivíduos indicados para trabalharem em conjunto, mas que não têm interesse em fazê-lo, pois têm objetivos distintos e irão interagir no sentido de alcançarem os seus próprios objetivos. Num grupo tradicional, os indivíduos aceitam trabalhar em conjunto, tendo por base um objetivo comum, mas não reconhecem a mais-valia de estarem juntos, interagindo apenas para partilha de informação, com vista a desenvolverem a tarefa. Nos grupos cooperativos, os indivíduos estão implicados num objetivo comum e cada um é responsável pelo seu desempenho e pelos resultados do grupo no global. Nestes grupos, os resultados refletem a contribuição e esforço de todos. O quarto tipo de grupo, o cooperativo de

elevado desempenho diferencia-se dos grupos cooperativos apenas pelo nível de implicação dos seus membros em relação ao sucesso dos outros e do grupo como um todo (Passos, 2001). A cooperação pode, assim, ser caracterizada por uma coordenação de esforços no sentido de se alcançar um objetivo comum.

Tal como cita Serrano (2016:65) em suma “...numa situação social cooperativa, os objetivos definidos para um participante no processo cooperativo realizar-se-ão se também se realizarem os objetivos de todos os indivíduos participantes, contrapondo todas as teorias de competitividade.”

3.2 Altruísmo

Termo derivado do francês *altruisme* e cuja definição assenta numa doutrina filosófica moral ou como um hábito e/ou prática que incide na dedicação ao outro, como norma suprema de moralidade, ligada à solidariedade contrariando completamente o conceito de egoísmo.

Isidore Comte nasceu em Montpellier, no Sudoeste de França, a 19 de janeiro de 1798 tornando-se o pai da Sociologia, e fundando a teoria do Positivismo.

Comte revelou desde muito cedo uma grande capacidade intelectual e uma memória prodigiosa, interessando-se pelas ciências naturais movidas pelas problemáticas sociais e históricas.

Assim criou uma filosofia, rejeitando as causas dos fenómenos, que eram justificados com Deus e com a Natureza, e foi isto que impulsionou a pesquisa das suas leis. O filósofo obtinha dados reais, através da observação, experimentação, comparação, classificação e filiação histórica.

Afirmava que tanto os fenómenos da natureza como os sociais obedeciam a leis gerais, provinham dum só princípio. Em 1851 criou a sétima ciência, a Moral, que pesquisa a constituição do individuo na sua interação social. Defendia, também, que teríamos de conhecer bem a realidade para saber o que fazer, para que o ser humano pudesse melhorar a sua própria realidade, e que o pensamento positivo tinha como fundamento, daí a célebre frase de Comte “*ver para prever, a fim de prover*”.

A partir deste princípio cria uma lei para explicar a anarquia vivida na época, a lei dos três estados, o Estado Teológico ou Fictício, onde os factos eram explicados pelo sobrenatural, ou seja, as ideias baseavam-se no sobrenatural, e são usados como ciência, nesta fase a sociedade tem uma estrutura militar, fundamentada na propriedade e na exploração do solo. A segunda lei baseia-se no Estado Metafísico ou Abstracto onde surgem as ideias naturais, embora ainda haja presença do sobrenatural das ciências, neste período expande-se a indústria, mas não na sua totalidade, pois a sociedade já não é francamente militar. Na metafísica o Homem compreende que não pode explicar os fenómenos por meio de Deus, porém ainda não encontrou a forma mais correta dos explicar. E por fim o Estado Positivo ou Científico, onde os factos são explicados segundo as leis gerais de ordem inteiramente positiva, atingido a maturidade no espírito humano, nesta fase a indústria encontrava-se preponderante, a produção era o destaque. O autor acreditava que através

deste estado podia reformar a vida humana e a sociedade, ele defendia que a ciência ao prever, permitia que o Homem se defendesse da realidade.

O positivismo de Comte é uma filosofia que interpreta o saber e a sociedade, a teoria do Homem, a história da sociedade e da religião. Os princípios que regem este princípio incidem sobre a realidade, o relativismo e o espírito de conjunto, realizando e interpretando o positivismo da Razão. Ora vejamos, a ciência é a extensão do bom senso, a moral positivista é o prolongamento da moral espontânea, e logo, esta proclama a superioridade do altruísmo sobre o egoísmo.

O altruísmo comtiano poderá ser considerar a moral teológica e a metafísica como morais egoístas, pois as sociedades devem ser organizadas de maneira positivista, praticando e relevando a solidariedade entre os seus membros. *“A vida é uma provação: aquele que viveu egoisticamente para si mesmo é levado inteiro para a morte; aquele que viveu para outrem subsiste na consciência dos outros...”*

Na doutrina deste filósofo, sociólogo, o altruísmo revela-se em três componentes, o apego, verificada no vínculo que os iguais praticam entre si, a veneração, onde os mais fracos têm vínculo com os mais fortes e a bondade, sentimentos que os mais fortes têm em relação aos mais fracos.

Com base em diversas investigações e com o lançamento de várias obras desde 1982, Frans de Wall mostra que o aparecimento do altruísmo nos homens dá-se como nos chimpanzés, e revela-se aos 18 meses de idade, pois existe uma tendência natural para ajudar os outros *“Any animal whatever, endowed with well-marked social instincts... inevitably acquire a moral sense or conscience, as soon as its intellectual powers had become as well developed, or nearly as well developed, as in man.”* Charles Darwin citado por Wall (2005:177). Esta investigação diz também que, o altruísmo poderá ter evoluído, desde há 6 milhões de anos para cá.

O Altruísmo na Etologia e Biologia Evolucionista é um padrão de comportamento animal, no qual o indivíduo arrisca a sua vida para salvar e beneficiar os outros elementos do grupo, no entanto supostamente, existirá, sempre um grau de parentesco nesse grupo para a continuidade genética, entretanto esta teoria é insuficiente para explicar os comportamentos altruístas, quando não existem as tais relações de parentesco, então, nesse caso, afirma-se que a conduta altruísta é levada a cabo quando o indivíduo espera de alguma forma ser recompensado pelo outro, ou por algum membro desse grupo, considera-se, por exemplo ser aceite pelo grupo. Isto acontece porque o indivíduo sente necessidade de pertencer a um grupo de interagir socialmente.

Para Lourenço (1988) o altruísmo é visto como uma competência sociocognitiva, por exemplo o adulto para socializar, tem de se valer do altruísmo e ajudar o outro em maior necessidade.

Após este estudo verificou-se que a utilização do *“role-taking”* perceptivo/cognitivo estava claramente implicado no aumento da conduta altruísta. Quando uma pessoa está em necessidade ou dependência, o outro pratica o altruísmo, como generosidade e autossacrifício.

Existem processos cognitivos, quando os indivíduos agem de acordo com o pró-social encaradas com a responsabilidade, então pressupõe-se após algumas investigações que o sujeito

pensa antes de agir, e tira a ilação de seu interesse, como a recompensa.

O altruísmo é geralmente associado a ajuda, psicólogos sociais afirmam que o altruísmo é reservado aos comportamentos semelhantes, que não dependem de reforço. O bem dos outros é procurado em si mesmo. No entanto, os psicólogos não estão totalmente de acordo, sobre a existência e a prática do altruísmo, ora vejamos: Batson (1991,1995) afirma que *“as pessoas são altruístas na condição de poderem criar empatia com o outro, isto, é sentir aquilo que a pessoa sofre...”*, por sua vez, Nbar-Tal, Rvaivv, Bryan e London, Aron-Freed, Eisenberg, Leeds, Kreebs, Hoffman, Midlarsky e Hanna, Mussen, Rushton, Schawrtz e Moore, Wispé aceitam a definição por Macaulay e Berkowitz de que o *“comportamento efetuado para beneficiar outrem sem expectativa de recompensa de origem externa.”*

No entanto, Richard Dawkins (1976), no livro *“El Gen Egoísta”* acusa estas teses de se desviarem do Darwinismo e propõe uma concepção que entenda a evolução, considerando o bem do indivíduo, como factor principal, onde diz que o altruísmo é a conduta dum organismo, quando *“se comporta de maneira que contribua a aumentar o bem-estar do outro, e o seu próprio bem-estar.”*

E posteriormente, Hatfied et al.:1978 afirma que *“o ser humano é fundamentalmente egoísta e jamais fará algo diferente de ajudar...”* defendendo assim, a tese que tanto existe altruísmo, como egoísmo, e que no ponto de vista genético estas se encontram completamente interligadas.

3.3 Filantropia

Para Graça. (2016) é perante um contexto desesperante de pobreza e dependência derivado em muito pelo aparecimento de epidemias num crescente aumento da população, em pleno século XVIII que surge a emergência em ajudar os mais vulneráveis, daí nascem associações de voluntários, bem como doações filantrópicas por parte dos mais ricos para apoio às escolas, faculdades e hospitais (Hall, 2006).

Borges, Miranda & Júnior, (2007 cit. por Graça. 2016) menciona que *“Enquanto organizações não-governamentais e não lucrativas, as organizações filantrópicas definiam-se pela contribuição da riqueza privada para fins públicos, com o objetivo de manter e prestar ajuda social, educacional, ou outras atividades que atendam ao bem-estar.”*

Já para Anheir (2014) esta ação denominada filantropia reflete-se quando os indivíduos demonstram *“amor pela humanidade”* afeição voluntária quer pela oferta de bens quer pelas competências pessoais em benefício de causas públicas específicas, oferecendo ajuda com as suas *“skills”*. (idem)

Segundo o mesmo autor, este conceito nasce baseado na religião, Serrano (2005) elucidado na sua tese de doutoramento associando-o à parábola do Bom Samaritano, revelando a compaixão como valor essencial.

De acordo com Karoff (2004) (id.), ao longo do tempo começa a surgir associada ao apoio das empresas mais abastadas e privadas no sentido de resolver problemas sociais, tais como a pobreza e a exclusão. O conceito foi considerado tão importante que atualmente é abordado como a Responsabilidade Social, que segundo a Comissão Europeia, a maioria das atividades socialmente responsáveis e as práticas sustentáveis que têm um caráter ocasional e não estão simplesmente ligadas à estratégia da empresa, mas sim à, também conhecida como responsabilidade social. As empresas passaram a incluir nas suas missões o comportamento ético e a filantropia (Blaga, 2013).

Os principais motivos que estão na origem do envolvimento das pequenas e médias empresas em atividades socialmente responsáveis são as razões éticas, o relacionamento com a comunidade, a fidelização do cliente, o código de conduta, o relacionamento com parceiros comerciais, o bem-estar dos trabalhadores sobretudo com a segurança social e elaboração de seguros, o desempenho económico e as pressões exteriores, mas sobretudo nas vantagens que daí podem advir para as empresas ou entidades privadas.

Em Portugal, as empresas associam esta ideia da solidariedade em articulação com a comunidade, ao melhoramento do desempenho do meio ambiente, dentro e fora da empresa, adoção de comportamentos de voluntariado, promoção do desenvolvimento das pessoas e sobretudo o cumprimento das regras ambientais e sociais.

Tal como fora mencionado por Payton e Moody, (2008 cit. por Graça, 2016) *“a filantropia envolve atos tão diversos como confortar uma criança com cancro, passar um cheque a uma instituição de solidariedade ou aumentar os fundos disponíveis para realizar doações. A filantropia envolve não só competências e ações, mas também motivações, valores, um propósito implícito para realizar uma ação voluntária que seja aceite e apoiada pela comunidade.”*

O mais importante no ato filantrópico passa por saber ouvir as necessidades, mais do que falar sobre projetos e organizações de quem pratica as ações (Karoff, 2004). A filantropia pode, então, ser entendida como uma atitude civilizacional que deve ser ensinada desde cedo às crianças e que deve alimentar-se ao longo dos anos para que os indivíduos não esqueçam a importância de olhar para o outro como se fosse alguém que nos é próximo, como um vizinho ou familiar (Serrano, 2015). As ações filantrópicas devem ser incentivadas, contribuindo para que os cidadãos consigam olhar para a comunidade e não apenas para si próprios, para que consigam dar sem terem necessidade de receber bem materiais.

“A prática da filantropia é implícita e problemática, quer para quem a pratica, quer para quem a recebe...” Serrano (2005:58) é importante que a filantropia seja utilizada de forma adaptada à problemática existente.

4 Governança e Bem Estar Social

Segundo Albuquerque (2016), a mudança de um paradigma de “governo” para outro de “*governança*” implica a mobilização de diversos elementos do sector social e económico, com o intuito de criar novas formas de desenvolver a solidariedade e definir critérios de pertença comunitária. A lógica de “governo” diz respeito à produção direta de respostas sociais e de controlo, enquanto a “*governança*” implica a colaboração de entidades do Estado em vários níveis de tomada de decisão territorial, por exemplo em espaço público, privado e voluntário. Há que ter em conta que, algumas diretrizes ditas inovadoras em torno da providência social e do bem-estar, podem não refletir uma verdadeira mudança qualitativa. Pode acontecer que sejam antes estratégias de pendore político que visam colmatar o vazio deixado pela falta de atuação ao nível da proteção social. Além do mais, existe a crença de que é possível resolver problemas estruturais em território local, o que não faz muito sentido, por limitações ao nível dos parâmetros que podem ser controlados.

A novidade consiste no sentido que é dado à solidariedade e à responsabilidade, o que implica uma transformação nos mecanismos de articulação entre os sectores da produção e do bem-estar. É, sobretudo, o contexto sociopolítico-económico em que surgem e as formas de relacionamento e objetivos entre o Estado e a Sociedade Civil. Há, portanto, um novo sentido de poder que se legitima na capacidade para proporcionar uma reestruturação social. A lógica contratual apresenta-se como um mecanismo de racionalização e democratização da vida social, sendo que o Estado tenta responder aos novos desafios sociais através do favorecimento da reconstrução da coesão social.

Uma das áreas que é importante sublinhar é o comprometimento da “*governança*” com as políticas sociais nos desafios junto da população vulnerável. São debatidos temas como o combate à pobreza e à exclusão social, assim como o envelhecimento ativo, o cuidado à população idosa e a necessidade da reestruturação por parte da “*governança*” territorial fomentando oportunidades para inclusão e cidadania. É nas políticas sociais de empregabilidade, ativação (programas de aprendizagens ao longo da vida), participação e qualidade de vida que se promove a participação social e o bem-estar social das pessoas evitando assim riscos de exclusão social. O direito à cidadania envolve todo o tipo de cuidados inerentes ao bem-estar, e é neste sentido que a cidadania social merece destaque, pois com o envelhecimento da população e as necessidades inerentes torna-se fulcral, pertinente e urgente a inovação em apoio e cuidados, especialmente em grupos vulneráveis e dependentes. Associadamente a este panorama é absolutamente necessário a articulação do Estado com as Organizações de Economia Social partilhando assim a responsabilidade social face aos riscos e oportunidades. Os cuidados familiares outrora assumidos pela mulher sofreram também alterações devido ao ingresso das mulheres no mercado trabalho e dessa forma houve necessidade de melhorar estratégias de “*governança*” com a criação e aumento das instituições preenchendo as lacunas existentes. Por forma a garantir “solvabilidade social” é recomendado a complementaridade, partilha, inovação nas estratégias de trabalho entre todos os

intervenientes, fortalecendo assim o bem-estar social.

4.1 A importância das Autarquias Locais

Segundo Lopes (2012:26-30) o conceito de desenvolvimento local assenta no compromisso de responsabilização mútua entre o cidadão e o estado, numa tentativa de supressão de necessidades humanas básicas procurando alcançar o nível de satisfação desejável, enquanto o estado procura responder a necessidades num patamar mais coletivo com diversos serviços públicos, deve em simultâneo o indivíduo assumir um comportamento mais proactivo, para alcançar os seus objetivos pessoais.

O mesmo autor cita Gonçalves (1999:37) ao frisar que o serviço público pode ser considerado uma “...*actividade ou tarefa de prestação de bens e serviços que satisfaz necessidades essenciais dos cidadãos e cujo exercício deve ser regulado por regras especiais e assegurado, de forma directa ou indirecta, por entidades da Administração Pública*”.

A mudança histórico-política que se verificou desde o século XIX foi marcada pela alteração de atuação, nesta altura no que concernia à subsidiariedade de intervenção pública “...*o Estado só deveria assumir as tarefas de que a sociedade se desinteressava ou que não podia ou conseguia executar em termos satisfatórios*” (Gonçalves e Martins:174), e apenas atuava nas atividades administrativas de execução de lei de constituintes de soberania nacional.

Esta visão começa a ser questionada após as condições económicas e sociais deixadas pela revolução industrial, nas diversas áreas: transportes, energia, construção de redes e infra-estruturas e regulação da atividade económica.

Com este cenário e sobretudo após as duas Guerras Mundiais surge a emergência de intervenção direta do estado na área económica e social. São criadas medidas de proteção social, assim como a mobilização de uma gestão de recursos necessário para ultrapassar as consecutivas crises económicas.

A partir daqui, assiste-se a nível Europeu a um reforço do Estado e das suas administrações assumindo-se como responsável direto da prestação de serviços públicos, essenciais na sociedade, saúde, segurança social, educação e até no setor económico através de os ministérios e direções gerais, ou através de instituições criadas para esse efeito (Institutos, Empresas públicas, IPSS).

Em Portugal o setor público abrangia quase todos os sectores de atividade e todas as necessidades coletivas.

A partir dos anos 80 e ao longo destas 3 décadas surgem crises de sustentabilidade de um Estado Social recomeçam a relevar-se novos conceitos “*privatização, liberalização, desregulação, diminuição do peso do Estado, redução do Estado*” Marques e Moreira (1999:2) como estratégia para ultrapassar o peso financeiro.

No entanto, por outro lado o “*aumento das tarefas administrativas, a descentralização e a fuga da administração direta, a proliferação de novos tipos de administração não-governamental, a*

participação das organizações sociais nas tarefas administrativas (...) provoca a destruição da unidade primordial da administração” Moreira (1997:31).

Sob este panorama nacional e europeu assente na dificuldade económica e com uma crescente exigência dos cidadãos surge necessidade de readaptação por parte do estado para satisfazer as necessidades dos cidadãos.

Daí advém as parcerias público-privadas: a privatização dos serviços públicos, a delegação ou concessão temporária de gestão, contratação de serviços ou prestações pelas entidades públicas a entidades privadas, reconhecimento oficial e a credenciação de entidades privadas no desenvolvimento de políticas públicas.

Desta situação nasce a importância das OES a nível de desenvolvimento local com o apoio absolutamente necessário da subsidiariedade do Estado através dos acordos de cooperação que ainda hoje subsistem com os subsídios estatais. Lopes (2012) cita assim Marques e Moreira, (1999:3) ao aludir “...*que o Estado “desonera de tarefas no âmbito da atividade económica, especialmente pela sua transferência, total ou parcial para entidades privadas”.*

No entanto estas OES conseguem dar resposta às necessidades da população por se encontrarem numa relação mais próxima com os problemas locais.

Fidalgo (2012) releva que mais eficazes, ainda, nesta função administrativamente redutora de conflitualidade social, se podem considerar as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores, estruturadas com a maior pureza corporativa, isto é, realizando elas próprias o enlace orgânico tanto de assalariados como patrões da agricultura e da pesca respetivamente, com proibição de constituição de sindicatos. “... *uma e outra funcionariam essencialmente como instrumentos de política salarial e laboral do patronato de enquadramento politicoideológico da massa rural e piscatória e de uma embrionária e paternalista assistência social para os seus associados.*” Matoso (1993:279).

4.2 Câmara Municipal de Alpiarça

A Câmara Municipal de Alpiarça tem orientação para políticas ativas de inclusão social, dinamizando a articulação com parceiros públicos e sociais e mobilizando o voluntariado. Esta ação assentará ainda no reforço da ação da Rede Social, com a implementação de medidas de apoio e acompanhamento às famílias com carências a nível social e económico.

O Gabinete de Ação Social tem como domínios de ação, dar resposta e apoio às necessidades básicas e imediatas, dar apoio à inserção social, económica e profissional, a promoção social, a promoção da saúde e do bem-estar social. O gabinete possui um horário de atendimento aos Municípes que é realizado semanalmente às 2^{as}feiras e às 4^{as}feiras das 10h às 12h30.

As áreas de Intervenção do Gabinete de Ação Social do Município consistem no Programa da Rede Social que é desenvolvido pelo Conselho Local de Ação Social de Alpiarça (CLAS),

constituído ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de Novembro, por representantes de autarquias, organismos públicos e entidades sem fim lucrativo. Anualmente são realizadas reuniões entre as entidades parceiras locais e reuniões a nível distrital, onde se partilham as boas práticas desenvolvidas nos diversos concelhos.

Existem também Protocolos de Cooperação, como o Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC). O PIEC, a funcionar na dependência do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que desenvolve, entre outras medidas, o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF). Considerando que alguns jovens não têm as respostas mais adequadas para a sua formação escolar no Concelho de Alpiarça, a Câmara Municipal estabeleceu um protocolo com o PIEC no qual está incluído o PIEF, tendo o programa vindo a acolher na Chamusca, jovens de Alpiarça, assegurando a Autarquia o apoio financeiro para o transporte. Assim como, a Equitação que promove o desenvolvimento de competências equestres como forma de lazer, o exercício físico e aumento da autoestima, beneficiando crianças, jovens e adultos portadores de deficiência, com protocolos anuais estabelecidos no âmbito da Equitação, nomeadamente a Hipoterapia com o Centro de Recuperação Infantil de Almeirim (CRIAL).

Na área da ação social é também, facultado o apoio às famílias, bolsas de estudo para estudante do ensino superior, intervenção precoce, rendimento social de inserção, dinamizado o projeto Redistribuir que tem como objetivo, através de aquisição/receção de bens e prestação de serviços, suprir as necessidades imediatas de famílias com dificuldades socioeconómicas, com fracos recursos económicos. Os bens disponíveis são têxteis e brinquedos, móveis, eletrodomésticos e utensílios domésticos, materiais de construção e banco de ajudas técnicas.

O Projeto *“Uma Mão Amiga ... Um Natal Feliz”* é também uma medida de apoio social através de uma campanha de sensibilização, junto da comunidade escolar e do concelho, apelando aos valores da solidariedade e alertando para um problema, infelizmente sempre atual, da situação de pobreza e carência, em que vivem muitas crianças/famílias. Durante a semana em que decorre esta iniciativa, as crianças são convidadas a desenvolver atividades temáticas, contribuindo com um presente (brinquedo, bens alimentares e bens de higiene pessoal). Terminando esta recolha são elaborados cabazes de Natal, que são distribuídos pelas crianças/famílias carenciadas do Concelho de Alpiarça. Este projeto conta com a colaboração das várias entidades parceiras da Rede Social de Alpiarça.

No que diz respeito aos idosos, o gabinete de ação social promove a Oficina Solidária que tem como objetivo responder a necessidades pontuais destes munícipes, efetuando pequenas reparações domésticas, criou o Cartão Sénior Municipal que visa proporcionar benefícios aos Munícipes de Alpiarça, com mais de 65 anos, estimulando a sua participação em atividades culturais, desportivas e recreativas e também ajudar na aquisição de medicamentos.

Faculta o transporte ao Cemitério de forma a colmatar as dificuldades de locomoção da população idosa, e tendo em consideração que o cemitério se localiza longe do centro da vila, a Câmara Municipal de Alpiarça disponibiliza semanalmente transporte para aqueles que pretendem

tratar das sepulturas dos seus familiares. Proporciona ainda, viagens para idosos, reformados e pensionistas anualmente, para fora do Concelho. Organiza as Comemorações do Dia Internacional do Idoso com atividades no sentido dos idosos, reformados e pensionistas do Concelho, poderem conviver uns com os outros. A autarquia oferece um almoço que é seguido de atividades, lanche e animação.

Para combater a pobreza e promover a inclusão social a Câmara Municipal promove a reabilitação de habitações, com a cedência de materiais de construção e de recursos humanos para a sua execução, em parceria com a Junta de Freguesia de Alpiarça, sobretudo no projeto “*Mãos Dadas*”.

O Gabinete de Ação Social está representado no CLAS de Alpiarça, no Núcleo Local de Inserção, Conselho de Administração da Fundação José Relvas, Conselho Municipal de Segurança e no da Educação, tem parceria como IEFP e com várias associações do Concelho, evidenciando a preocupação com a formação e o emprego, agindo em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional, possibilitando a Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências através de parceria com Centro de Qualificação e Ensino Profissional, desenvolve Unidades de Formação de Curta Duração, e encontra-se em perfeita articulação com Contratos Locais de Desenvolvimento Social CLDS+, estando a decorrer, neste momento a candidatura do CLDS4G.

4.3 Junta de Freguesia de Alpiarça

Tendo como base o documento “*Grandes Opções do Plano para 2020*” da Junta de Freguesia de Alpiarça iniciaremos a sua caracterização elencando o seu lema principal “ *A Junta / Próxima de si*”, desenhado pelo executivo tendo em conta a realidade do seu território, particularmente a importância da população idosa na pirâmide etária e as famílias em situação de carência económica.

Dando continuidade às linhas gerais de ação que esse executivo traçou para o quadriénio de 2017/2021 liderado pela Sra. Presidente Fernanda Cardigo.

A Junta de Freguesia dinamiza programas de proximidade com a sociedade alpiarcense com as devidas medidas de adaptação às circunstâncias aceitando desafios para novas ações no âmbito das suas competências ou em complemento às de outras instituições, como as IPSS do Concelho. Para isso, o diálogo com as pessoas, empresas e instituições para as consequentes tomadas de decisões são práticas que utilizam como estratégia de modo a valorizar o papel da autarquia, que se pretende seja próxima da sociedade e os consequentes benefícios para a freguesia.

No âmbito dessa ação programática, a valorização das competências humanas e profissionais dos seus trabalhadores são um aspeto que consideram ter em conta para o sucesso do que se pretende atingir.

Segundo o documento, a proximidade da autarquia e dos autarcas com a população tem sido e continuará a ser uma das vertentes para o cumprimento de um serviço público de qualidade que têm a obrigação de levar à prática.

Uma das suas atuações é o desenvolvimento das campanhas de divulgação e de cooperação com a administração central para que obrigações ou acesso a direitos por parte, em especial, de setores da comunidade que se encontram afastadas da esfera da governação, seja uma efetividade.

A Junta de Freguesia tem como objetivo especial dar ênfase ao desenvolvimento de ações de apoio social e de apoio a atividades direcionadas aos seniores, nomeadamente para combater o isolamento social.

Para a execução das políticas a que se propõem, entendem que a cooperação e a implementação de parcerias com outros órgãos autárquicos, entidades públicas, empresas, associações e coletividades e cidadãos a título individual, serão peças fundamentais para o sucesso da estratégia delineada.

Nesse sentido, a cooperação com a Câmara Municipal de Alpiarça e com outras instituições do concelho e da região que, em determinadas circunstâncias, é um verdadeiro e salutar trabalho em rede, terá, naturalmente, o seu prosseguimento.

Aposta essencialmente nos seguintes três principais eixos estratégicos:

- Ambiente, conservação e melhoramento do património;
- Apoio social e valorização de pessoas e empresas;
- Atividades culturais, desportivas e de entretenimento.

A Junta de Freguesia arranja espaços verdes, equipamentos, cemitérios, atividades culturais, desportivas e de entretenimento, tais como, o apoio às associações e coletividades da freguesia.

Disponibiliza o património edificado da Junta de Freguesia para iniciativas culturais, de formação profissional ou outras de manifesto interesse para a comunidade alpiarcense, a realização, promoção ou apoio de iniciativas temáticas ou comemorativas de datas ou acontecimentos relevantes para a comunidade alpiarcense, como o Dia Internacional da Mulher, o Dia Mundial da Poesia, o Dia Mundial da Criança, os Dias Mundiais da Árvore e da Floresta ou efemérides de relevante importância local, a continuação da realização da iniciativa Há Festa! Na Minha Rua, no período do Verão, envolvendo os vizinhos das diversas zonas da freguesia e a população em geral, o pequeno comércio e associações locais, com a aposta em artistas populares de Alpiarça, continuação do apoio e/ou à implementação de festejos populares nos lugares da Freguesia, promoção ou apoio a iniciativas tradicionais locais, apoio a iniciativas que se revelem de grande interesse para os princípios gerais consignados nestas GOP 2020, promovidas quer por parte de coletividades ou associações da freguesia, quer por entidades públicas ou por particulares, realização do Festival do Melão, em parceria com a Câmara Municipal de Alpiarça, a participação na ALPIAGRA – Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça, apoio à ARTENATAL, feira de artesanato

local e espaço cultural e de entretenimento alusivo à quadra natalícia, participação ou apoio a iniciativas integradas nos festejos populares de Carnaval em Alpiarça, apoio a iniciativas editoriais de autores alpiarcenses ou radicados na freguesia de Alpiarça.

No que diz respeito a atividades económicas, aposta na formação com a continuação do programa Valorizar, onde se tem vindo a propalar o valor a produtos, iniciativas ou pessoas merecedoras de projeção, de divulgação, de promoção, gerando-se estímulos e valor acrescentado a quem faz e ao que se divulga, assim como à comunidade alpiarcense, assim como, a continuação da iniciativa "*Mãos Dadas- Porque Vamos + Longe*", onde se pretende envolver cidadãos e empresas, em complemento da ação das autarquias na resolução de problemas sociais. Manutenção da ação A JUNTA I Próxima de si, particularmente na sua vertente social, de apoio, aconselhamento e/ou encaminhamento de fregueses, tendo em conta a importância que se tem revelado, com os devidos aperfeiçoamentos, apoio a associações de solidariedade social da freguesia de Alpiarça, apoio a famílias em carência económica, a diversos níveis, promovendo emprego e em simultâneo ação social, administração autárquica e de pessoal e proteção e segurança. Particularmente na melhoria de condições de habitabilidade. Desenvolvimento de ações dirigidas à população sénior, destinadas à sua segurança e ao combate ao seu isolamento e/ou solidão, mantendo-se a iniciativa *Novelos & Companhia*.

Ações decorrentes do plano de atividade do Gabinete de Inserção Profissional (G.I.P.).

A Junta de Freguesia de Alpiarça continua inserida na Rede Social, Conselho Local de Ação Social, Grupo Técnico Operativo, Núcleo Local de Inserção, Núcleo Executivo do CLAS e no Conselho Fiscal da Fundação José Relvas (IPSS).

4.4 Gabinete de Inserção Profissional de Alpiarça (GIP)

O GIP apoia a comunidade com o desenvolvimento das seguintes atividades:

Divulgação das ofertas de emprego;

Divulgação e informação de Cursos de formação profissional;

Informação e encaminhamento para a orientação escolar;

Orientação e encaminhamento na procura de emprego;

Apoiar na aquisição de técnicas de procura de emprego (como consultar os anúncios, como responder a anúncio de emprego, como pesquisar na Internet, como elaborar a carta de apresentação, como elaborar o Currículo Vitae e carta de apresentação);

Apoiar no recrutamento de candidatos;

Contactar com empresas e entidades empregadoras do concelho e saber quais as suas necessidades a nível de recursos humanos entre outros;

Participação na Rede Social de Alpiarça;

Participação na CPCJ;

Participação e articulação com o CLDS 4 G;

Realizar sessões de esclarecimento sobre temas da atualidade que contribuam para o desenvolvimento pessoal e de uma atitude empreendedora;

Organizar eventos que promovam os costumes do nosso concelho e dinamizem os espaços deste;

No âmbito das formações apoiam e apoiarão no ano de 2020 várias ações de Formação em diversas áreas, através do protocolo que temos com as entidades formadoras e AIDIA, tais como, a continuação dos cursos de Costura e Bordados e dos cursos dentro da área educativa e social.

Relativamente a cursos de formação com equivalência ao nível do 6º, 9º e 12º ano, a Junta de Freguesia tem assinado o protocolo com o Centro Qualifica da Escola Profissional do Vale do Tejo. Com esse protocolo continua a dar aos fregueses a possibilidade de realizarem processos de RVCC, ou outro tipo de formação para obterem uma qualificação superior à que possuem.

O objetivo do GIP e Junta de Freguesia é dar à população ferramentas para que as pessoas obtenham um nível de qualificação adequado às necessidades do mercado, e não só.

Todo o processo de formação, quer modular quer com equivalência está dependente da aprovação por parte das entidades competentes, e a divulgação destas. É objetivo principal do GIP articular com as entidades formadoras, a existência de formações para o nosso público-alvo e que facilitem também no processo das suas qualificações.

Têm parceria com a Ação Social Local, tentando dar respostas a todos através de contratos CEI, CEI+ e outras oportunidade de inserção como, estágios profissionais, inserção em formação, etc.

É objetivo do Gabinete de Inserção de Alpiarça responder às necessidades da comunidade, quer de pessoas desempregadas, pessoas com empregos mas que necessitem de formação, e empresas que possam não só solicitar informações sobre candidatos mas que os possam colocar no mercado de trabalho através da parceria do IEFP através das suas medidas de emprego.

5 Políticas Sociais

Segundo Pereirinha (2008), *“uma política pública traduz-se numa atuação em que a partir de alguma necessidade diagnosticada, se utilizam meios a que se pode ter acesso, contando para esse efeito com um conjunto de apoios necessários para essa atuação.”*, desta forma a Política Social funciona como intervenção pública destinada à promoção e garantia do bem-estar social, procurando a equidade e justiça social, através da intervenção do Estado na promoção e garantia dos direitos sociais, que constitui a característica fundamental dos modernos Estados-Providência. Tal como enunciado no quadro Estado - Providência, a política social deve ser vista como a *“forma de atuação das políticas públicas com a finalidade de promover e garantir o bem-estar social através da consagração de direitos sociais e das condições necessárias à sua realização em sociedade”*.

Segundo Melo (2005:97) a política pode ser feita através da intervenção na sociedade de tal

forma que possa influenciar o presente e contribuir para o seu desenvolvimento, quer a nível individual quer em organizações, instituições através da construção, colaboração, cooperação entre os demais para um futuro melhor.

Ratificando a teoria que a política “*está em todo o lado*” inteiramente associada a técnicas e conquista e de manutenção do poder institucional.

Este conceito tem como prossecução a satisfação das necessidades sociais, a garantia dos direitos sociais (civis, políticos e sociais), e avaliar os fatores que do ponto de vista coletivo, estão na origem da não satisfação das necessidades, e ou não garantia de direitos.

5.1 Objetivos e domínios da atuação da política social

A atuação da política social tem como principais objetivos, a promoção da redistribuição do rendimento e da riqueza, a gestão dos riscos sociais e a promoção da inclusão social. O Estado pode ter dois tipos de atuação, agente produtor de serviços (educação, saúde) ou agente que regula a atividade de outros agentes, onde delega a produção desses serviços a outros, subsidiando os mesmos, tais como agentes com vista a lucros, escolas e clínicas privadas, agentes privados sem fins lucrativos (Economia Social) e ainda através de redistribuição de rendimentos assumidos na forma de seguros sociais (pensões), assistência social, *welfare mix* ou *pluralism*.

5.2 Aspetos Organizativos da Política Social

As várias políticas podem ser segmentadas em políticas sociais de natureza setorial, categoriais e globais.

Quadro 13 - Aspetos Organizativos da Política Social

Domínios	Direitos	Políticas
Emprego (CRP,art.º58º e 59º)	Direito ao trabalho, Igualdade de Oportunidades na escolha de profissão, Redistribuição justa do trabalho, Condições de trabalho dignas	Políticas de Emprego; Formação Profissional e Salário Mínimo
Educação (CRP,art.º75º77.º)	Direito Universal ao ensino com garantia de igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar	Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino; Criação de uma rede de estabelecimentos públicos que cubra as necessidades de toda a população
Saúde (CRP,art.º64º)	Direito à proteção da saúde Garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação	Serviço Nacional de Saúde (SNS) universal e geral, tendencialmente gratuito e de gestão descentralizada e participativa; Disciplinar e fiscalizar a medicina privada, articulando- se com o SNS
Habitação (CRP,art.º65)	Direito a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto	Política de habitação inserido em planos de ordenamento do território; Promover a construção de habitações económicas e sociais e políticas tendentes a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento e de acesso à habitação própria
Proteção Social (CRP,art.º63º)	Direito à proteção na doença, velhice, invalidez, viuvez, orfandade, desemprego e outras situações de escassez de meios de subsistência	Organizar, coordenar e subsidiar sistema de Segurança Social unificado e apoiar e fiscalizar a atividade das IPSS

Fonte: Conteúdo Programático da Unidade Curricular de Políticas Públicas e Parcerias Sociais do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social pelo Prof. Dr. Pedro Oliveira, Janeiro de 2018

6 Pobreza e Exclusão Social

6.1 Conceitos e indicadores

O crescimento económico verificado sobretudo nos países ricos após os anos 70 fomentou novas oportunidades de emprego e riqueza, no entanto não atenuou o fenómeno da pobreza, tal como aparece mencionado em vários estudos e obras científicas que *“...dão conta de um mal-estar crescente, associado à constatação de que os problemas de pobreza e exclusão social se têm agravado nas últimas décadas, não só com a persistência e agravamento de formas tradicionais, como também com novas manifestações e modalidades, para além do alargamento das desigualdades entre os países, entre as classes sociais e entre os indivíduos»* Lourenço (2006 cit. por Amaro e Roque, 2003)

Ainda a prosperar a desigualdade social e de rendimento, emerge o aumento dos sem-abrigo, sobretudo em grandes cidades em grupos vulneráveis e ressaltando a exclusão social, mesmo sem estar completamente inerente à situação económica, caso dos idosos e crianças e jovens sem atenção familiar.

Segundo o relatório da UE e da OCDE *“...não só a pobreza não estava erradicada desses países, como as suas bolsas estavam a aumentar (em consonância com os níveis de desigualdade social e de rendimento), novas situações estavam a surgir (sobretudo junto das crianças, dos desempregados de longa duração, dos reformados e pensionistas, das famílias com monoparentalidade feminina, dos indivíduos com baixos níveis de escolarização e das minorias étnicas), com uma expressão radical no aumento dos sem-abrigo (característica das grandes cidades), além de que se agravavam as situações de exclusão social mesmo sem pobreza evidente (caso dos idosos e das crianças e dos jovens sem atenção familiar)”* (id.).

Para a EAPN - European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza) podemos definir pobreza como *“...condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais”* (Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas, 2001), ou seja, simplificando poderíamos dizer que a pobreza é a privação das condições necessárias para termos acesso a uma vida digna.

O combate à exclusão social é um assunto cada vez mais preocupante e debatido, quer pelos organismos internacionais, quer nacionais, estudiosos, investigadores, cientistas sociais, políticos e até polos técnicos intervenientes nessas áreas mais localizadas.

É claramente um dos principais desafios da atualidade na busca dos direitos humanos.

A grande heterogeneidade de situações de pobreza e exclusão social entre e dentro dos próprios países, este cenário faz com que tenham de ser criadas novas estratégias de intervenção e políticas mais diversificadas e eficazes.

Este quadro leva à marginalização do indivíduo pois causa ruturas na sociedade dentro do seu contexto de referência, sobretudo nos sistemas base de socialização/ integração social, económica, cultural, territorial.

Há diversos tipos de exclusão social: a económica, social, cultural, a de origem patológica, e até manifestada através de comportamentos autodestrutivos que promovem a autoexclusão.

6.2 A medição da pobreza e a análise da exclusão social

Existem diversas metodologias para conseguir medir a pobreza, analisá-la e poder caracterizá-la. Um dos métodos mais usuais é a estimativa dos rendimentos e despesas familiares, a chamada inquirição de rendimentos, que em certas realidades não é eficaz devido a fatores característicos de cada comunidade, pois de contexto para contexto o conceito de pobreza é diferente.

Tendo a pobreza muitas dimensões, quando se tenta medir/analisar um fenómeno tão complexo como este é necessário utilizar um conjunto variado de indicadores de forma a refletir pelo menos algumas destas dimensões.

Embora a cultura, o nível de desenvolvimento, o tempo, o espaço e outros fatores possam influenciar o nível de consumo e rendimento mínimo, a medição do mesmo baseia-se no que o indivíduo necessita para satisfazer um conjunto de necessidades básicas.

Neste cenário abordam-se três perspetivas de pobreza, a monetária considerando os recursos monetários da família. A pobreza segundo as condições de vida conforme os indicadores representativos de um padrão de vida considerado o mínimo socialmente aceite nesse contexto. E a pobreza subjetiva que incide sobre as dificuldades que os indivíduos têm em honrar os seus compromissos, considerando-se pobres todas as pessoas que respondam ao inquérito dizendo ter dificuldade ou muita dificuldade.

6.3 Categorias sociais mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social

Embora as realidades contextuais de diversos países sejam diferentes, vários estudos demonstram similaridades no que diz respeito à identificação das categorias sociais mais vulneráveis, e Portugal não é diferente. Segundo Lourenço (2006:37) os grupos em risco de exclusão social incidem em pequenos agricultores e camponeses, trabalhadores agrícolas por conta de outrem, trabalhadores desqualificados e com empregos precários, trabalhadores de média idade despedidos aquando a reestruturação das empresas, desempregados, com maior incidência nos com baixa escolaridade e qualificação e que se encontrem desempregados por períodos longos de tempo, idosos pensionistas (ou não), mulheres em situação monoparental, crianças pertencentes a famílias desestruturadas e, ou institucionalizadas, analfabetos formais ou funcionais, portadores de doenças crónicas ou agudas que eventualmente ficam estigmatizados socialmente (tuberculose, HIV, hepatite B, cancro...), indivíduo com incapacidades e deficiências, minorias étnicas, refugiados,

estrangeiros em busca de melhores condições de vida.

Temos ainda, também a pobreza envergonhada que segundo Gonçalves (2019) *“Calcula-se que 70% das famílias portuguesas estão a passar sérias dificuldades financeiras, desconfortáveis com os seus rendimentos para suportarem o leque de despesas obrigatórias, um sério andarilho para a pobreza ainda que escondida, mas sentida com sofrimento perturbador incidente na auto-estima, motivação, desânimo, desgaste no contributo estimulante para uma sociedade mais justa, com felicidade enquanto um direito de respeito durável de cidadania integrada.”*

6.4 Modos de vida em situação de pobreza e exclusão social

Na obra *“A Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal,”* Ferreira de Almeida e outros citados por Lourenço (2006) é referido que há uma grande diversidade nos tipos de vida das pessoas em exclusão social, resultantes do contexto cultural e do género de consumo que predomina, estrato social e a sua postura relativamente ao passado, presente e futuro.

Os autores propõe sub-caraterizar essa situação em sete modos de vida, a transitoriedade, o investimento na mobilidade, a dupla referência, a convivialidade, a restrição; a poupança e a destituição. Tendo como indicadores a categoria social dominante, a estratégia de vida, e o posicionamento perante o passado, o presente e o futuro.

A transitoriedade corresponde aos chamados novos pobres (resultantes de despedimentos associados a processos de reestruturação produtiva e da instabilidade do mercado de trabalho e/ou de desestruturas sociais e familiares). Estes casos tentam esconder a situação súbita de escassez de recursos através da ajuda de amigos e, ou familiares. Com grande angústia sobre o futuro.

O investimento na mobilidade refere-se a pessoas empregadas por conta de outrem, mas detentores de baixas qualificações e baixos salários, que se esforçam para acompanhar um padrão de vida melhor, investindo muitas vezes fortemente nos filhos.

Pessoas resilientes que se esforçam para vingar/alterar a sua vida no futuro, agindo em conformidade com as normas sociais impostas.

A dupla referência é o modo de vida caracterizado pelos Imigrantes (indianos, cabo-verdianos, angolanos, guineenses, ucranianos ou de outros países de Leste, bangladeshis, paquistaneses, etc.) que tem como principal objetivo juntar recursos e criar condições para regressar à sua origem. A dupla referência está associada à sua referência de identidade cultural (terra natal) e ao país onde se encontram, que lhes possibilita melhores condições de vida.

Esta situação provoca grande vulnerabilidade no sentido em que vivem com grandes incertezas.

A convivialidade baseia-se nos habitantes realojados, com rendimentos incertos recorrendo muitas vezes a apoios externos como segurança social. Neste caso, o presente é o mais importante, embora abracem o passado com grande afeto e desvalorizam a preocupação com o futuro. Mantém

uma sociabilidade exuberante e uma cultura de grupo bastante forte.

No caso da restrição, esta incide sobretudo em trabalhadores desqualificados especialmente em idosos, pensionistas e desempregados de longa duração. São caracterizados pela rentabilização ao máximo dos escassos recursos que possuem simplesmente para a sua sobrevivência. Normalmente com passado difícil acentuado, presente conformado e sem perspectivas do futuro.

A perspectiva da poupança incide sobre o modo de vida especialmente marcado pelos pequenos agricultores e na manutenção difícil do seu adorado património. Vivem com dificuldades no presente, com objetivo de manutenção e até melhoramento do futuro para garantir segurança na velhice, mas com grandemente afetividade ao passado.

A destituição identifica a miséria associada à pobreza extrema e exclusão social, o que pode acontecer em qualquer categoria social. Poderá estar também associada à marginalidade (alcoolicismo, toxicodependência e doenças crónicas), geralmente alienados quanto ao passado, presente e futuro onde não demonstram estratégias de vida, e vivem da caridade alheia.

Perante os modos de vida apresentados anteriormente importa refletir que as estratégias a adotar devem ser ajustadas a cada uma das peculiaridades.

Tendo em conta as características verificadas a inserção social poderá estar facilitada nos casos do *“investimento na mobilidade”* e *“dupla referência”* e, possivelmente, nos de *“poupança”* e *“transitoriedade”*.

No entanto no que diz respeito à *“convivialidade”*, *“restrição”* e em especial *“a destituição”* será muito difícil a aceitação do indivíduo à sua modificação.

Foram estudados diversos métodos para quantificar e medir a pobreza, sendo os mais reconhecidos a análise da pobreza objetiva em comparação com a subjetiva, ou da pobreza absoluta com a relativa. Segundo o mesmo autor os primeiros conceitos a serem desenvolvidos e os mais utilizados foram os objetivos comparativamente aos conceitos subjetivos, estes foram desenvolvidos posteriormente na Holanda por Bernard Marinus Siegfried Van Praage e na Bélgica por Herman Deleeck. Estes últimos autores defendem que os conceitos subjectivos da pobreza deve ser definida tal como o nome indica de forma subjetiva, tratando-se, em termos gerais, de investigar em que se baseia o conceito pobreza em determinada sociedade, ou seja, sobre *“quanto entende ser necessário, em recursos, para se não ser pobre – e extrair, por via estatística, a definição que daí se retira”* (...) *Os conceitos objectivos pressupõem a possibilidade de definir a pobreza a partir da observação e do estabelecimento de limiares de pobreza assentes em critérios objectivamente induzidos ou deduzidos”* Costa e outros, (1999:51 cit. por Lourenço, 2006:36).

A perspectiva objetiva subdivide-se em duas vertentes, a absoluta ou normativa – que se baseia nas necessidades básicas da família, com base numa estimativa avaliativa de uma quantidade de compras que suprima as necessidades para uma determinada família tipo (através por exemplo, da contabilização das calorias de comida necessárias a essa família) acrescentando apenas uma determinada quantia para despesas não alimentares.

Quanto à perspectiva comportamental ou relativa, esta *“requires first the selection of a*

measure of central tendency of the income distribution and afterwards a cut-off point related to this reference.” Eurostat (1998:15).

A maioria dos estudos incide na normativa, mas no entanto não se pode dissociar das influências de critérios relativos por isso devem ser considerados complementares (id.).

6.5 Programas Sociais no Combate à Pobreza e Exclusão Social

Um programa social, tal como a designação sugere é destinado a uma sociedade. Criado pelo Estado com o objetivo principal de apoiar e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Este tipo de programa visa melhorar as condições de vida, promovendo a inserção e integração do indivíduo na sociedade, normalmente através de parcerias que facultem contratos de trabalho. No contexto das políticas públicas sociais tais programas estão previsto no POISE ao qual daremos especial relevo na secção 6.6.

6.5.1 Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção

O programa RSI surge em Portugal no ano de 1996 e a sua implementação pode ser observada em dois diferentes prismas, a do apoio económico às famílias e o da inserção de forma mais contratualizada. Vilaverde (2016).

Os Estados-Membros recomendaram esta medida para combater a pobreza e a exclusão social, e assim Portugal inseriu o Rendimento Mínimo Garantido no sistema de proteção social passando a ser prioridade do XIII Governo Constitucional, através da instituição de uma prestação do regime não contributivo da segurança social e um programa de inserção.

Mas com o nível de fragilidade e de insegurança social tão alto verifica-se que as políticas tradicionais de proteção social não são suficientemente eficazes, quer em Portugal quer em toda a Europa. Este fenómeno é também influenciado pela mudança nas estruturas de socialização (familiares, escolares, sociais). Em 2003 foi publicada a Lei 13/2003, de 21 de Maio efetivando a nomenclatura para Rendimento Social de Inserção, tentando colmatar as deficiências do programa anterior.

Segundo Vilaverde (2016), autores como Rodrigues (2008) consideraram que a alteração não revelou grandes diferenças. A natureza e as condições de atribuição foram melhoradas, por exemplo enquanto o RMG era uma prestação do regime não-contributivo, o RSI continuou a ser uma prestação incluída no subsistema de solidariedade, como tal, o seu valor passou a ser indexado ao valor da pensão social do subsistema de solidariedade em substituição ao montante fixado legalmente para a pensão social do regime não contributivo.

Com estas alterações os Núcleos Locais de Inserção (NLI), suplentes das Comissões Locais de Acompanhamento (CLA) ficaram responsáveis pelos programas de inserção. Entretanto o prazo máximo estabelecido para a elaboração de um programa de inserção diminuiu de 90 para 60 dias, e caso estes prazos não sejam respeitados pode haver penalizações severas pela Lei. Este modelo

consiste numa prestação pecuniária de apoio baseada nos requisitos mínimos para sobreviver, associado a um programa de inserção contratualizado entre famílias e comunidade a fim de motivar a subsistência.

Capucha, (1998 cit. por Vilaverde 2016) ao mencionar que o RSI aposta num modelo de gestão participada com base territorial local, relevando a importância das parcerias sociais na eminente e fulcral articulação entre o Estado, os órgãos do poder local, os parceiros sociais e as organizações de economia social, de forma a adequar a intervenção à realidade de cada instituição.

Numa lógica de descentralização, o RSI é gerido numa base territorial e local de âmbito Concelhio, assumido pelas CLA que são constituídas por representantes dos organismos públicos locais responsáveis, pelo setor de emprego, saúde, educação, formação profissional e segurança social, um representante da autarquia, normalmente ligado à ação social e outros elementos caso necessário, esta equipa possui autonomia pois, *à priori* terão maior conhecimento das populações e das problemáticas inerentes permitindo uma resposta mais eficaz.

Esta equipa deve ainda atuar “*na aprovação dos programas de inserção, na organização dos meios a afetar à sua prossecução e no acompanhamento e avaliação da respetiva execução*” (art.º 15.º da Lei 19-A/96). Tem sido verificável um esforço nacional para a melhoria destas medidas e programas, considerados como políticas sociais ativas de combate à exclusão para a inserção.

Sendo a do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) a mais conhecida. Ao longo dos anos foram implementados diversos projetos de luta contra pobreza, tais como o programa de expansão da educação pré-escolar com AAAF e CAF (prolongamentos), programas de combate ao insucesso escolar, de reabilitação e integração de pessoas com deficiência, de emprego apoiado em mercado normal/competitivo de trabalho, programa de avaliação/orientação profissional, programa de formação profissional cofinanciados pelo Europa 2020 e POISE, apoio à colocação em emprego, programa de apoio integrado a idosos, apoio social e cuidados de saúde continuados e dirigidos às pessoas em situação de dependência, e ainda as comissões de proteção de menores (CPCJ) e a rede social.

Para Vilaverde (2016) estas medidas distintas de “*from-welfare-to-workfare*” de inspiração americana fomentam a inserção e ativação da autonomia dos indivíduos na inserção profissional, na saúde, no emprego, na educação, na ação social, na formação profissional e habitação. Estes programas tentam também controlar o comodismo, através do “*workfare*” que é visto como um programa punitivo com controlo estreito da despesa pública com a proteção social e disciplina dos beneficiários, obrigando-os a frequentar os diversos programas, evitando assim o aumento de uma cultura de dependência, a chamada subsidiodependência dos sistemas de proteção social.

6.5.2 Contrato de Emprego e Inserção (+)

Atualmente uma das respostas que é dada através destes programas consiste no contrato de emprego e inserção, numa estreita relação de parcerias sociais entre estado e entidades

coletivas, públicas ou privadas sem fins lucrativos, nomeadamente serviços públicos que desenvolvam atividades relevantes para a satisfação de necessidades sociais ou coletivas, autarquias locais e organizações de Economia Social.

Os beneficiários desta medida são desempregados inscritos nos serviços de emprego que beneficiem do rendimento social de inserção. No entanto, também podem ser integrados na medida os desempregados inscritos não beneficiários de prestações de desemprego ou do rendimento social de inserção que se encontrem inscritos há pelo menos 12 meses, integrem família monoparental ou cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente desempregados, vítimas de violência doméstica, são ainda considerados prioritários os desempregados com deficiência e incapacidade, o desempregado de longa duração.

O desempregado com idade igual ou superior a 45 anos, o ex-recluso ou pessoa que cumpra pena em regime aberto voltado para o exterior ou outra medida judicial não privativa de liberdade e a vítima de violência doméstica. É dado apoio aos desempregados com uma bolsa de ocupação mensal, no valor do Indexante de Apoio Social (IAS), com as despesas de transporte (caso o transporte não seja assegurado pela entidade), refeição ou subsídio de alimentação por cada dia de atividade, com um seguro que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa do exercício da atividade. Este apoio tem interpretação dúbia pois assim como ajuda o empregador a aceitar o CEI+, ambigualmente fomenta o abuso por parte de alguns a tirarem vantagem da situação.

6.6 Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego – POISE

Desde 2014 que o POISE apoia Portugal através de um ciclo de programas comunitários, que continuará pelo menos até 2020. A instabilidade a nível de emprego foi lançada como prioridade de intervenção, assim este programa apoiará na luta pela inclusão e no combate das desigualdades e discriminações, tal como está mencionando nos objetivos comuns a toda a União Europeia.

Deste modo, o Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego desenhou instrumentos nacionais que materializarão uma estratégia que, diligencie um crescimento inteligente, replicando de forma sustentada ao desafio do emprego e da inclusão social. Este programa permitirá o "*reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social e os apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos, as políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social*". Compreende as regiões em vias de desenvolvimento do País – Norte, Centro e Alentejo - sendo a sua ação no território complementada pelos Programas Operacionais Regionais (POR) que também incluem o domínio da Inclusão Social e Emprego.

Dará principal atenção ao elevado peso de trabalhadores com baixas qualificações, ao desemprego de longa duração, a ocorrência territorialmente discriminada do desemprego e as baixas qualificações da maioria dos desempregados, bem como em pequenas e microempresas e

de empregados com "*vínculos instáveis*". Não abandonando a elevada desigualdade, particularmente entre mulheres e homens e entre qualificações, tal como o acesso limitado dos empregados com poucas qualificações a conseguirem oportunidades de formação e de aprendizagem ao longo da vida.

Será feito um reforço na intervenção das políticas públicas em prol da inclusão social e do emprego, em particular de pessoas com dificuldades de (re) integração profissional e em risco ou em situação de pobreza ou exclusão social, num contexto económico e social manifestamente penoso, recaindo em duas grandes dimensões: capacitação e/ou apoio direto a essas pessoas, contemplando a sua inserção /integração na sociedade, promoção do melhoramento sustentável de serviços (públicos, privados/associativos ou sem fins lucrativos) de qualidade, especialmente na área social e de saúde. Para execução desta estratégia será movimentado um integrado conjunto de ações que se propõe a promover a capacitação de grupos potencialmente vulneráveis, potencializando essencialmente o crescimento de competências de natureza pessoal e social.

6.7 Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

O programa RLIS assenta numa lógica de intervenção articulada e integrada de entidades com responsabilidade no desenvolvimento da ação social que visa potenciar uma atuação concertada dos diversos organismos e entidades envolvidas na prossecução do interesse público e promover a implementação de novos mecanismos de atuação e diferentes estratégias de ação em resposta às necessidades sociais.

A RLIS visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- Potenciar a concertação da atuação dos diversos organismos e entidades envolvidos;
- Assegurar a coordenação eficiente de todos os agentes, meios e recursos;
- Promover o desenvolvimento de mecanismos e estratégias no âmbito da intervenção social;
- Reforçar a plataforma de colaboração estabelecida com as entidades que localmente prestam serviços no âmbito da ação social;
- Promover plataformas de colaboração com as entidades com intervenção em áreas complementares ao âmbito da ação social, previamente consensualizadas em sede de Comissão Nacional de Avaliação e Acompanhamento dos Protocolos e Acordos de Cooperação (CNAAPAC);
- Assegurar o atendimento e acompanhamento social das situações de vulnerabilidade, nomeadamente através da gestão, a nível local, dos programas criados para esse efeito;
- Promover iniciativas de experimentação social que se constituam como novas abordagens de resposta a problemas emergentes identificados nos territórios;
- Concertar a ação de todas as entidades públicas e privadas, estruturas e programas de

intervenção na área das crianças e jovens em risco, de modo a reforçar estratégias de cooperação e de racionalização de recursos.

A RLIS enquanto instrumento privilegiado na articulação entre as várias entidades multisectoriais representadas nas estruturas locais com responsabilidades no desenvolvimento de serviços da ação social. Deve constituir um suporte da ação, permitindo criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade e integrando perspetivas inovadoras relativamente à descentralização da intervenção social, baseada na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Os serviços contratualizados no âmbito da RLIS respeitam a intervenção social do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - SAAS.

Constituem objetivos do SAAS:

- Informar, aconselhar e encaminhar sobre outros programas, respostas, serviços ou prestações sociais adequados a cada situação;
- Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- Prevenir situações de pobreza e de exclusão sociais;
- Contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;
- Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

O SAAS obedece, designadamente, aos seguintes princípios orientadores:

- Promoção da inserção social e comunitária;
- Contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes;
- Personalização, seletividade e flexibilidade dos apoios sociais;
- Intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos;
- Valorização das parcerias para uma atuação integrada;
- Intervenção mínima, imediata e oportuna.

As instituições que integram a RLIS podem articular com Conselho Local de Ação Social (CLAS), do respetivo território, de modo a potenciar a integração social dos cidadãos e famílias acompanhadas, bem como a garantir a harmonização das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias que atuam no plano social.

No âmbito da cooperação e articulação da RLIS com outras entidades, serviços ou

setores da comunidade, podem ser desenvolvidas parcerias com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) territorialmente competente na área de intervenção do SAAS.

Compete à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) definir os territórios para os quais se verifique a necessidade de parceria e articulação com a RLIS. Esta parceria deve ser estabelecida por via de um protocolo, reduzido a escrito, com a CNPCJR, através do qual se definem as ações a desenvolver e os objetivos a atingir.

A RLIS aplica-se a todo o território de Portugal continental.

O âmbito territorial de intervenção é supraconcelhio, concelhio ou infra concelhio, circunscrito a uma localidade, freguesia ou bairro, de acordo com as necessidades específicas do território

Com o Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro, foi instituída a Rede Local de Intervenção Social (RLIS), que se traduz num modelo de organização assente numa intervenção articulada e integrada de entidades públicas e instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, do setor da economia social, com responsabilidade no desenvolvimento da ação social, e na promoção de uma cultura de inovação social, colocadas ao serviço das necessidades dos cidadãos.

Esta Rede permite harmonizar procedimentos e promover a melhoria da qualidade da intervenção, beneficiando de circuitos de comunicação entre várias entidades e em diferentes níveis, podendo assim integrar, também, contributos para intervenções multisectoriais. O desafio implica necessariamente a implementação de um modelo de organização que agregue sectores que tradicionalmente não estão envolvidos numa atuação em rede.

Com base nestes pressupostos, pretende-se alavancar a RLIS em processos de inovação social com a finalidade de abrir espaço a novos mecanismos de resposta à população que conjuguem igualmente o necessário desenvolvimento sustentado dos territórios.

6.8 Rede Social

Para Carrilho (2008:82) *“As redes implicam uma multiplicidade de conexões e percursos alternativos com o intuito de reforçar o “poder de conexão”. Contextualizando, a Rede Social é o instrumento por excelência de operacionalização do Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), apresentando-se como a parceria das parcerias”* a nível local que congrega as diferentes políticas sociais que visam a promoção do desenvolvimento social. As redes constituem, neste sentido, a metodologia de intervenção local que se baseia no PNAI, o qual irá definir as prioridades nacionais, do combate à pobreza e à exclusão social que atua a nível local (CSF/ CSIF), dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e ainda com as NUTS III (Nomenclatura das Unidades Territoriais), as Plataformas Supra Concelhias e Comissões Sociais de Freguesia ou Comissões Sociais Interfreguesia e ainda ao nível supraconcelhio, onde estão a ser implementadas plataformas territoriais com base nas atuais 28 NUTS III.

6.8.1 Objetivos da Rede Social

Pretende-se com a Rede Social gerar um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos, contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI), integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento, garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local, criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral, pretende-se assim com este programa, induzir o planeamento estratégico participado, promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia, procurar soluções para problemas transversais que afetem famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social, formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local, no âmbito da Rede Social, promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos, potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

As ações desenvolvidas no âmbito da Rede Social, bem como o funcionamento de todos os seus órgãos, orientam-se pelos princípios da subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género.

Segundo Siisiainem (2000) as parcerias sociais podem ser definidas como um elemento organizacional fundamental para o alargamento do capital social local e para o reforço da capacidade de intervenção e, por outro lado, este processo de aliança nas próprias parcerias pode coexistir contensões e conflitos sociais para a obtenção de prestígio, distinção, etc. No fundo todo este processo tem sucesso se se funcionar em plena parceria, todos os participantes são importantes neste sistema e só assim serão alcançados os principais objetivos.

6.8.2 Resultados expectados

A nível concelhio, o processo é dividido nos seguintes parâmetros: Diagnóstico Social relacionando os resultados da avaliação do ciclo da planificação anterior, e definindo as prioridades de intervenção para fase seguinte. Plano de Desenvolvimento Social articulação com Planos Estratégicos nacionais, setoriais, PDM, etc. com objetivo de promoção das dinâmicas de desenvolvimento local. Plano de Ação (anual) explicitação de ações, cronograma, parceiros abrangidos e meios para a cada ação, e articulação das ações com os objetivos específicos no PDS. Modelo de avaliação com as modalidades, os critérios de avaliação, os indicadores de eficácia resultado, e impacto. Sistema de Informação inclusão dos indicadores de contexto e de impacto, a monitorização da execução dos Planos de Ação que conseqüentemente facultarão elementos para a avaliação daquela fase de planificação. Existem ainda resultados ao nível da organização da parceria, tais como modelos de articulação que facilitem a articulação e cooperação entre as

diversas estruturas de parceria quer ao nível do plenário, quer ao nível de estruturas mais operativas.

Ao nível supraconcelhio, são implementadas as Plataformas Supraconcelhias, que garantem a articulação entre o planeamento local e o planeamento supra-concelhio, com base nas NUT III, encontrando-se o concelho de Alpiarça integrado na Plataforma da Lezíria do Tejo.

7 Desenvolvimento local

Segundo Lopes (2012) o desenvolvimento local é o “*sinónimo de pessoas e de investimento em capital humano e de participação, empowerment numa conceção de mobilização de todos os recursos e potencialidades existentes numa comunidade territorialmente organizada.*”.

Com base no observatório do Quadro de Referência de Estratégia Nacional (QREN) constatou-se que nos últimos 10 anos o conceito de “*desenvolvimento local*” tem demonstrado bastante relevância no que concerne a políticas públicas tanto a nível europeu como a nível nacional mas sobretudo a nível local (regional, metropolitano e municipal). Conceito alargado a muitos outros países ocidentais deveras conceituados tais como os EUA, habitualmente associado às agências de desenvolvimento local com foco na resolução de problemas territoriais. Esta abordagem é vista como uma nova estratégia horizontal mais eficaz. Segundo o observatório do QREN este conceito associa-se a áreas rurais marginais, regiões desindustrializadas, periferia urbana e metropolitana e centros das cidades.

Assim, o desenvolvimento local foi adotado em várias áreas políticas, tais como no planeamento territorial, nas políticas de emprego, sociais, económicas, de habitação e nas políticas de educação e formação. Ajustando as mesmas estratégias ao terreno, realidade em causa. Em termos europeus, o sucesso relativamente à utilização do tema é alcançado tendo em conta dois fatores:

Primeiro, através da promoção de uma abordagem de desenvolvimento local por parte da UE, através dos Fundos Estruturais e de uma série de programas-piloto e Iniciativas Comunitárias. Assim como de inúmeros debates sobre a eficácia de algumas políticas sectoriais estipuladas a nível nacional, valorizando a atuação territorial e local mais próxima da realidade, surgindo daí a necessidade de redefinir programas a um nível mais local, central e de incorporar ações sectoriais no âmbito de uma estratégia de base territorial específica consoante as áreas e as problemáticas.

Um dos problemas que se apresenta com alguma consistência é a verificação da incerteza relativamente aos resultados esperados da abordagem territorial e local, a medição do impacto e a correta escolha dos seus indicadores. Para além de existir uma tentativa de melhoria neste campo por parte dos decisores políticos e dos analistas que se têm esforçado para definir com maior exatidão os indicadores e resultados expectáveis desta estratégia, aprendendo com a experiência.

É por isso proeminente a busca por avaliações mais concisas e transparentes de forma a obter resultados sérios.

O emprego e a Inclusão social são temas habitualmente tratados no âmbito de programas de desenvolvimento local, no entanto verifica-se a negligência na falta de capacitação das pessoas para a ingressão nesses empregos, que faz com que os programas manifestem insucesso. É necessário explorar os recursos na geografia económica em vista, no caso do estudo apresentado, são duas as Organizações de Economia Social em Alpiarça como potenciais empregadores, logo estas estratégias de desenvolvimento só podem ser elucidadas a nível local, visto apenas assim poderem ser identificados os recursos subaproveitados e mobilizados para um programa, otimizando-os.

Assim, estas estratégias de desenvolvimento apenas se tornam eficazes se forem hábeis ao identificar e mobilizar esses mesmos recursos. No entanto, deve abrir-se horizontes e visualizar esta relação a um contexto exterior mais alargado.

Segundo o observatório do QREN o segundo fator prende-se ao “*capital social*”. Tendo como premissa que o aumento da disponibilidade do capital social é condição essencial para alcançar uma forma de desenvolvimento eficaz de aglomerar a dimensão económica, social e ambiental.

Sendo a dimensão local da estratégia o único recurso praticável para conceber esta condição. É importante conseguir conciliar as dimensões mencionadas em plena sintonia respeitando as condições inerentes a cada uma destas, assim como cada ator local deve ter consciência da classificação dos recursos, dos objetivos pretendidos e das ações a ser implementadas.

Deve verificar-se um processo contínuo de aprendizagem por parte dos atores, juntando equipas multidisciplinares respeitadoras do compromisso de envolvimento e demonstrando sapiência e flexibilidade para o sucesso na conceção e implementação dos programas resolvendo problemas sociais com o apoio das políticas públicas.

O capital social é um conceito complexo que funciona a vários níveis, por exemplo, as instituições, relações e normas que se refletem na qualidade e quantidade das interações sociais de uma determinada sociedade. Segundo Oliveira (2013:88 cit. Putman, 2000) este conceito ...” *foi introduzido na literatura por Lyda Hanifan em 1916, que então o definia nos termos que se transcrevem Hanifan, (1916:130): “...boa vontade, camaradagem, simpatia mútua e relações sociais entre um grupo de indivíduos e famílias que compõem uma unidade social, a comunidade rural, cujo centro lógico é a escola”. Corresponde a “...uma cultura organizacional de laços duradouros de cooperação/solidariedade...” (id).*

É fundamental apelar à coesão social pois esta revela-se essencial para que as sociedades prosperem economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. “*O capital social não é apenas a soma das instituições que alicerçam a sociedade – é a cola que as mantém unidas.*” (Observatório do QREN.2019). De uma forma mais abrangente incluímos o ambiente político e social pois este influencia a estrutura social e fomenta as regras sociais. Já verificamos que o principal objetivo do desenvolvimento local é promover o desenvolvimento sustentável através da

ação a nível local, fomentando a otimização da exploração de recursos subaproveitados e do aumento do capital social, daqui surgem dois fatores fulcrais para atingir o sucesso: a integração e participação. Desta forma, a integração deve ser examinada por duas perspetivas diferentes.

Primeiro o conteúdo dos programas, fatal para o sucesso, programas estes que devem ser baseados na realidade local em toda a sua complexidade, como impulso para a definição do (s) problema (s) a enfrentar, as oportunidades a serem exploradas e concludentemente a conceção da estratégia e das conseqüentes ações.

O carácter multidimensional e adequado do programa compreende o ponto de partida para a integração de recursos locais, logo o aumento da eficácia. A segunda refere-se ao processo de tomada de decisão relacionada com decisão política, onde a integração consiste na necessidade de envolver todos os atores significativos nesse processo, tanto na vertente horizontal (em termos de categorias de atores: institucionais, económicos, sociais) como na vertical partir de um nível muito local, como o Concelho de Alpiarça em estudo.

No que diz respeito à participação, esta visa envolver a comunidade local na conceção e implementação de programas de desenvolvimento local, fomentando a integração de todos os atores no processo através de parcerias. Envolver toda a comunidade permite acesso à informação, facilita o planeamento comunitário e permite sobretudo desenvolver atividades reais e apropriadas ao contexto. Ao criar parcerias com as Organizações de Economia Social consegue obter-se uma representação do território e uma visão sobre o seu futuro.

É importante o envolvimento alargado de atores logo desde a conceção, assim como a sua auscultação, pois normalmente as parcerias são propostas como uma estratégia para a implementação dos programas, e a participação é vista muitas vezes, apenas para informar a comunidade local sobre o programa de desenvolvimento local supracitado, mas o verdadeiro valor acrescentado do envolvimento apresenta-se maioritariamente na fase da conceção.

Pois é nesta fase que o problema é enquadrado, os recursos identificados e o consenso construído de uma forma mais positiva e ambivalente, proporcionando assim um sentimento de corresponsabilidade. Posteriormente, já na fase operacional, os atores locais vão desenvolvendo novo capital social e institucional, transversalmente vão descobrindo novas formas de comunicar entre si, de trabalhar em conjunto e ainda de construir significados comuns, visto como uma mais-valia em todos os patamares.

Para o observatório do QREN deve existir um equilíbrio entre projetos em funcionamento e simultaneamente apostar na Inovação. Enquanto os projetos existentes poderão facultar resultados mais rápidos, ao inovar poder-se-á construir e integrar novos recursos, envolvendo mais atores, etc.. E isso propulsionará um maior sucesso.

No mesmo documento é defendida uma dupla definição da ação estratégica durante a conceção de uma determinada ação no desenvolvimento local. Devem ser tidas em consideração duas definições diferentes de ação estratégica. A primeira definição aplica-se a curto prazo, ao

apoiar a integração e/ou outras ações, a segunda refere-se a ações aptas a recrutar os recursos principais de um determinado local. São raras as vezes em que se juntam ambas, no entanto um casamento entre ambas é fundamental para o sucesso.

Por exemplo, neste projeto para além de se capacitar as pessoas em risco de exclusão social aposta-se também em formadores locais.

Os programas de desenvolvimento local normalmente apresentam grande complexidade de gestão, tanto pela diversidade de atores envolvidos como pela índole polifacetada do próprio projeto, pois as atividades são transversais a diversas áreas, mas devem ser implementadas e criadas de forma integrada. Todos estes fatores tornam difícil a tarefa de avaliação, sobretudo em grupos de gestores com pouco *know how*.

É crucial a identificação destes fatores para a definição das abordagens, metodologias e para a escolha de indicadores de avaliação futura. Existem diversos campos importantes para o desenvolvimento local, o desenvolvimento de regiões marginalizadas, sobretudo de áreas rurais, onde o investimento assenta em sectores específicos e estes são encaixados numa estratégia que se propõe a promover o desenvolvimento integrado a nível social, económico e ambiental, neste caso em específico aposta na capacitação adequada ao território.

7.1 Desenvolvimento Local e Formação de Adultos

Com o envelhecimento do ser humano dá-se um período de mudanças físicas e psicológicas que tanto podem desencadear crises de agitação como por outro lado pode ser o momento para reintegrar componentes biológicas, psicológicas e sociais e restabelecer um novo equilíbrio, e aí pode servir como ponte para preparar a pessoa para novos desafios e com isso a responsabilidade, sapiência que conforme a perspetiva de Jung, a pessoa aprende ao longo do seu crescimento reforçar o ego, estabelece mecanismos que permitem lidar com o mundo exterior e mais tarde procura a sua realização pessoal ou desenvolvimento progressivo do potencial humano total e específico de cada humano.

Saber ler e escrever durante alguns anos foi considerado apenas uma questão social e aquisição de apenas mais um conhecimento.

A educação permanente segundo Sanctis, citado por Marcelino Lopes (206:399), o conceito de educação permanente é globalmente funcional para todas as áreas do conhecimento e tem um valor de aplicação universal. Segundo o relatório de 1990 da UNESCO, em 1950 a taxa de analfabetismo representava 44% da população adulta com mais de 15 anos, em 1965 a taxa era de 37%, em 1990 decrescera para 26,9 % e atualmente segundo o INE, baixou para 5,2% nos censos 2011.

Em Portugal e segundo Lopes, (2008:164 cit. por Burchett, 1975:157) foi após a revolução do 25 de Abril que se verificou o “boom” de campanhas de alfabetização “ *Durante o verão de 1974*

– período em que as universidades estavam fechadas (...) uma vasta campanha de alfabetização, que levou milhares de estudantes e professores ao interior do país para darem início à aprendizagem dos camponeses (...) assentava no método do brasileiro Paulo Freire: que criou um sistema de dar ensino da leitura e da escrita um conteúdo político e social relacionado com os problemas do povo. Aprendem, ao mesmo tempo, a ler, a escrever e a falar dos seus problemas...”

O que significa que houve rápidos progressos da escolarização de adultos. Rui Canário, citando Hamada Che e Martin (1988), afirma que a problemática da alfabetização deve articular-se em torno de quatro dimensões chave, a primeira incide na reconsideração do problema da alfabetização no quadro mais global da educação permanente e da prevenção de novas modalidades de analfabetismo, o que conduz a que o alfabetizar não represente um momento isolado, mas que se inscreva numa linha continua que acompanhe a vida do indivíduo, a segunda dimensão assenta em deixar de considerar a alfabetização como um problema dos países em vias de desenvolvimento reconhecendo-o como uma questão marcada pela globalidade e que atravessa todas as sociedades, já a terceira dimensão incide sobre a funcionalidade, questão levantada nos anos 60 do século XIX, “*alfabetizar para quê?*”, e por fim a quarta dimensão defende esclarecer as relações que unem a alfabetização ao desenvolvimento, o que implica uma análise crítica do próprio conceito de desenvolvimento., pois sempre que o nível educacional da sociedade aumenta, a mesma sofre processos de desenvolvimento. Importa referir que as primeiras ações foram as formações socioeducativas e profissionais das mulheres.

A educação de adultos não se limita à alfabetização. Não só a educação de adultos e a alfabetização de adultos não se sobrepõe, como os progressos realizados no domínio da erradicação do analfabetismo e a progressiva generalização da escolaridade, tendem a alargar, aprofundar e diversificar o campo de intervenção da educação de adultos Canário (1999:88).

A educação de adultos no contexto atual deve ser entendida como educação permanente ou empoderamento.

A alfabetização e a educação básica de adultos em Portugal passa pelo ensino recorrente, educação ao longo da vida e articulação com o mundo do trabalho (formação de ativos) obrigatória pela lei.

7.2 Capacitação Permanente e *Empowerment* Pessoal

Interessa analisar a educação e a formação permanente através do prisma da transmissão do poder à pessoa, que deverá incidir especialmente no poder de saber, nomeadamente: saber ser, saber estar, saber fazer, saber aprender e até mesmo saber desaprender (Silvestre, 2003).

Se é verdade que o ser humano é visto como um ser inacabado, reconhece-se igualmente a sua capacidade para, ao longo da sua vida, ir procurando realizar-se através das suas qualidades e, com isso, encontrar o seu equilíbrio (Belchior, 1990 cit. por Silvestre, 2003).

Na sua condição de projeto, através das suas ideias, sentimentos e ações o Homem vai sofrendo reestruturações no decurso da sua existência. Com este panorama de mutabilidade, que se opõe à noção de término no qual a escola seria um parêntesis e uma preparação para a vida, faz todo o sentido refletir no conceito de Educação/ Formação Permanente para além do próprio acto educativo/ formativo, que se estende para além do trabalho e da escola e permite uma constante oscilação entre o viver e o analisar (Wiel, 1978 cit. por Silvestre, 2003).

A origem do conceito de educação (/formação) permanente decorre das conferências mundiais da UNESCO em 1949, 1960 e 1972 sobre educação de adultos (Ribeiro Dias s/d. a cit. por Silvestre, 2003). É num contexto de uma crise mundial da educação, em que havia uma forte contestação sobre os saberes aprendidos na escola e urgência em reinventar o sistema de ensino, que surge com maior vigor (por volta dos anos 70) o movimento da educação permanente. A revolução far-se-á com pensadores como Edgar Faure e Paulo Freire. Pretende-se dar resposta aos novos desafios das comunidades, de uma forma mais cívica, garantindo três pressupostos essenciais: continuidade da educação (ir além da escola), diversidade dos contextos educativos e globalidade (todas as idades/ fases de vida e classes sociais) (op. cit).

No entanto, Silvestre (2003) distingue Educação/ Formação Permanente (E/FP) de Educação e Formação ao Longo da Vida (EFLV), sendo a primeira na sua ótica mais abrangente que a segunda. Tendo em conta o contexto histórico da E/FP, é consensual a ideia do funcionamento do homem que se unia e educava para transcender a simples ideia de obter simplesmente dinheiro, terras ou indústria. Não só o preocupavam as condições de saúde e higiene mas também promover melhores relações entre os diversos povos, com o objetivo último de uma maior harmonia cultural e comunitária (op. Cit.). No caso da EFLV o contexto é bastante diferente, pois baseou-se num pensamento mais estruturado numa sociedade capitalista, consumista e de competição desenfreada, cujos valores se sobrepõem aos da origem da humanidade, como a moral, a ética, a justiça, a solidariedade, o amor e a paz. Os países muito poderosos da atualidade tentaram, em reuniões e conferências internacionais, renomear o conceito de E/FP para EFLV a fim de enfrentar a sociedade do conhecimento e da informação. Se a intenção era positiva, a verdade é que até o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de finais dos anos 90 vem assinalar o crescimento sem precedentes do consumo do século XX e a sua distribuição desigual dos recursos necessários desenvolvimento humano (Silvestre, 2003).

Contudo, Silvestre (2003) refere a possibilidade do usar-se um conceito mais alargado, como sendo, o de Educação/ Formação Permanente e ao Longo da Vida (EFLV). Trata-se então de um processo global, sequencial e de crescimento do ser humano para todo e qualquer ser humano (Ribeiro Dias, 1997 cit. por Silvestre, 2003). E para Freire (1997), este é considerado um factor de empoderamento pessoal, uma vez que as pessoas poderão ser educadas no sentido do desenvolverem as suas potencialidades, aumentando também a sua confiança e a sua autonomia. É suposto que a educação empoderadora permita que as pessoas: consigam dar resposta às situações que lhes surjam; intervenham mais e democraticamente no âmbito da cidadania e sejam

capazes de (re)criar as suas vidas. Em suma, a educação e a formação contribuem substancialmente para a integração social, cultural e política das pessoas (Freire, 1975; 1997 cit por Silvestre, 2003).

É a capacidade do pensamento crítico e a cidadania participativa e democrática em relação às dinâmicas de opressor/ oprimido internas e externas que possibilitam às pessoas uma revolução, ainda que lenta, das estruturas sociais em prol de um mundo menos alheado (Freire, 1975). Fazer com que as pessoas consigam integrar dentro de si esta noção significa empoderá-las.

Wiel, (1978 cit. por Silvestre, 2003) é da opinião que só a educação (formação) permanente pode despertar ou recordar e aguçar o interesse nas pessoas pela responsabilidade coletiva. Segundo Ribeiro Dias (1997) o artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos do Homem assinala o grande objetivo da educação, que passa sobretudo pelo desenvolvimento da personalidade humana, reforçando o respeito pelos direitos e suas liberdades fundamentais. E isto, na perspectiva do autor, ao longo das suas diversas fases de vida.

No caso da presente tese, o foco será na educação do adulto até ao final da sua vida, tentando que os mais desfavorecidos se tornem capazes de procurar resposta às suas necessidades, quer individualmente (educação permanente), quer em grupo (educação comunitária).

Em suma, a Educação e formação Permanente ao Longo da Vida, na ótica de uma verdadeira política de desenvolvimento das pessoas e da comunidade, tem servido para transformar todas as atividades humanas, as relações com os outros, a vida profissional e o mundo em redor (Silvestre, 2003). É o conceito mais abrangente, de acordo com o autor, dado que se estende para lá do escolar e do formal e pretende alcançar a realização plena e equilibrada do homem (op. Cit.).

7.3 Capacitação Comunitária, *Empowerment* e (Des)envolvimento

O conceito de educação comunitária também será abordado numa perspectiva de desenvolvimento e empoderamento. Para tal, é fundamental concetualizar o desenvolvimento de maneira integrativa e harmoniosa, em que as transformações qualitativas deverão ultrapassar as quantitativas, à semelhança do que foi referido no capítulo anterior (Silvestre, 2003).

Para Le Bret (1980, cit. por Silvestre, 2003) o desenvolvimento é universal e abrange as dimensões culturais, humanas, ambientais, científicas, políticas económicas, entre outras, sendo que não há um esquema rígido em todas as circunstâncias, pois há valorização do contexto.

Pode falar-se de desenvolvimento pessoal ou comunitário a partir do momento em que se proporciona momentos educativos ou formativos onde se origina consciencialização das pessoas, motivando-as a criar e a envolverem-se nos projetos e a participarem na resolução de problemas e na concretização de aspirações pessoais e comunitárias, visando mitigar as desigualdades sociais (Silvestre, 2003). Contudo, para alcançar este nível será necessário aumentar a dimensão do momento educativo/ formativo. A intervenção deverá de ser de âmbito comunitário, onde o

desenvolvimento será um meio e um instrumento ao serviço da educação. Para Dias (1997, cit. por Silvestre, 2003) é importante que a educação (ou a formação) seja feita por todos, com todos e para todos, onde há respeito pelas características e vivências das comunidades.

O mesmo autor defende que a educação comunitária implica um novo conceito de educação, que está para além da escola nova, da formação de adultos, que ao invés de se centrar somente no indivíduo busca intervir sobre as diferenças a nível da comunidade. Para Silvestre (2003) a dinâmica educacional gerada da multiplicidade das interações entre as pessoas abrangidas, assim como o seu envolvimento e participação, vai traduzir o índice de desenvolvimento comunitário da comunidade em que as mesmas estão inseridas. A educação e a formação deverão então proporcionar às comunidades poder que lhes aguce capacidades como as de avaliação, tomada de decisão consciente e informada, intervenção democrática, autonomização, entre outras, essenciais à implementação de projetos que garantam o desenvolvimento grupal (op. cit.). O intuito seria ampliar a comunidade do ponto de vista físico, psicológico e estrutural, favorecendo a sua identidade social e cultural, de forma integrada e sustentável. Em suma, mais que a qualificação através da escola dos recursos humanos, será a implicação das pessoas motivadas no processo de desenvolvimento comunitário (e pessoal), aprendendo coletivamente e com foco na transformação social. Trata-se de um processo de conquista e libertação por parte das populações.

Na educação/ formação comunitária não existem currículos ou programas, mas deverá existir planificação, objetivos traçados, estratégia, atividades, recursos e avaliação para implementar e concretizar projetos (Silvestre, 2003). Silvestre (2003) alerta para a influência das tecnologias, que facilitam a comunicação, devendo a E/FC ser mais abrangente, o que o autor designa por educação ecossistémica.

Para uma educação/ formação verdadeiramente evoluída e transformadora, há que fomentar: a responsabilização para com o ambiente e para com as outras pessoas, incluindo as que não pertencem à comunidade; competências que permitam garantir a responsabilização tanto ao nível da esfera privada, como da pública; a capacidade para gerir de forma positiva a incerteza e a mudança; uma visão interdisciplinar, complementar e holística; pensamento crítico e atitude criativa; o equilíbrio entre sentimento/ emoção e razão; autoconfiança; solidariedade; consciência e atitude ética (Melo, 1998 cit por Silvestre, 2003). O mesmo autor refere que a sustentabilidade da comunidade deverá assentar em indicadores, como: o uso eficiente dos recursos; poluição limitada àquilo que os ecossistemas naturais são capazes de suportar; diversidade natural preservada; as necessidades locais são supridas localmente sempre que possível; a igualdade no acesso à alimentação, água, habitação e energia; a criação de ambientes seguros e saudáveis no que respeita o trabalho e a vida em geral, numa lógica de prevenção da doença; a vivência sem receio de violência com base em género, etnia e crenças.

Para Silvestre (2003) a educação e a formação de adultos, na vertente permanente e na vertente comunitária, pode trazer contributos muito relevantes para a resolução da crise a que

assistimos no universo educativo. É urgente uma reestruturação com a participação e o envolvimento de todos não perdendo de vista que é para todos, respeitando sempre a singularidade do educando e do grupo.

8 Objetivos do Milénio

O Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (Nações Unidas:2000) apresenta os seguintes objetivos: erradicar a pobreza extrema e a fome, alcançar a educação primária universal, promover a igualdade de género e capacitar as mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças, assegurar a sustentabilidade ambiental e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. Podemos enquadrar o seguinte estudo em pelo menos 4 objetivos do milénio, pois ao capacitar pessoas em risco de exclusão social permitir-se-á reduzir a pobreza extrema e a fome, alcançar o ensino primário universal, promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e ainda criar uma parceria mundial para o desenvolvimento, partindo do desenvolvimento local.

9 Descentralização – transferência de competências para as autarquias locais

De acordo com Pereira, Dias e Almeida (2016) em termos políticos a descentralização significa a transferência de competências de “cima” para “baixo”. O foco deste trabalho será ao nível da transferência de competências do poder central para o poder local. Em termos jurídicos importa aludir ao Decreto-lei nº 50/2018, que define o quadro de transferência de competências para os municípios e entidades intermunicipais, segundo o site oficial do Diário da República Electrónico (DRE).

O decreto-lei em questão refere que todas as competências previstas na lei consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021, ainda que de forma gradual. A transferência das novas competências e a afetação dos respetivos recursos serão realizadas através de diplomas legais sectoriais relativamente às diferentes áreas a descentralizar do poder central para o local. Com efeito, serão então alocados recursos financeiros, humanos, patrimoniais necessários às autarquias locais e entidades intermunicipais. À transferência dos recursos financeiros corresponde uma redução da despesa orçamental de igual montante nos serviços da administração direta e indireta do Estado.

Pereira (2016, cit. por Pereira et al. 2016) menciona que no sector da Ação Social, especialmente em relação aos idosos, a intervenção autárquica tem sido mais fraca, sendo que as misericórdias e as IPSS assumiram ao longo de muito tempo uma maior relevância na prestação de cuidados (dormidas, refeições, etc). Actualmente existem algumas alterações que levaram os municípios a assumir um papel mais preponderante (Pereira, 2016 cit. por Pereira et al., 2016). Até

à data da publicação do livro, competia ao poder local em termos de Segurança e Ação Social cooperar com IPSS e em parceria com administração central em projetos de ação social, particularmente incidentes no combate à pobreza e à exclusão social (op. cit).

Ainda neste sector, pode dizer-se que as novas competências municipais passam por assegurar o atendimento e o acompanhamento social, desenvolver as Cartas Sociais Municipais, garantindo a sua articulação com as existentes a nível nacional e regional, implementar atividades de animação e apoio à família para as crianças do Ensino Pré-escolar, que correspondam à componente de apoio à família, criar relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento de atribuição de prestações pecuniárias em situações de risco social ou carência económica, desenvolver, em parceria com IPSS ou entidades públicas, programas dirigidos a pessoas idosas de forma a garantir conforto habitacional; emitir pareceres sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, coordenar a concretização do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social em parceria com os CLAS, desenvolver e monitorizar os contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Pode dizer-se que, apesar do acréscimo de competências delegadas há garantia de autonomia financeira, patrimonial e organizativa por parte das autarquias. Ficam igualmente asseguradas a coesão territorial e a igualdade de acesso ao serviço público.

PARTE II – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

10 Metodologia

Segundo Alarcão (2001, cit. por Graça, 2016), *“é na fase da definição metodológica que se determinam os métodos a utilizar para obter as respostas às questões de investigação colocadas e às hipóteses formuladas. Desta forma, pretende-se através da metodologia estudar, descrever e explicar os métodos utilizados para se responder às questões colocadas.”* Encontram-se definidos de seguida o tipo de estudo, a amostra, bem como a descrição dos métodos e procedimentos utilizados para recolha e tratamento dos dados. Este capítulo tem como objetivo elucidar sobre o tipo de estudo e a seleção dos instrumentos de recolha de dados para a presente investigação, assim como os procedimentos adotados para a aplicação do inquérito por questionário, entrevistas, plano de observação direta e a respetiva amostra de estudo.

10.1 Tipo de estudo

A metodologia de investigação é de natureza qualitativa recorrendo a observação indireta, por meio de questionário, de realização de entrevistas semiestruturadas e observação direta a uma amostra representativa da população no sentido em que *“...quando, sobre os aspetos que interessam ao investigador, é importante recolher uma imagem globalmente conforme à que seria interrogando o conjunto da população, resumindo, quando se põe um problema de representatividade.”* Quivy e Campenhoudt (1998:161)

Bogdan & Biklen (1994 cit. por Santos, 2008) *afirma ainda que, “os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural”.*

Os mesmos autores anunciam o *“estudo de caso”* *“... como uma de entre muitas expressões associadas à investigação qualitativa”,* e citam também Costa (1990) por este ter designado o conceito, também como *“trabalho de campo”, “estudo de comunidade”, “análise intensiva”, “método qualitativo”, “etnografia” e “observação participante”,* alertando para as suas diferenças. O mesmo autor mencionou, ainda que *“... todas estas expressões que designam um método de pesquisa de terreno (...) “supõe, genericamente, presença prolongada do investigador nos contextos sociais...”* e que poderá contrapor-se com outros métodos de pesquisa sociológica, como por exemplo, os que assentam sobretudo em análise de dados estatísticos institucionalmente produzidos ou noutros documentos, os que se focam essencialmente em realização de inquéritos por questionário ou de entrevistas, *“através de contactos pessoais de carácter pontual e ainda os que consistem em*

experimentações de tipo laboratorial” (Costa, 1990 cit. por Santos,2008). Por tudo o que foi enunciado, este estudo de caso foi realizado através da complementaridade dos diversos instrumentos de recolha de dados.

10.2 Aspetos práticos da pesquisa

Com a questão de partida definida, pretende-se investigar o seu contexto através das respostas às seguintes questões de investigação:

Às Organizações de Economia Social:

- Quantas pessoas se encontram a realizar um CEI;
- Se existem colaboradoras que iniciaram dessa forma e conseguiram fixar-se no quadro de pessoal;
- Quais os obstáculos mais relevantes que impossibilitam a sua integração;

A um grupo-alvo beneficiários de políticas ativas de emprego/formação profissional:

- Quais os obstáculos mais relevantes que impossibilitam a sua integração;
- Relevância da capacitação adequada à função proposta;

Aos parceiros (CLAS, GIP, Instituições Públicas) sedeados na localidade de Alpiarça.

- Número de beneficiários;
- Aceitação/reacção às propostas;
- Manifestações comportamentais;
- Necessidades manifestadas.

Avaliando alterações de estado qualitativo dos utilizadores e/ou das organizações sociais intervenientes na rede (o panorama ideal seria chegar diretamente aos beneficiários, no entanto o mais viável é conseguir saber quantas pessoas têm sido apoiadas pela rede nos últimos anos e como se têm expandido os contratos de parceria em matéria de densidade (nº) de instituições e de cobertura geográfica (territorial/local) – i.e. se a rede se tem vindo a alargar, tomando isso como evidência do capital social/institucional (conceitos a definir) na mitigação do problema social do desemprego (de longa duração, nomeadamente).

10.3 Amostra

A amostragem não probabilística por conveniência foi a escolhida para esta investigação, devido ao fácil acesso aos elementos que fazem parte da mesma (Fortin,1999 cit. por Graça, 2016).

No entanto, ao assumir que os resultados alcançados não serão generalizados considerá-

la-emos por como uma análise estatística.

A amostra do presente estudo é constituída por trinta e quatro formandos que concluíram as ações de capacitação que decorreram no último ano na localidade de Alpiarça e por elementos de relevância na tomada de decisões relativamente aos procedimentos de combate à exclusão social, pertencentes à Rede Social do Concelho de Alpiarça.

Dirigentes, Coordenadores, Responsáveis pelos programas de inserção social no Concelho

Quadro 14 - Dirigentes, Coordenadores, Responsáveis pelos programas de inserção social no Concelho, entrevistados

Organização	Função
ARPICA - IPSS	Diretora Técnica Coordenadora ERPI
FUNDAÇÃO JOSÉ RELVAS - IPSS	Diretora Técnica
CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA	Vereador do Pelouro de Ação Social, Presidente de CLAS
CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA	Técnico superior do Gabinete de Ação Social, Responsável pela Rede Social
JUNTA DE FREGUESIA DE ALPIARÇA	Presidente da Junta
GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DE ALPIARÇA	Técnica Superior Responsável
AIDIA	Presidente

Formandos participantes na capacitação no Concelho

Quadro 15 - Amostra de formandos inquiridos

CURSO DE GERIATRIA	CURSO DE COZINHA	CURSO DE CUIDADOR DE CRIANÇAS E JOVENS
13 Inquiridos	7 Inquiridos	14 Inquiridos

10.4 Instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos eleitos para a investigação foram inquiridos por questionário com questões fechadas e abertas, entrevistas semiestruturadas e trabalho de campo com plano de observação direta, o “*follow-up*” dos processos.

Inquérito por questionário

Para a recolha de dados foi desenhado um inquérito por questionário, com perguntas fechadas e abertas. Tal como defendem Campenhoudt e Quivy (2008), este instrumento deve ser aplicado a uma grupo de pessoas considerada a amostra da população que se pretende investigar, através da resposta a um conjunto de perguntas que evoquem a sua situação social, motivacional e profissional, e espaço para que possam demonstrar o seu livre arbítrio em relação à sua visão de contextos sociais, expectativas, conhecimentos e consciencialização de uma determinada situação ou contexto.

Entrevista

Por forma a complementar o estudo foram elaboradas algumas entrevistas. Foi elaborado um guião de entrevista para elementos essenciais nesta vertente de ação social, identificados através da Rede Social de Alpiarça (Apêndice B) constituído por questões que visavam essencialmente as seguintes temáticas:

- Função na Organização;
- Tempo que executa essa função;
- N.º de pessoas a beneficiar de programas sociais nessa organização;
- Reação das pessoas à adesão dessas pessoas;
- Opinião sobre a capacitação de pessoas em risco de exclusão social;
- Nível de empregabilidade e fixação das pessoas em risco de exclusão social;
- Vantagens e obstáculos na integração destas pessoas em risco de exclusão social;
- Otimização de integração destas pessoas em risco de exclusão social.

Esta entrevista foi aplicada a sete pessoas com funções relevantes na atuação da aplicação destas medidas de apoio à inclusão social, nomeadamente, a uma Diretora Técnica de IPSS (Fundação José Relvas), a uma Coordenadora de ERPI (ARPICA), ao Vereador do Pelouro da Ação Social, Presidente do Conselho Local de Ação Social, à Presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça, à Técnica Superior responsável pelo Gabinete de Inserção Profissional de Alpiarça (GIP), ao Técnico Superior do Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Alpiarça e ao Presidente da Associação Independente de Desenvolvimento Integrado de Alpiarça (AIDIA), enriquecendo assim o estudo e servindo para ajudar a compreender as relações entre variáveis nos diversos prismas de observação.

Foi também desenhado um guião de entrevista para aplicação a uma amostra de formandos que ao longo deste período de 6 meses a 1 ano manifestaram sucesso ou insucesso, com as seguintes questões:

- Benefício e temporalidade destes programas sociais de inserção;
- Reação a esses programas de inserção social;
- Local de integração;
- Percurso de integração;
- A importância de capacitação;
- Identificação de obstáculos e de vantagens para integração e possível fixação;
- Opinião sobre o funcionamento dos programas sociais de inserção.

10.5 Procedimentos

Para dar início ao processo de recolha de dados, foram desenhados os questionários e os guiões de entrevista de acordo com o tema e as questões que se queriam abordar no estudo.

Foram entregues 34 questionários fechados em envelopes A5 sem identificação a formandos que finalizaram os cursos de Cozinha, Geriatria e Cuidador de Crianças e Jovens, 36 foram entregues. Devido à sua dificuldade de leitura e interpretação, alguns formandos necessitaram de apoio para responderem às questões, sem prejuízo de enviesamento de resposta, pois fora referido ao longo dos momentos que o questionário era anónimo por isso deveriam ser absolutamente sinceros.

Quanto às sete entrevistas, foram enviados *emails* para todos os elementos com a informação essencial a todo o estudo, assim como termos de autorização para utilização dos dados.

Apenas se conseguiu entrevistar quatro formandos, no entanto os dados foram complementados com o plano de observação geral.

10.6 Tratamento dos dados

Os dados foram inseridos segundo a análise dinâmica de dados Excell e trabalhados através da técnica *pivot tables*, que permite cruzar as diferentes variáveis.

O funcionamento das *pivot tables* disponibiliza informação de forma automática através de um clique e é fornecida por uma base de dados, que deve estar organizada corretamente para que as *pivot tables* funcionem também sem problemas.

É possível criar uma relação entre os campos. Para além de resumir e apresentar dados, também é possível fazer cálculos para lá da soma e apresentar os dados em diversos formatos. Outra funcionalidade interessante das tabelas dinâmicas é a apresentação dos resultados em diversos formatos, também sendo possível agrupar campos de forma automática.

No entanto, utilizamos os dados da forma mais simples.

10.7 Resultados

Este estudo iniciou-se com a escolha da problemática, seguido do desenho da estrutura de trabalho necessário para sustentar a investigação. Para tal sustentação foi necessário uma revisão de literatura que fundamentasse o estudo, que possibilitou orientar as diversas questões e hipóteses. Posteriormente, foi definida a amostra e os métodos e procedimentos necessários para a recolha e tratamento de dados. Fruto desse estudo, apresentam-se os resultados obtidos

Na continuação deste trabalho é apresentada a análise dos dados respetivamente estruturada em conformidade com os objetivos definidos. Seguindo-se a apresentação e análise

das diversas variáveis em estudo, tais como, as características sociodemográficas, o impacto da capacitação/formação, a avaliação do estado emocional e a experiência profissional.

10.7.1 Caracterização do inquirido

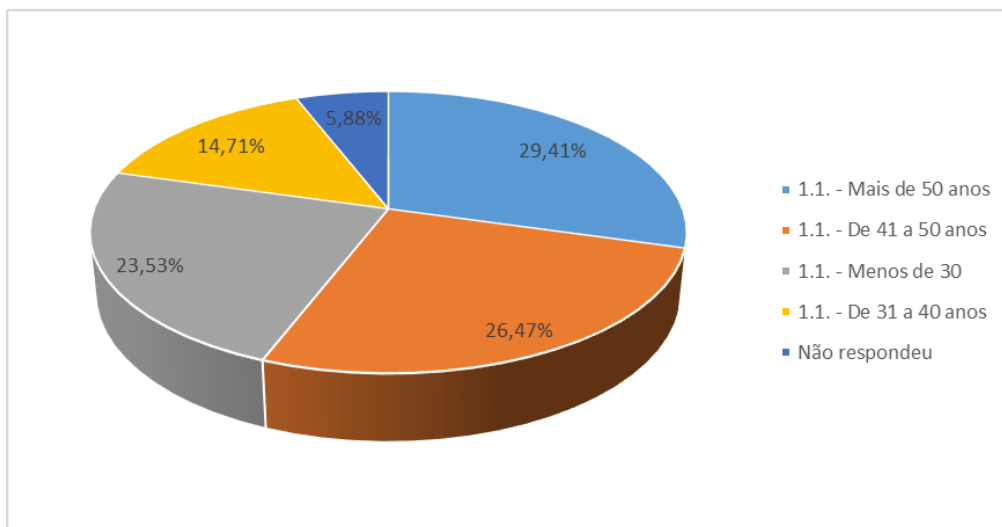
Importa identificar características sociodemográficas comuns e, ou incomuns para uma melhor análise da amostra de investigação. Foram entregues 36 questionários e obtiveram-se 34 respondentes que iremos analisar de seguida.

Idade

Quadro 16 - Faixa etária dos indivíduos inquiridos

	Nº	%
1.1. - Mais de 50 anos	10	29,41%
1.1. - De 41 a 50 anos	9	26,47%
1.1. - Menos de 30	8	23,53%
1.1. - De 31 a 40 anos	5	14,71%
Não respondeu	2	5,88%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 5 - Faixa etária dos indivíduos inquiridos



Como poderemos verificar existe uma margem diferencial muito pequena entre idades dos participantes, embora se revele menor entre os 31 e os 40 anos e mais acentuada a partir dos 50 anos, o que nos indica que há um investimento na educação permanente nesta faixa etária que é justificada por Lopes (2008:328) como a “... *educação sociolaboral, envolvendo iniciativas ligadas à reciclagem, orientação, atualização, reconversão profissional..*” e pelo investimento em “... *formação para o desenvolvimento pessoal e social...*”.

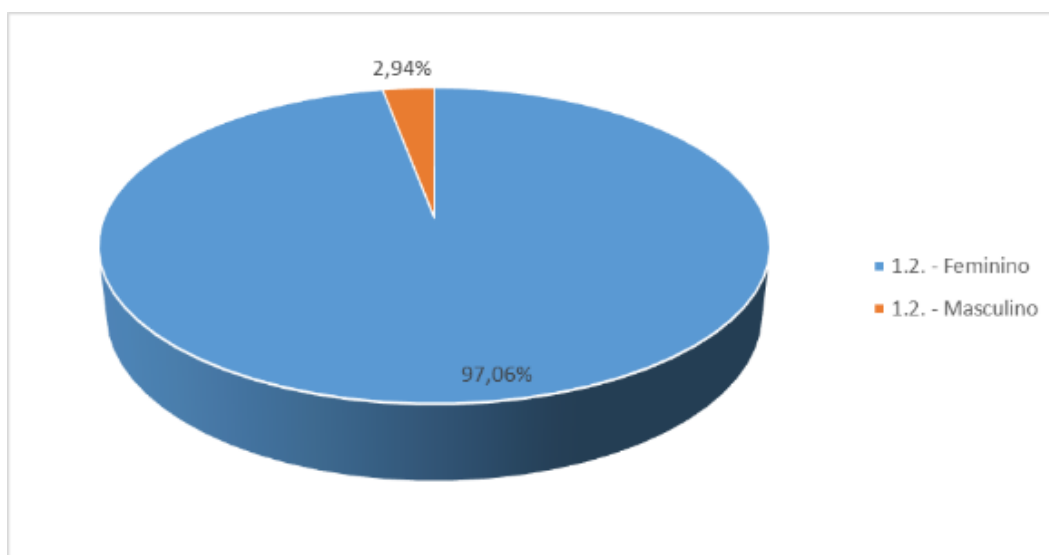
Género

Tal como está enunciado no capítulo da caracterização sociodemográfica do concelho existe uma maior percentagem de pessoas do sexo feminino residente em Alpiarça, para além de que é de conhecimento global que existem diversas medidas que preveem a busca pela igualdade de género e capacitar as mulheres, conforme está explícito nos objetivos do Milénio.

Quadro 17 - Género dos inquiridos

	Nº	%
1.2. - Feminino	33	97,06%
1.2. - Masculino	1	2,94%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 6 - Género dos inquiridos



Por isso, não é de todo, surpreendente que nesta amostra as mulheres participem mais ativamente neste tipo de capacitações, até para combater as taxas de desemprego, que também se apresentam superiores no sexo feminino.

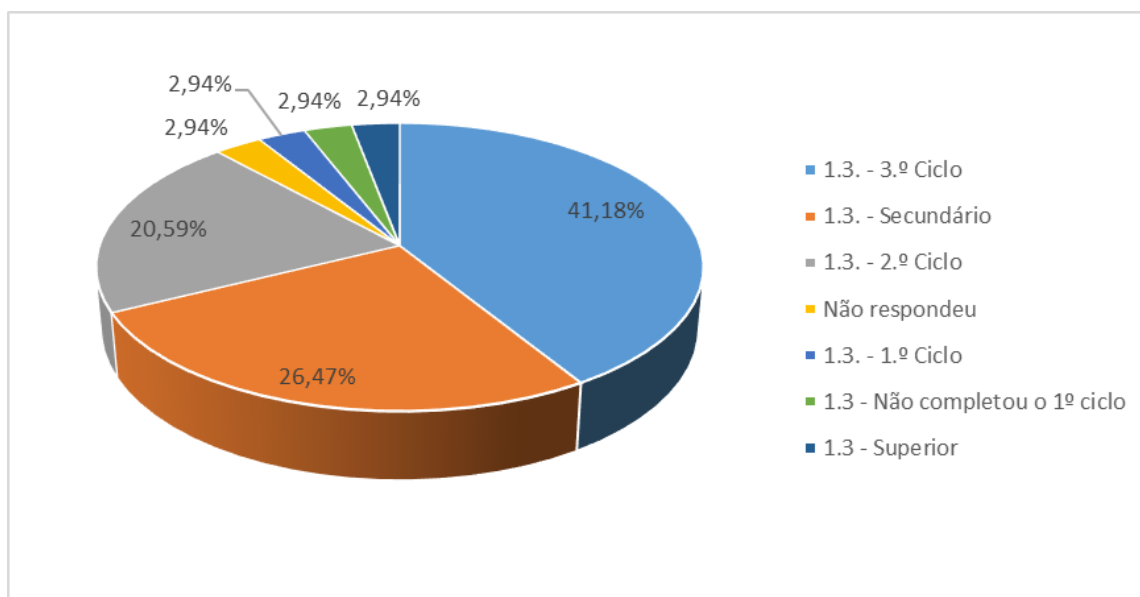
Habilitações Literárias

Um dos objetivos de Desenvolvimento do Milénio (Nações Unidas:2000) incide sobre o alcance na educação primária universal, e embora tenhamos muitos poucos dados atualizados (Censos 2011) no que concerne ao concelho de Alpiarça, subentende-se que ainda existe um longo caminho a percorrer, pois em pleno Século XXI, em 2011, Alpiarça ainda tinha 15,3% da população sem escolaridade.

Quadro 18 - Habilitações literárias dos inquiridos

	N.º	%
1.3. - 3.º Ciclo	14	41,18%
1.3. - Secundário	9	26,47%
1.3. - 2.º Ciclo	7	20,59%
Não respondeu	1	2,94%
1.3. - 1.º Ciclo	1	2,94%
1.3 - Não completou o 1º ciclo	1	2,94%
1.3 - Superior	1	2,94%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 7 - Habilitações literárias dos inquiridos



Para além dos dados recolhidos percebe-se que ao longo de quase uma década têm sido feitos esforços para equilibrar a escolaridade e qualificação profissional através, por exemplo de parcerias com Centro Qualifica para a elaboração da Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Daí verificarmos que a maioria dos respondentes completou o 3.º ciclo, alguns por essa via o que revela melhoria na sua alfabetização.

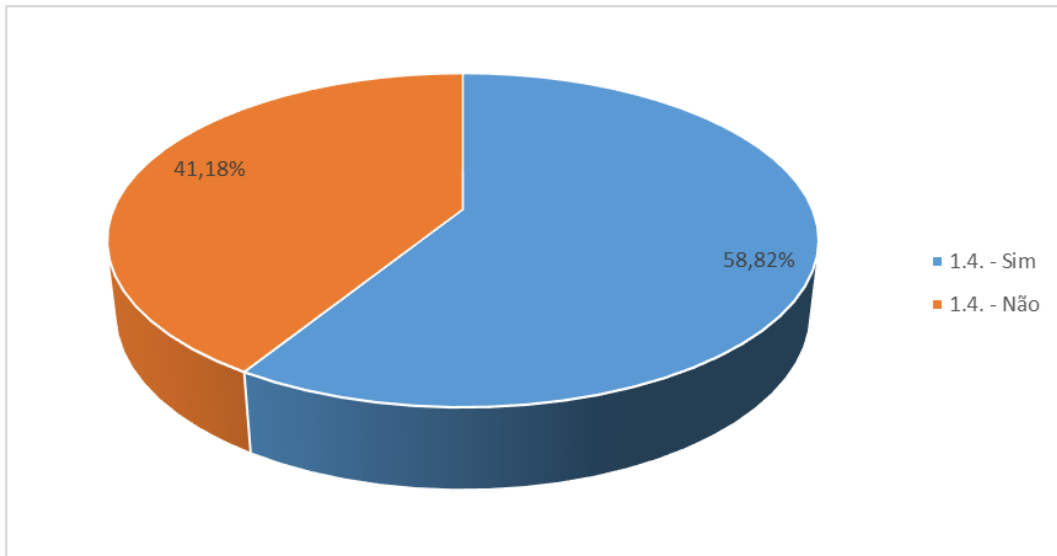
Número de Beneficiários de Programas de Reinserção Social

Tal como pudemos verificar ao longo do estudo a pobreza exclusão social não se revela apenas pela falta de rendimento económico, daí terem sido analisados e avaliados todos os fatores em parceria com o GIP (Gabinete de Inserção Social) e a Equipa Multidisciplinar de Rendimento Social (com sede em Almeirim), pessoas em risco de exclusão social que tivessem condições e interesse em ingressar nas capacitações.

Quadro 19 - Número de Beneficiários de Programas de Reinserção Social

	N.º	%
1.4. - Sim	20	58,82%
1.4. - Não	14	41,18%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 8 - Número de Beneficiários de Programas de Reinserção Social



Como podemos verificar a grande maioria já usufruiu ou usufrui de RSI.

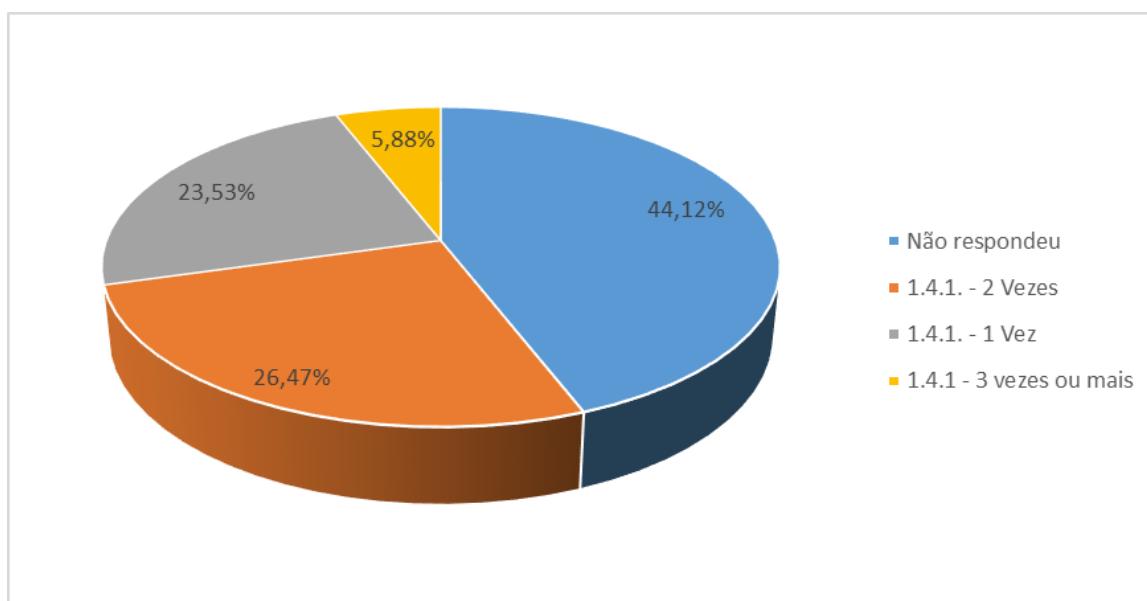
Número de vezes que beneficiou destes programas

O RSI destina-se a cidadãos que comprovem situação de carência, esta medida só deixa de ser cedida por incumprimento de algum critério obrigatório, quando o indivíduo auferir de outros rendimentos superiores ao delimitado para a atribuição do mesmo ou por solicitação do próprio beneficiário.

Quadro 20 - Número de vezes que beneficiou destes programas

	N.º	%
Não respondeu	15	44,12%
1.4.1. - 2 Vezes	9	26,47%
1.4.1. - 1 Vez	8	23,53%
1.4.1 - 3 vezes ou mais	2	5,88%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 9 - Número de vezes que beneficiou destes programas



Tal como podemos constatar, é regular a atribuição ser solicitada mais que uma vez, o que nos leva ao foco do problema, a necessidade de munir estas pessoas com ferramentas para que lhe possa ser dada autonomia, inculcando-lhe um pouco de empreendedorismo para evitar esta medida.

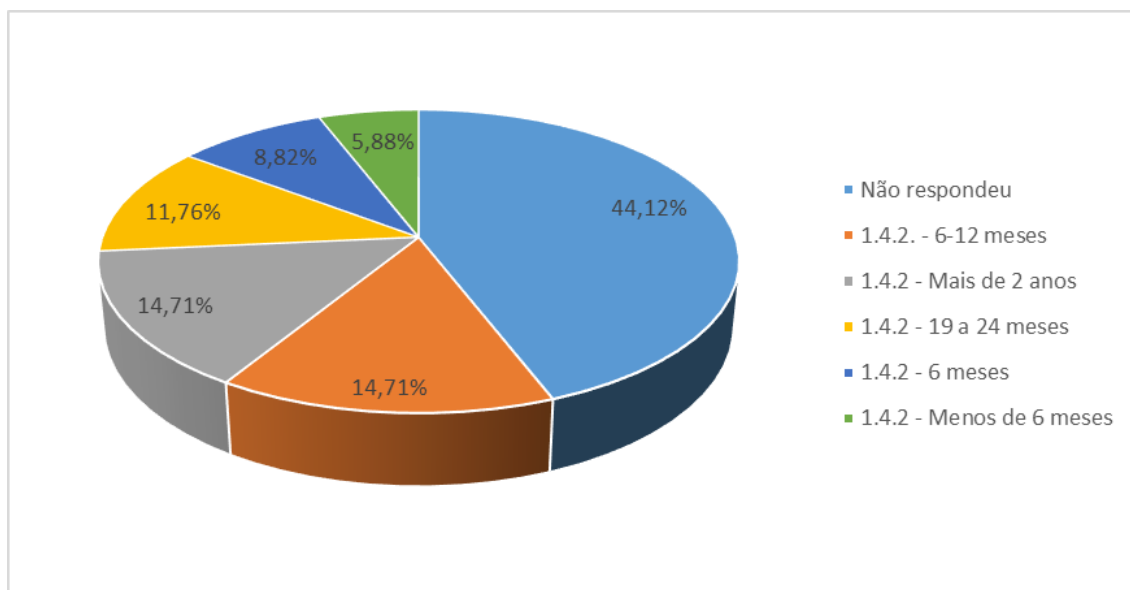
Tempo que beneficiou destes programas

Relacionado com o ponto anterior aparece o tempo de usufruto desses programas demonstrando o mesmo panorama.

Quadro 21 - Tempo que beneficiou destes programas

	N.º	%
Não respondeu	15	44,12%
1.4.2. - 6-12 meses	5	14,71%
1.4.2 - Mais de 2 anos	5	14,71%
1.4.2 - 19 a 24 meses	4	11,76%
1.4.2 - 6 meses	3	8,82%
1.4.2 - Menos de 6 meses	2	5,88%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 10 - Tempo que beneficiou destes programas



Sendo que a média de usufruto destes programas vai de 6 meses a 2 anos.

Local de realização desses programas

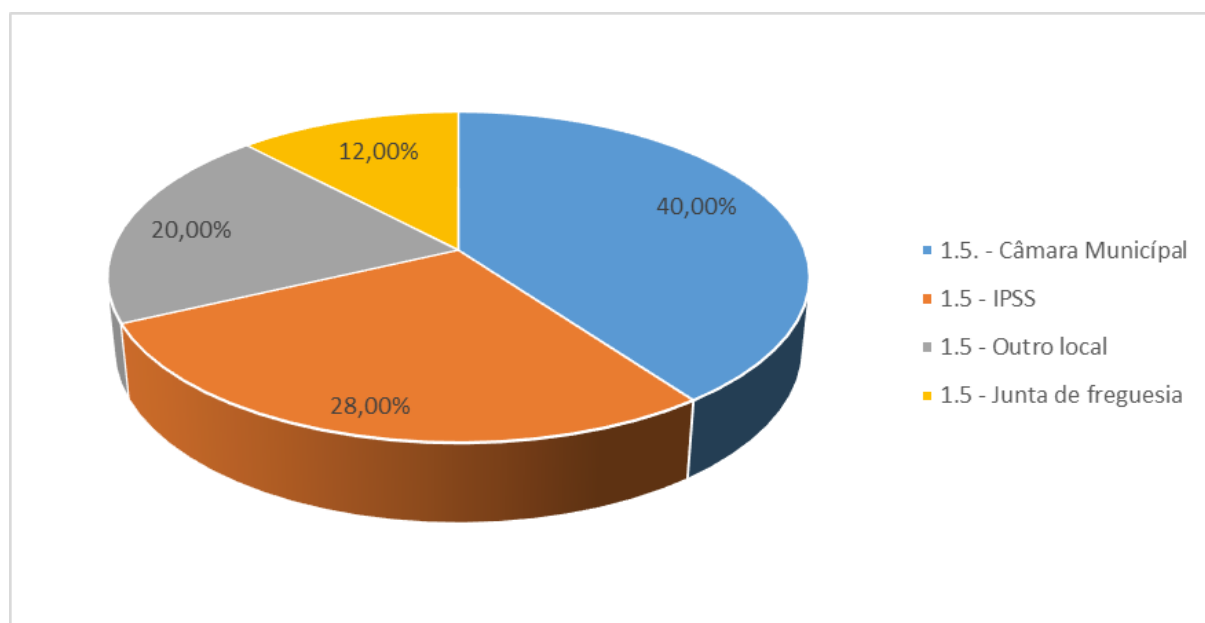
O terceiro setor para além de fornecer respostas sociais à comunidade assume também um papel importantíssimo na empregabilidade. A Economia Social garante emprego remunerado a mais de 14,5 milhões de pessoas em toda a EU - 27, ou seja, cerca de 6,5% da população ativa (2009-2010), comparativamente a essa taxa, Portugal garante 6,1%, não se mantendo muito afastado da média europeia.

Fonte: INE e CASES (2016)

Quadro 22 - Local de realização desses programas

	N.º	%
1.5 - Câmara Municipal	10	40,00%
1.5 - IPSS	7	28,00%
1.5 - Outro local	5	20,00%
1.5 - Junta de freguesia	3	12,00%
Total Geral	25	100,00%

Gráfico 11 - Local de realização desses programas



Em Alpiarça existem duas IPSS que empregam uma média de 125 colaboradores, verificamos segunda a amostra, que o setor aparece, logo após a Câmara Municipal, como o que mais recebe pessoas em risco de exclusão social na celebração de Contratos de Emprego e Inserção.

Tempo de duração desses programas, relativamente ao local (IPSS, Câmara ou Junta de Freguesia, ou outros)

Relativamente a esta questão não foi possível analisar pela ausência de resposta, ou respostas sem nexos ou inconclusivas.

10.7.2 A Capacitação/Formação

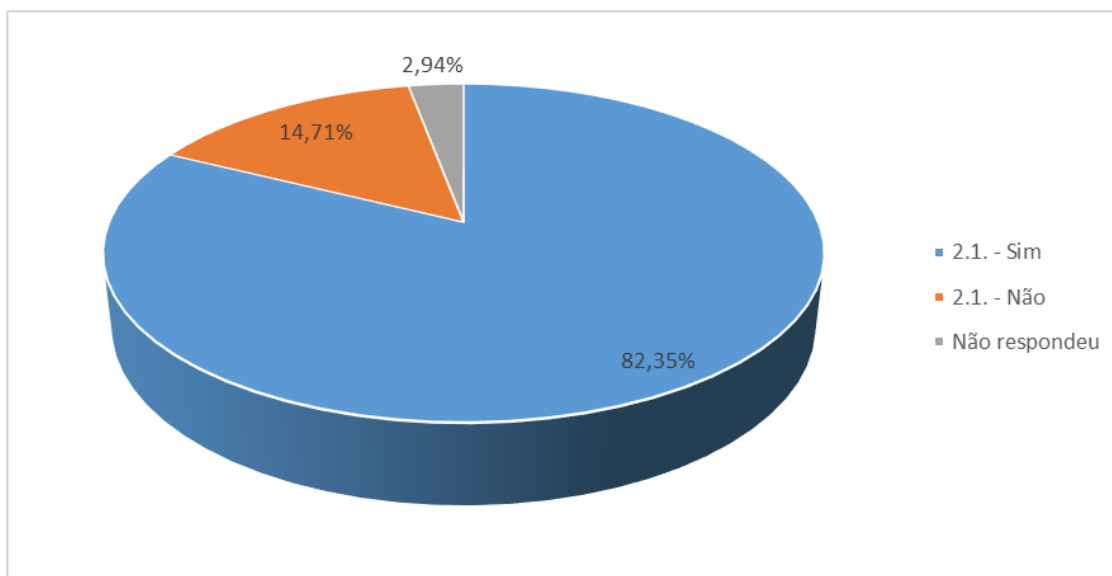
Tal como fora mencionado na revisão de literatura, se é verdade que o ser humano é visto como um ser inacabado, reconhece-se igualmente a sua capacidade para, ao longo da sua vida, ir procurando realizar-se através das suas qualidades e, com isso, encontrar o seu equilíbrio (Belchior, 1990 cit. por Silvestre, 2003) é a prova viva que a educação ao longo da vida deve ser vista como um processo completamente normativo.

Participação em capacitações/cursos/formações

Quadro 23 - Participação em capacitações/cursos/formações

	N.º	%
2.1. - Sim	28	82,35%
2.1. - Não	5	14,71%
Não respondeu	1	2,94%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 12 - Participação em capacitações/cursos/formações



Portanto, poderemos constatar que a grande maioria costuma participar em formações e por forma a avaliar o impacto dessas capacitações que decorreram entre 2018 e 2019 na vida destas pessoas em risco de exclusão social.

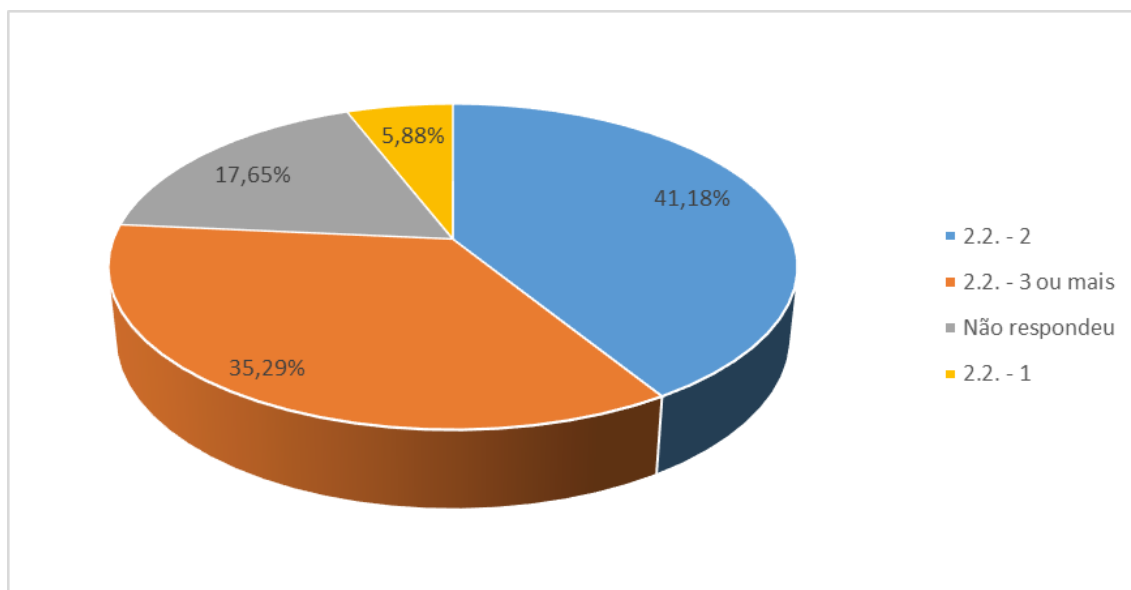
Número de capacitações em que já participou

Quanto mais o indivíduo investir em si próprio maior o seu empoderamento pessoal, uma vez que as pessoas poderão ser educadas no sentido de desenvolverem as suas potencialidades, aumentando também a sua confiança e a sua autonomia. Freire (1997).

Quadro 24 - Números de capacitações em que já participou

	N.º	%
2.2. - 2	14	41,18%
2.2. - 3 ou mais	12	35,29%
Não respondeu	6	17,65%
2.2. - 1	2	5,88%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 13 - Números de capacitações em que já participou



Observamos que a grande maioria do grupo analisado já participou em média em duas formações, o que revela a intenção de aprender e talvez procurar melhorar a sua condição de vida.

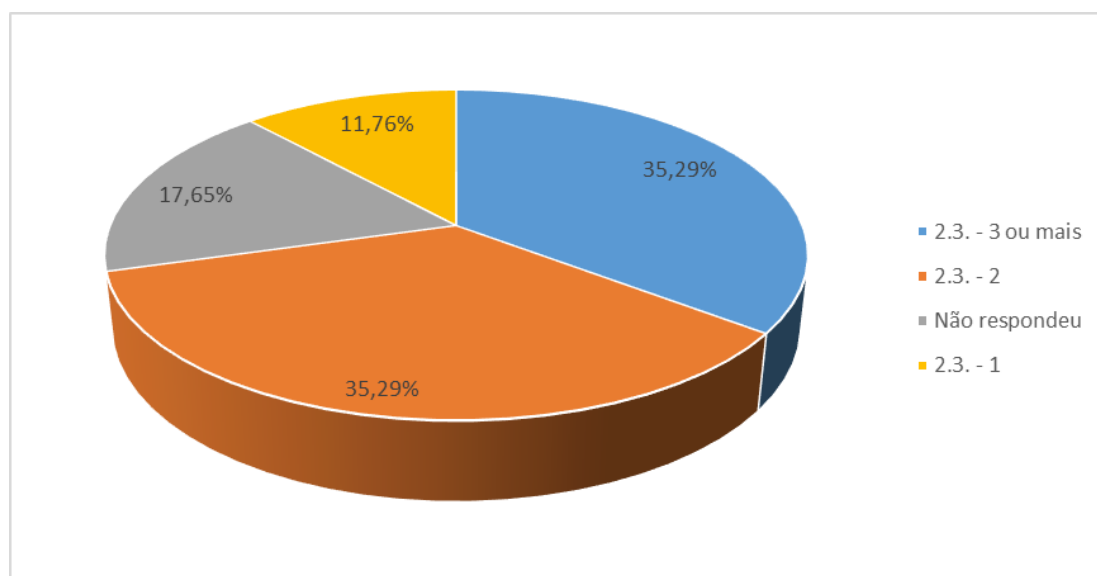
Número de conclusão de cursos

Muitas vezes o ser humano precisa de ganhar coragem e persistência para contornar os diversos obstáculos que lhes vão surgindo na vida, e investir em si próprio para abrir oportunidades e tal como menciona Daniel Goleman “*O Caminho para sair da pobreza é a educação*”.

Quadro 25 - Número de conclusão de cursos

	N.º	%
2.3. - 3 ou mais	12	35,29%
2.3. - 2	12	35,29%
Não respondeu	6	17,65%
2.3. - 1	4	11,76%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 14 - Número de conclusão de cursos



Como podemos verificar a maioria do grupo concluiu dois ou três cursos, o que revela muita persistência da parte dos mesmos.

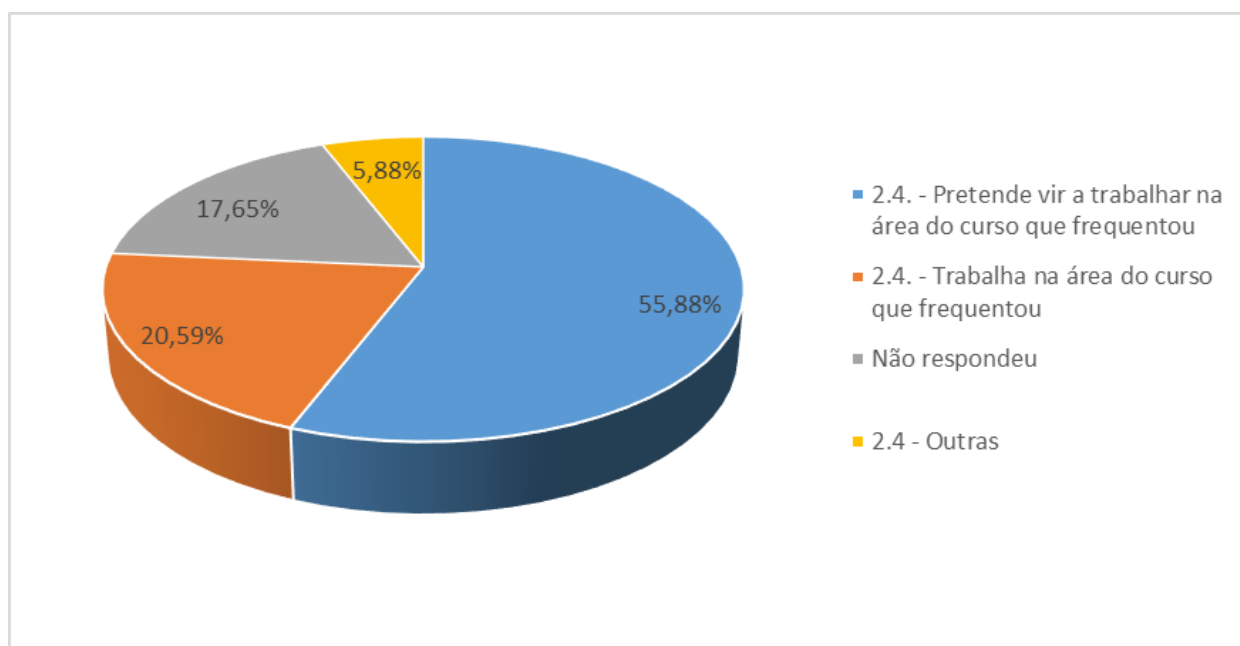
Atividade profissional desempenhada e objetivo futuro

A vontade de abandonar uma situação precária exige ao ser humano que lute e tenha esperança em conseguir alcançar as suas metas pessoais. É o ponto de partida para alterar a sua visão e focar-se no objetivo. *“As pessoas com altos níveis de esperança têm certos traços comuns, entre eles o poder de se auto motivar, e sentir-se com recursos suficientes para encontrar meios de atingir os seus objetivos, ter flexibilidade bastante para encontrar meios diferentes de chegar às metas, e ter o senso de decompor uma tarefa formidável em outras menores, mais manejáveis.”* Goleman (2015).

Quadro 26 - Atividade profissional desempenhada e objetivo futuro

	N.º	%
2.4. - Pretende vir a trabalhar na área do curso que frequentou	19	55,88%
2.4. - Trabalha na área do curso que frequentou	7	20,59%
Não respondeu	6	17,65%
2.4 - Outras	2	5,88%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 15 - Atividade profissional desempenhada e objetivo futuro



É claramente manifesto o sentimento de esperança após o cumprimento de 300 horas de capacitação, com uma margem de cerca de 60% que desejam trabalhar na área do curso, verificando que 21% já trabalha na área desejada.

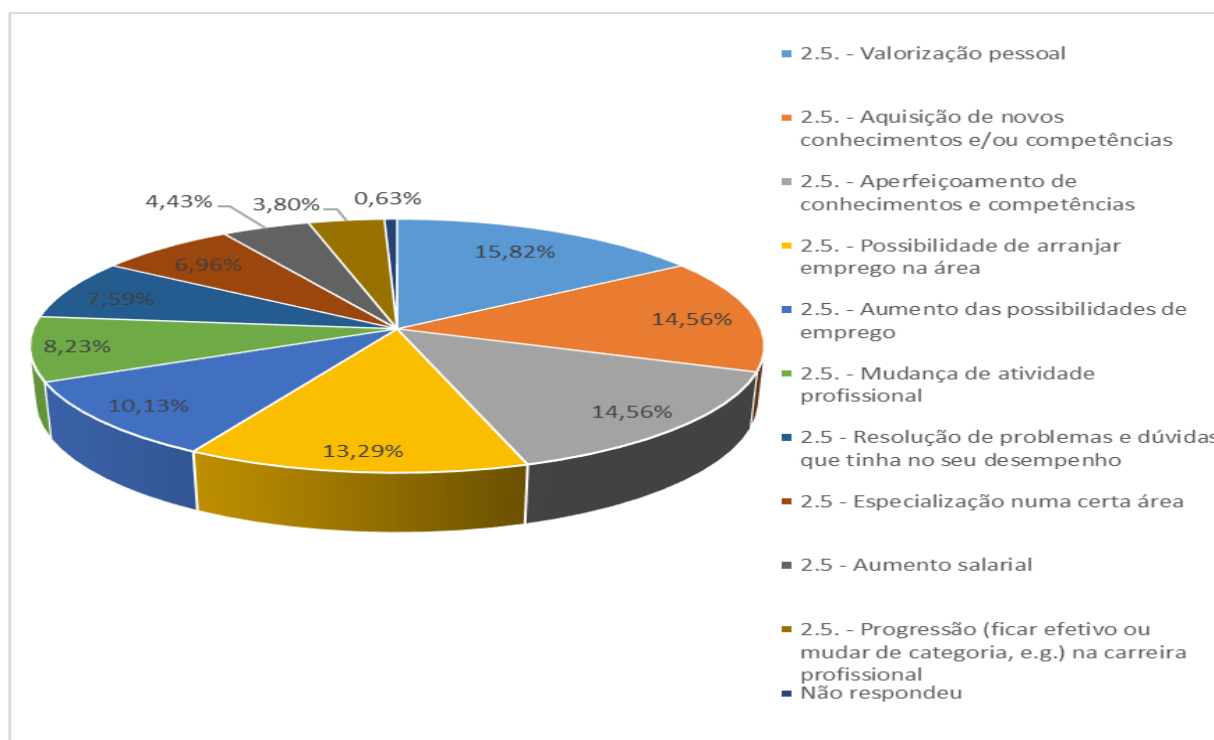
Motivos para frequência neste curso

A motivação é o conceito geral para o conjunto de impulsos que orientam o comportamento de uma pessoa em direção a determinado fim ou objetivo. Pode caracterizar-se como o comportamento orientado por um objetivo, ativado e controlado por forças internas (biológicas, p. ex. fome ou externas, sociais p. ex. desejo de sucesso). A motivação mantém-se enquanto o objetivo não for cumprido. Portanto, todo o comportamento humano é motivado: comer, fazer parte de um grupo, desejar ser estimado, ser bem-sucedido.

Quadro 27 - Motivos para frequência neste curso

	N.º	%
2.5. - Valorização pessoal	25	15,82%
2.5. - Aquisição de novos conhecimentos e/ou competências	23	14,56%
2.5. - Aperfeiçoamento de conhecimentos e competências	23	14,56%
2.5. - Possibilidade de arranjar emprego na área	21	13,29%
2.5. - Aumento das possibilidades de emprego	16	10,13%
2.5. - Mudança de atividade profissional	13	8,23%
2.5. - Resolução de problemas e dúvidas que tinha no seu desempenho	12	7,59%
2.5. - Especialização numa certa área	11	6,96%
2.5. - Aumento salarial	7	4,43%
2.5. - Progressão (ficar efetivo ou mudar de categoria, e.g.) na carreira profissional	6	3,80%
Não respondeu	1	0,63%
Total Geral	158	100,00%

Gráfico 16 - Motivos para frequência neste curso



Como podemos verificar foram manifestados diversos fatores motivacionais, variáveis consoante os objetivos e o estado motivacional de cada um. Sendo que o mais representativo e comum é a valorização pessoal com 16%.

10.7.3 Estado motivacional

Com base no modelo da porta giratória dos estágios da mudança, Proshaska e Diclemente, (1986) declaram que existem diversas etapas dentro de estado emocional, sendo a primeira fase a da pré-contemplanção onde se levantam dúvidas, sobre o contexto e o comportamento/atitude do individuo, de seguida a contemplanção o chamado *“Inclinar a balança”* – evocar as razões para a mudança, os riscos de não mudar, fortalecendo a autossuficiência do individuo para a mudança do comportamento atual.

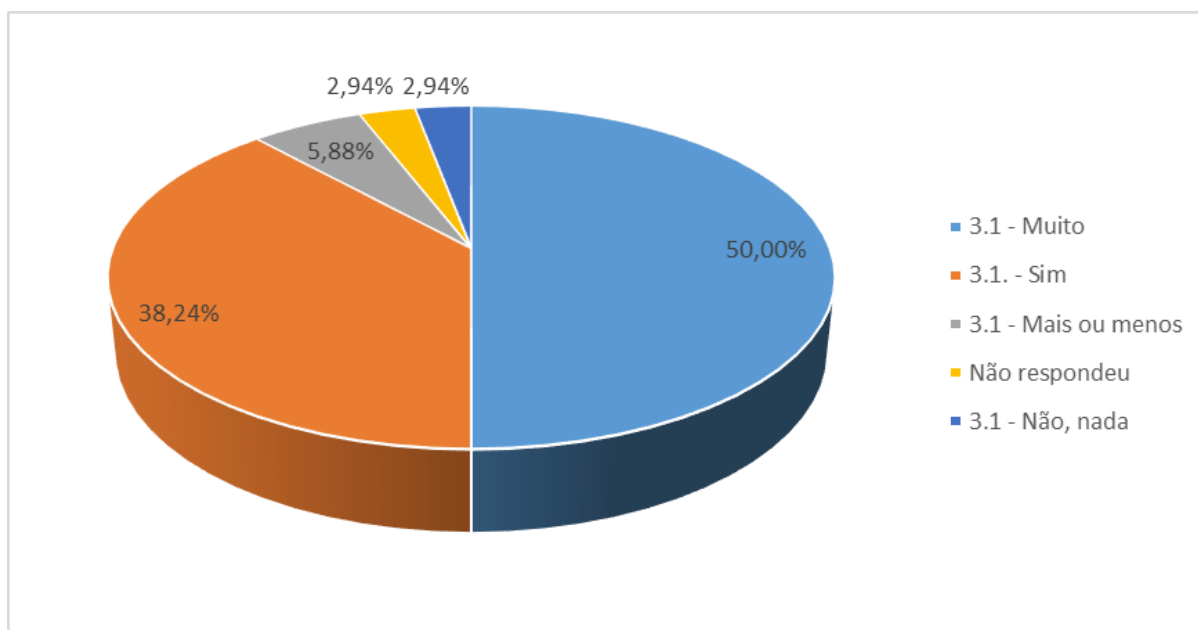
Estado motivacional no início da capacitação

A fase da preparação vem de seguida ajudando o individuo a determinar a melhor linha de ação a ser seguida na busca da mudança. A ação, por sua vez permite ajudar o individuo a dar passos rumo à mudança, de seguida vem a fase de manutenção onde se deve ajudar o individuo a identificar e a utilizar estratégias de prevenção da recaída. A qualquer momento podem ocorrer momentos de recaída, neste caso, pensar na desistência do curso, deve ajudar-se o individuo a renovar os processos de contemplanção, preparação e ação, sem que este fique imobilizado ou desmoralizado devido à recaída.

Quadro 28 - Estado motivacional no início da capacitação

	N.º	%
3.1 - Muito	17	50,00%
3.1 - Sim	13	38,24%
3.1 - Mais ou menos	2	5,88%
Não respondeu	1	2,94%
3.1 - Não, nada	1	2,94%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 17 - Estado motivacional no início da capacitação



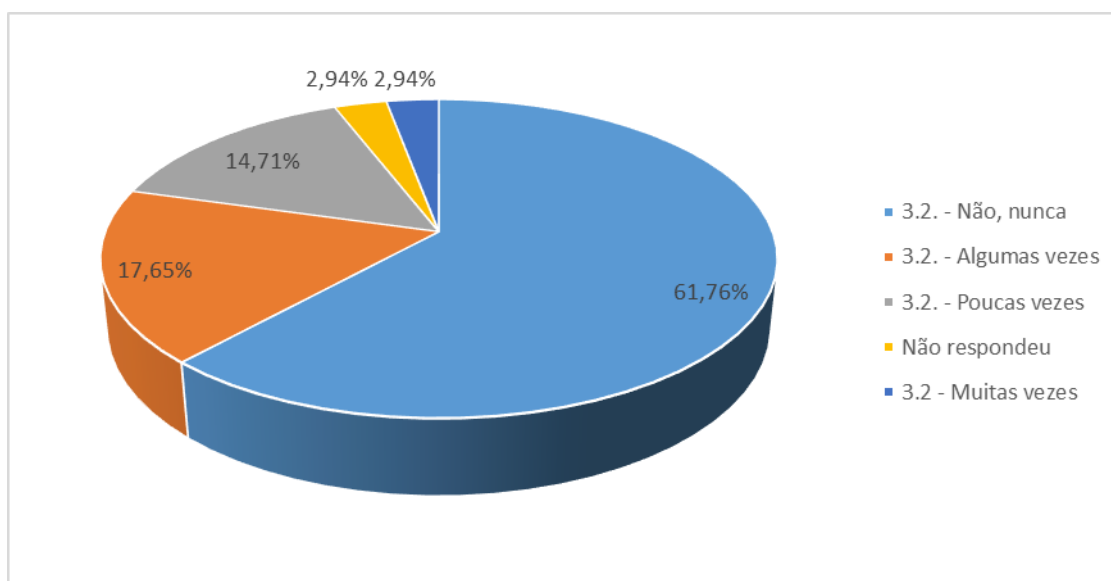
Através da captação de dados percebemos que 50% dos participantes estavam muito motivados, 38% motivados dentro da normalidade e os restantes mais ou menos ou nada.

Margem de desistência

Quadro 29 - Margem de desistência

	N.º	%
3.2 - Não, nunca	21	61,76%
3.2 - Algumas vezes	6	17,65%
3.2 - Poucas vezes	5	14,71%
Não respondeu	1	2,94%
3.2 - Muitas vezes	1	2,94%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 18 - Margem de desistência



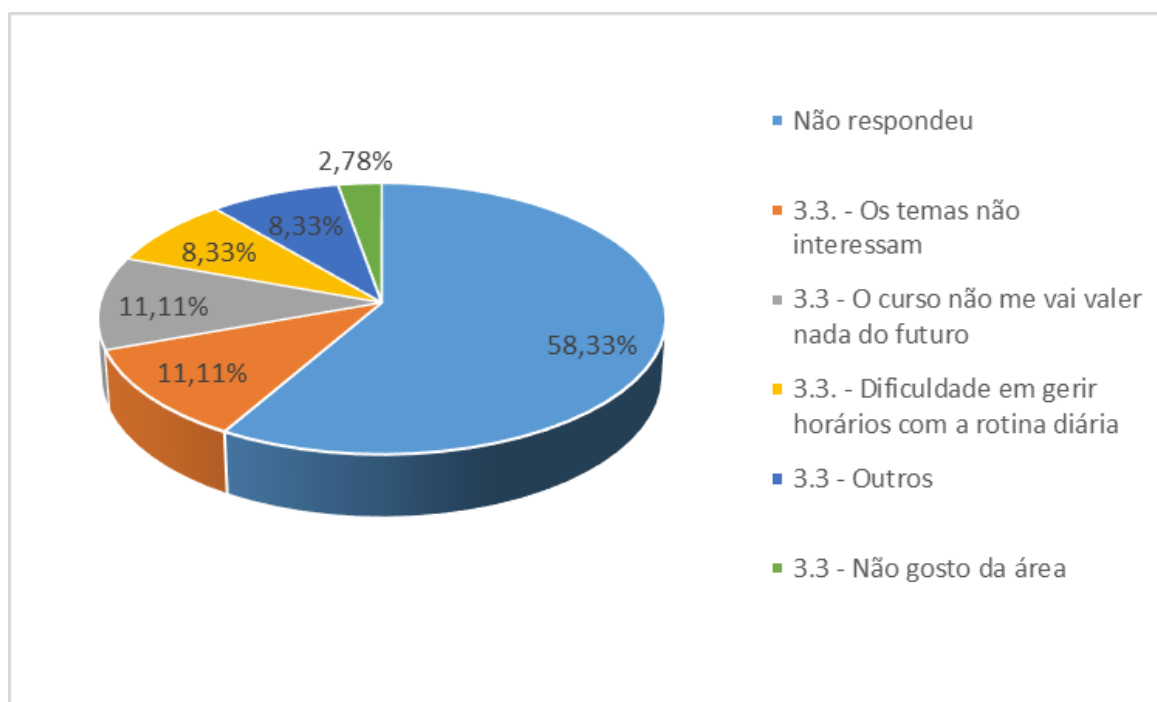
Verificamos que ao longo do percurso a grande maioria manteve-se motivado para terminar o curso com uma taxa de 62%, 18% pensou algumas vezes, 15% pensou poucas vezes e 3% pensou muitas vezes, estas dúvidas serão mostradas nas próximas questões.

Motivos de possibilidade de desistência

Quadro 30 - Motivos de possibilidade de desistência

	N.º	%
Não respondeu	21	58,33%
3.3 - Os temas não interessam	4	11,11%
3.3 - O curso não me vai valer nada do futuro	4	11,11%
3.3 - Dificuldade em gerir horários com a rotina diária	3	8,33%
3.3 - Outros	3	8,33%
3.3 - Não gosto da área	1	2,78%
Total Geral	36	100,00%

Gráfico 19 - Motivos de possibilidade de desistência



Embora tenham sido evocados alguns motivos que poderiam anunciar a desistência, a maior percentagem acentuou-se em desinteresse nos temas e na desvalorização de importância do curso no futuro, o que nos permite vaguear para segundas intenções, tais com o pensamento da Subsidiodependência.

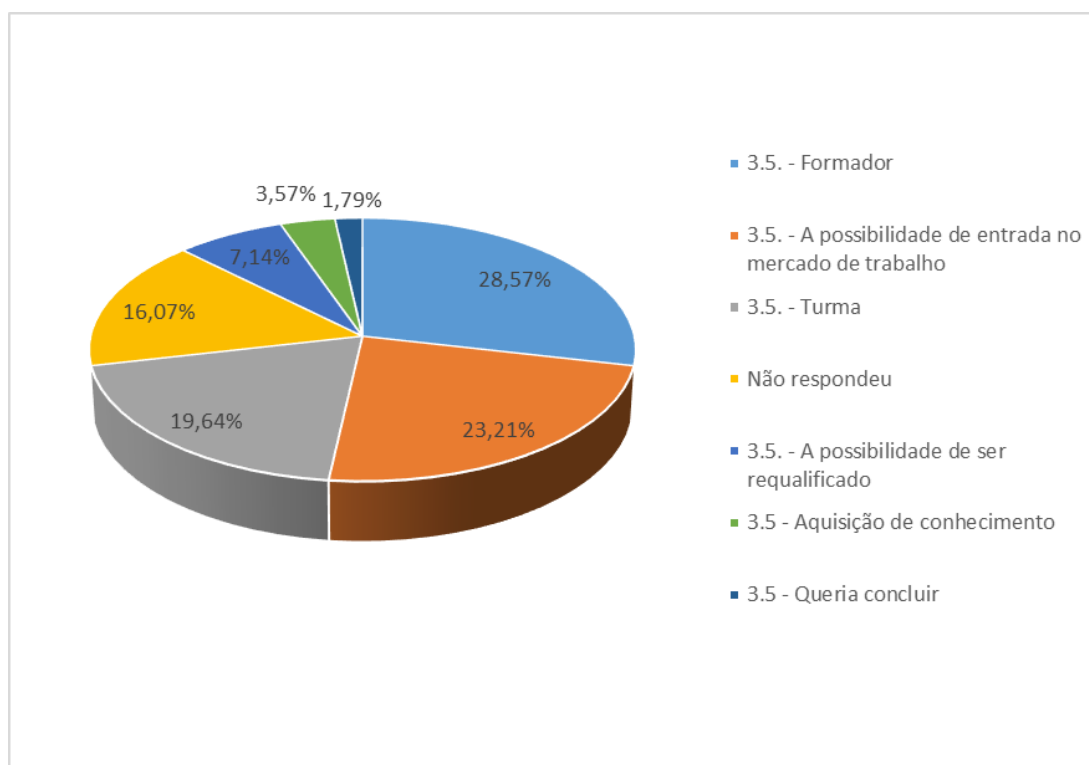
Motivos para finalizar o curso

Segundo a teoria de Herzberg existem dois tipos de motivação, a intrínseca que está relacionada com as recompensas psicológicas, oportunidades de mostrar competências, sentido de desafio, reconhecimento positivo, realização pessoal e a motivação extrínseca, que por sua vez, está relacionada com as recompensas materiais, como o aumento do salário, promoção, novo emprego.

Quadro 31 - Motivos para finalizar o curso

	N.º	%
3.5 - Formador	16	28,57%
3.5 - A possibilidade de entrada no mercado de trabalho	13	23,21%
3.5 - Turma	11	19,64%
Não respondeu	9	16,07%
3.5 - A possibilidade de ser requalificado	4	7,14%
3.5 - Aquisição de conhecimento	2	3,57%
3.5 - Queria concluir	1	1,79%
Total Geral	56	100,00%

Gráfico 20 - Motivos para finalizar o curso



Ao longo de percursos com obstáculos de toda a ordem, o ser humano necessita de ter a cooperação de outros e promover as relações interpessoais para por vezes conseguir atingir os objetivos.

Aqui releva-se como pontos fortes o apoio cooperativo entre o formador e a turma que segundo a amostra motivou a não desistir do curso.

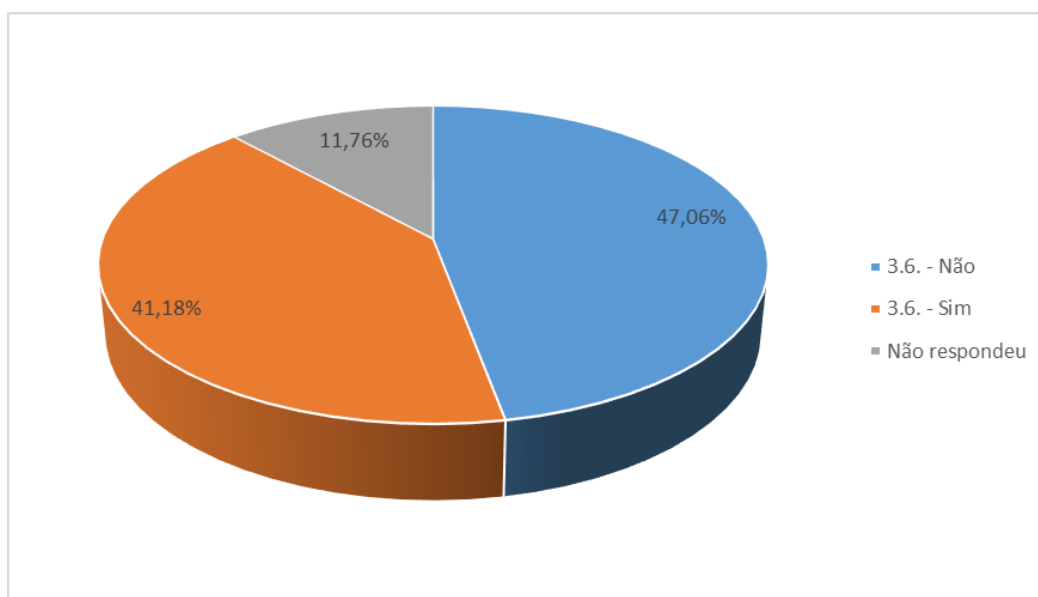
Alterações na vida após capacitação

Estando o indivíduo mais capacitado, sentindo-se empoderado e com motivação, passa para a fase da mudança intencional, que embora seja mais aplicado em contexto organizacional poderá servir para explicar esta fase onde o indivíduo é levado de um estado inferior para um superior. Os critérios de avaliação podem ser agrupados em dois grandes tipos: desempenho organizacional (e.g. produtividade, eficácia, eficiência, lucro e qualidade) e desenvolvimento humano (e.g. expansão do repertório comportamental, alargamento dos conhecimentos, diversificação de perspetivas, melhoria da qualidade de vida no trabalho) Cunha, et all (2007:841).

Quadro 32 - Alterações na vida após capacitação

	N.º	%
3.6. - Não	16	47,06%
3.6. - Sim	14	41,18%
Não respondeu	4	11,76%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 21 - Alterações na vida após capacitação



Importa referir que na amostra foram inquiridas pessoas que apenas terminaram a capacitação há um mês, logo, e embora algumas já demonstrem que o curso fez diferença na vida destas, outras não têm a mesma opinião. Assim, como as que já terminaram a capacitação há cerca de 12 meses, também não tinha havido alterações na sua vida. De qualquer forma podemos constatar que 41% é uma margem positiva no panorama estudado.

Tipo de alterações na sua vida após a capacitação

Nesta questão focamos alterações de vida apenas relacionadas com o final do curso e a empregabilidade

Quadro 33 - Sondagem de alterações de vida nas pessoas

Hipóteses	N.º respostas	%
Conseguiu emprego na área do curso	4	11%
Conseguiu emprego noutra área, que não a do curso	0	0%
Mudou de emprego, na área do curso	3	8,8%
Mudou de emprego, mas não na área do curso	0	0%
Procurou novas hipóteses na área do curso	4	11%
Procurou novas hipóteses noutras áreas	0	0%
Requalificou-se	3	8,8%
Sem resposta	20	58,82%

Perante a análise da amostra do estudo conseguimos apurar que 11% do grupo conseguiu emprego na área do curso, 9% mudou de emprego para a área do curso, 9% requalificou-se e 11% procurou e procura hipótese na área do curso.

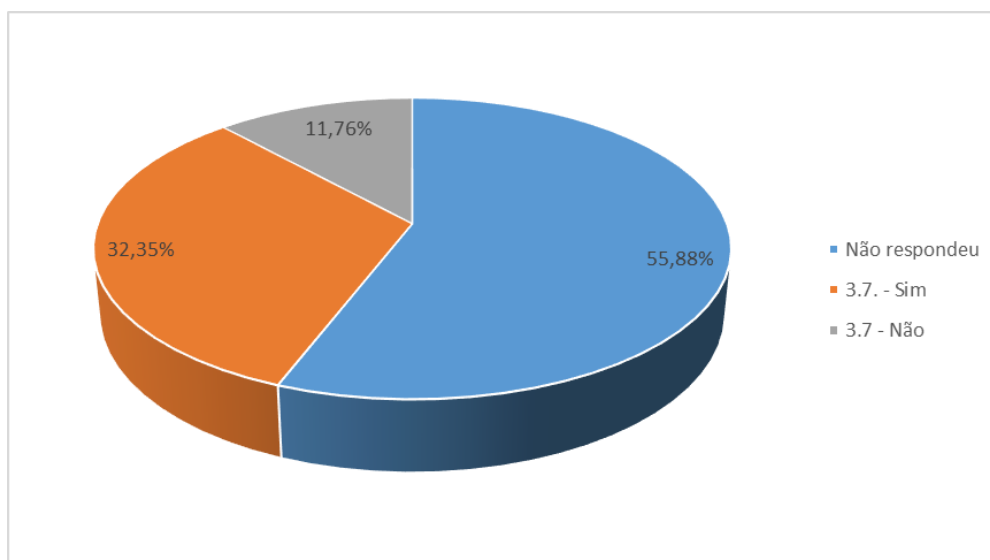
Se arranjou ou mudou de emprego, foi no Concelho de Alpiarça ou perto

O presente estudo pretende analisar o impacto da capacitação no desenvolvimento local sendo que este “...é sinónimo de pessoas e de investimento em capital humano e de participação, empowerment numa conceção de mobilização de todos os recursos e potencialidades existentes numa comunidade territorialmente organizada. “Lopes (2012),dessa forma importa saber se as pessoas capacitadas por esta ação arranjam ou mudaram de emprego nesta área.

Quadro 34 - Se arranjou ou mudou de emprego, foi no Concelho de Alpiarça ou perto

	N.º	%
Não respondeu	19	55,88%
3.7. - Sim	11	32,35%
3.7 - Não	4	11,76%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 22 - Se arranjou ou mudou de emprego, foi no Concelho de Alpiarça ou perto



Desta forma, conseguimos perceber que uma grande percentagem de cerca de 32% conseguiu emprego ou requalificar-se no Concelho de Alpiarça ou perto.

A incidência de não respostas com 56% assenta no facto de uma parte da amostra ainda ter finalizado a capacitação há um mês.

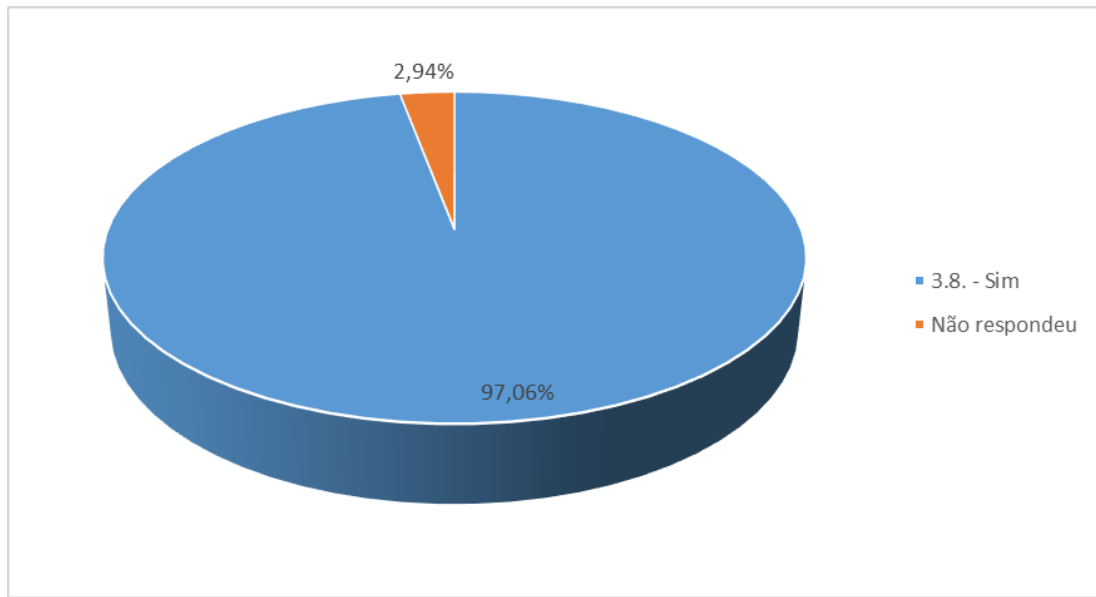
Contribuição para o seu desenvolvimento pessoal

Um dos objetivos da capacitação é que empodere as pessoas para que consigam dar resposta às situações que lhes surjam, intervenham mais e democraticamente na cidadania e sejam capazes de (re) criar as suas vidas.

Quadro 35 - Contribuição para o seu desenvolvimento pessoal

	N.º	%
3.8. - Sim	33	97,06%
Não respondeu	1	2,94%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 23 - Contribuição para o seu desenvolvimento pessoal



Podemos verificar que o objetivo de empoderamento da capacitação do atingido com sucesso com uma margem de 97%.

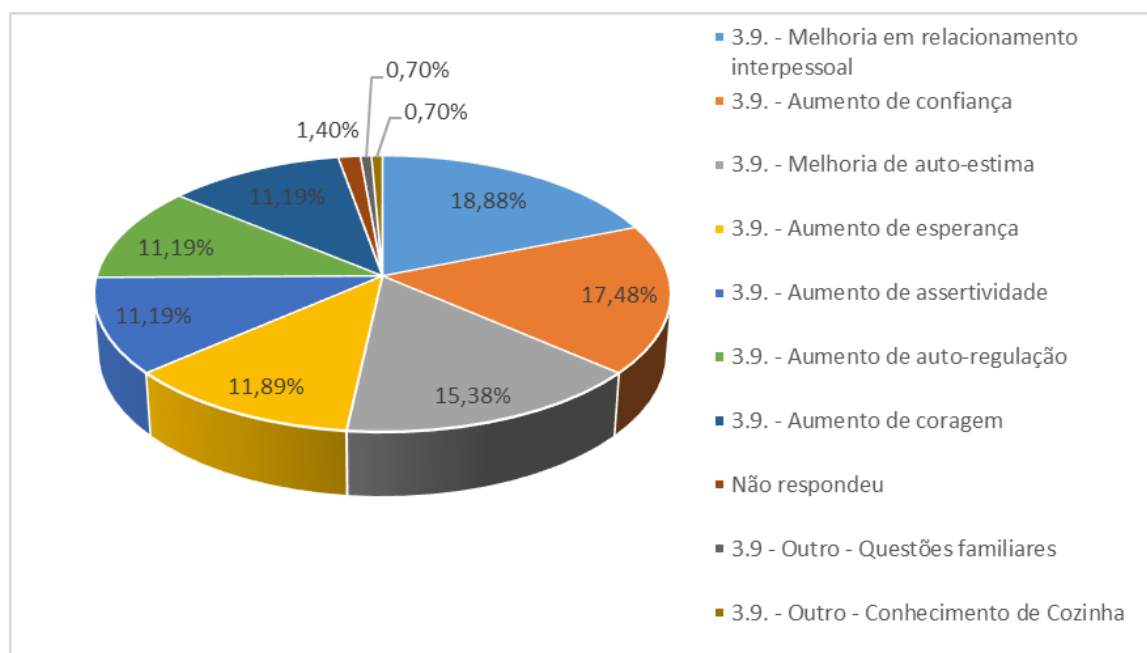
Aspetos de contribuição para o desenvolvimento pessoal

São inúmeros os fatores que podem contribuir para o desenvolvimento pessoal, respeitando o perfil de cada um inquirido, analisaremos de seguida com os critérios mais relevados.

Quadro 36 - Aspetos de contribuição para o desenvolvimento pessoal

	N.º	%
3.9. - Melhoria em relacionamento interpessoal	27	18,88%
3.9. - Aumento de confiança	25	17,48%
3.9. - Melhoria de auto-estima	22	15,38%
3.9. - Aumento de esperança	17	11,89%
3.9. - Aumento de assertividade	16	11,19%
3.9. - Aumento de auto-regulação	16	11,19%
3.9. - Aumento de coragem	16	11,19%
Não respondeu	2	1,40%
3.9. - Outro - Questões familiares	1	0,70%
3.9. - Outro - Conhecimento de Cozinha	1	0,70%
Total Geral	143	100,00%

Gráfico 24 - Aspectos de contribuição para o desenvolvimento pessoal



Munir pessoas em risco de exclusão social de ferramentas essenciais para melhorar a sua atitude individual e em grupo, potenciando assim a sua inteligência emocional foi um dos grandes objetivos deste projeto, e tal como podemos verificar os resultados são satisfatórios.

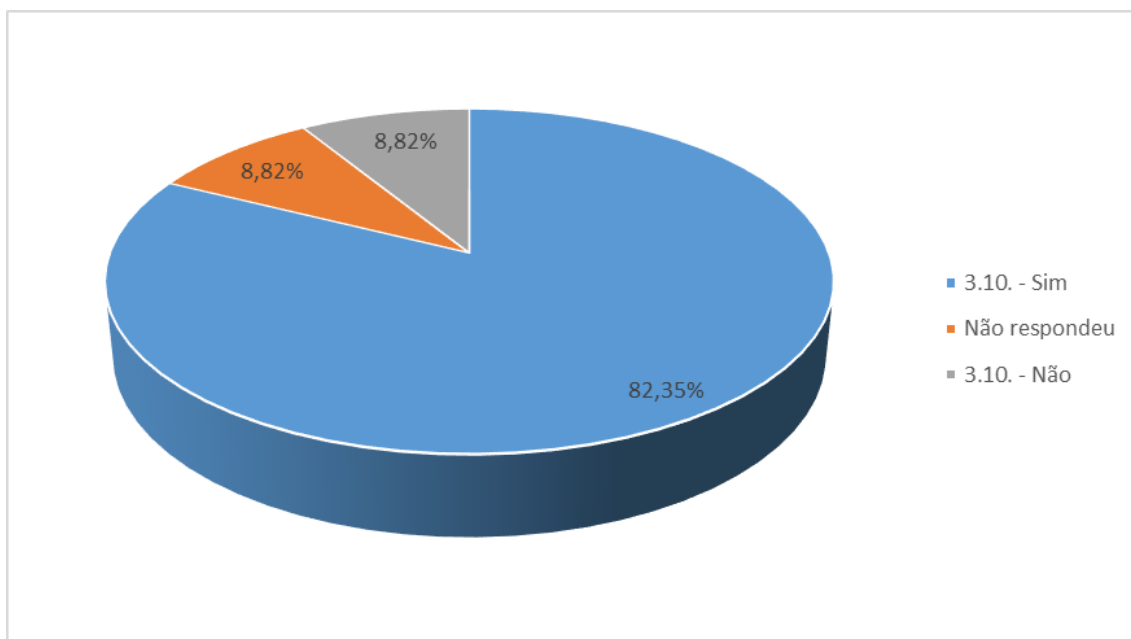
Esperança de trabalhar na área da capacitação

A esperança poderá ser inspirada na célebre frase de Augusto Comte “*Saber para prever, a fim de poder.*” Este nível esperança deve ser visto num prisma de positivismo, pois o individuo encontra-se preparado para poder atuar assim que surja uma oportunidade.

Quadro 37 - Esperança de trabalhar na área da capacitação

	N.º	%
3.10. - Sim	28	82,35%
Não respondeu	3	8,82%
3.10. - Não	3	8,82%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 25 - Esperança de trabalhar na área da capacitação



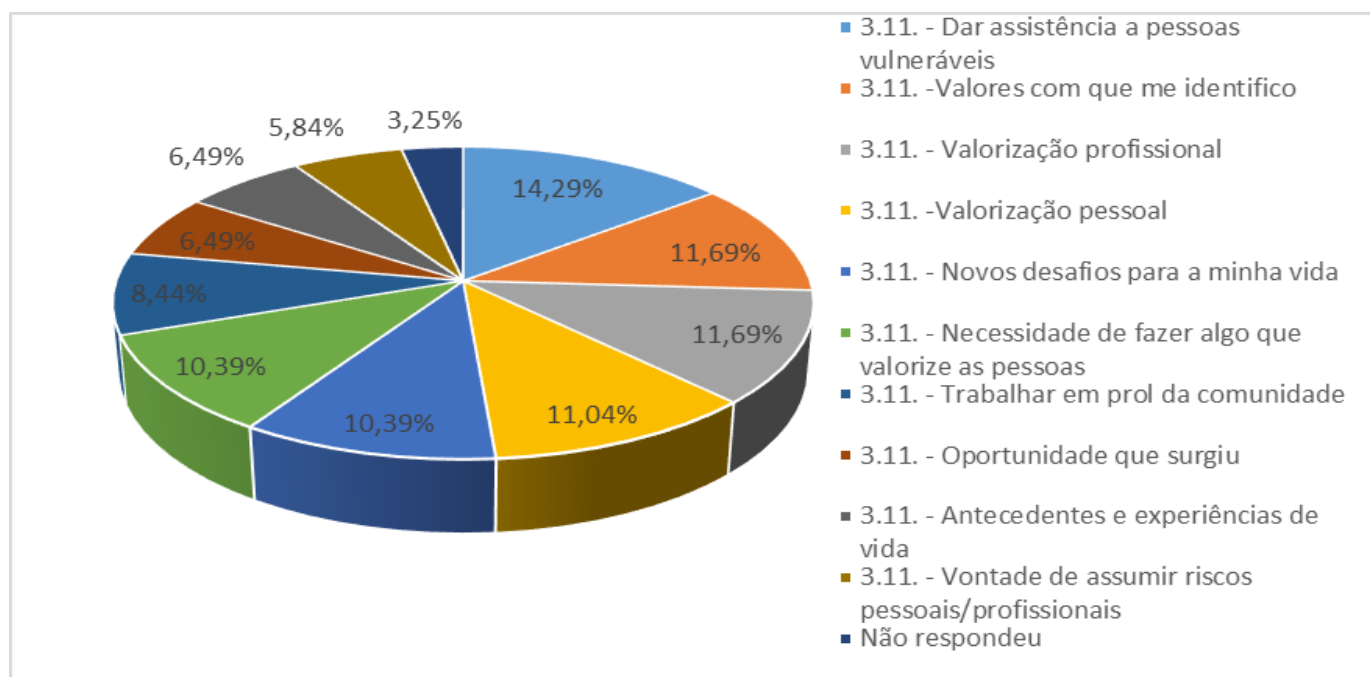
Se já trabalhou, trabalha ou gostaria de trabalhar numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS - Fundação, Lar, Jardim de Infância...) quais as razões pessoais que a motivaram ou motivam?

O conceito de IPSS apresenta-se automaticamente interligado a solidariedade e por sua vez, a altruísmo, cuja definição assenta numa doutrina filosófica moral ou como um hábito e/ou prática que incide na dedicação ao outro, como norma suprema de moralidade. Deste prisma surgem as seguintes hipóteses de estudo:

Quadro 38 - Trabalho em IPSS

	N.º	%
3.11. - Dar assistência a pessoas vulneráveis	22	14,29%
3.11. - Valores com que me identifico	18	11,69%
3.11. - Valorização profissional	18	11,69%
3.11. - Valorização pessoal	17	11,04%
3.11. - Novos desafios para a minha vida	16	10,39%
3.11. - Necessidade de fazer algo que valorize as pessoas	16	10,39%
3.11. - Trabalhar em prol da comunidade	13	8,44%
3.11. - Oportunidade que surgiu	10	6,49%
3.11. - Antecedentes e experiências de vida	10	6,49%
3.11. - Vontade de assumir riscos pessoais/profissionais	9	5,84%
Não respondeu	5	3,25%
Total Geral	154	100,00%

Gráfico 26 - Trabalho em IPSS



E tal como podemos constatar dar a assistência a pessoas vulneráveis sobressalta como maior valor percentual (14,29%) seguido de valores essenciais regidos por essas organizações (solidariedade, cooperação, colaboração, altruísmo, sensibilidade, etc...) e pela valorização pessoal, pois o individuo quando pratica o bem, o ajudar o outro aumenta os seus níveis de satisfação.

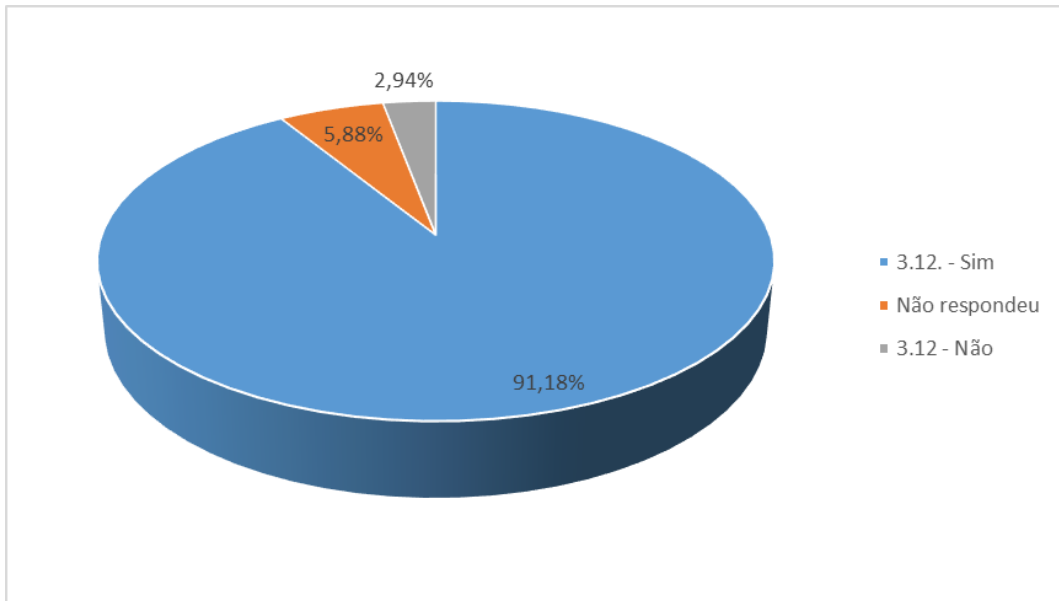
O curso de formação que frequentou permitiu-lhe melhorar o seu trabalho em equipa?

Numa atualidade marcada por fenómenos como a globalização e a competitividade é urgente clamar por uma pedagogia de ação conjugada capaz de combater o individualismo e o isolamento na transposição das dificuldades inerentes ao desenvolvimento dos territórios. Falamos, claramente de Cooperação, uma prática que deve ser realizada a todos os níveis e escalas.

Quadro 39 - Melhoramento do trabalho em equipa

	N.º	%
3.12. - Sim	31	91,18%
Não respondeu	2	5,88%
3.12 - Não	1	2,94%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 27 - Melhoria do trabalho em equipa



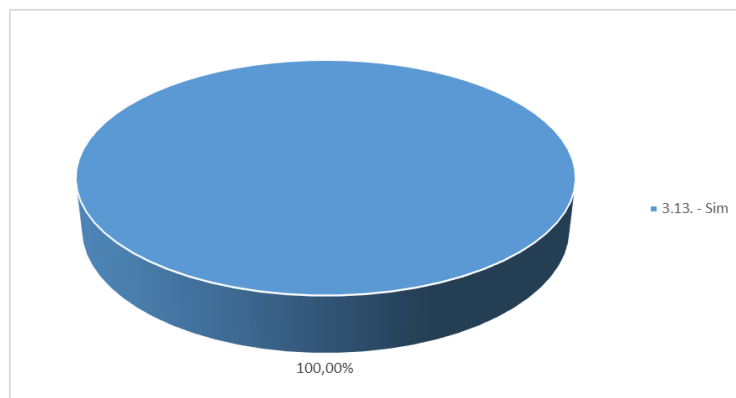
O gráfico comprova que a cooperação é um dos fatores a ter em conta para o desenvolvimento pessoal, local, regional, nacional e até mundial.

Atenção aos pormenores

Segundo Charles Darwin “ *A atenção é a mais importante de todas as faculdades para o desenvolvimento da inteligência humana*”, é cada vez mais importante estar atento a pormenores do que nos rodeia por forma a podermos atuarmos conformidade com o que é exigido não momento. Trata-se de um processo funcional muito complexo, facilita o processamento de informação, seleciona os estímulos necessários para o cumprimento da determinada atividade sensorial, motora ou cognitiva.

Ajuda-nos a focar de forma seletiva num determinado estímulo, ou estímulos, filtrando, descartando ou inibindo as informações desnecessárias.

Gráfico 28 - Atenção aos pormenores



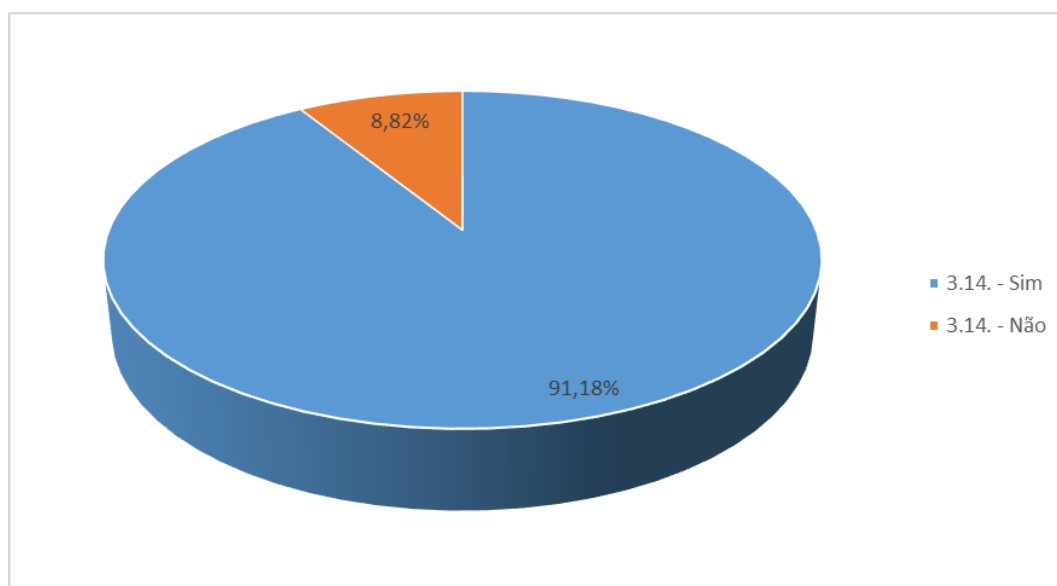
O curso o/a ajudou a fazer novas amizades?

Através de novas amizades que fortalecem as nossas relações interpessoais, aumenta-se também a nossa rede de contactos, o *NETWORKING* consiste em estabelecer relacionamentos pessoais e profissionais com o objetivo de partilhar informações, experiências e recursos. “*Net*”, significa rede, “*work*”, quase sempre traduzida apenas como trabalho, tem um sentido mais amplo: é qualquer aplicação de energia orientada para um propósito específico.

Quadro 40 - O curso o/a ajudou a fazer novas amizades

	N.º	%
3.14. - Sim	31	91,18%
3.14. - Não	3	8,82%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 29 - O curso o/a ajudou a fazer novas amizades



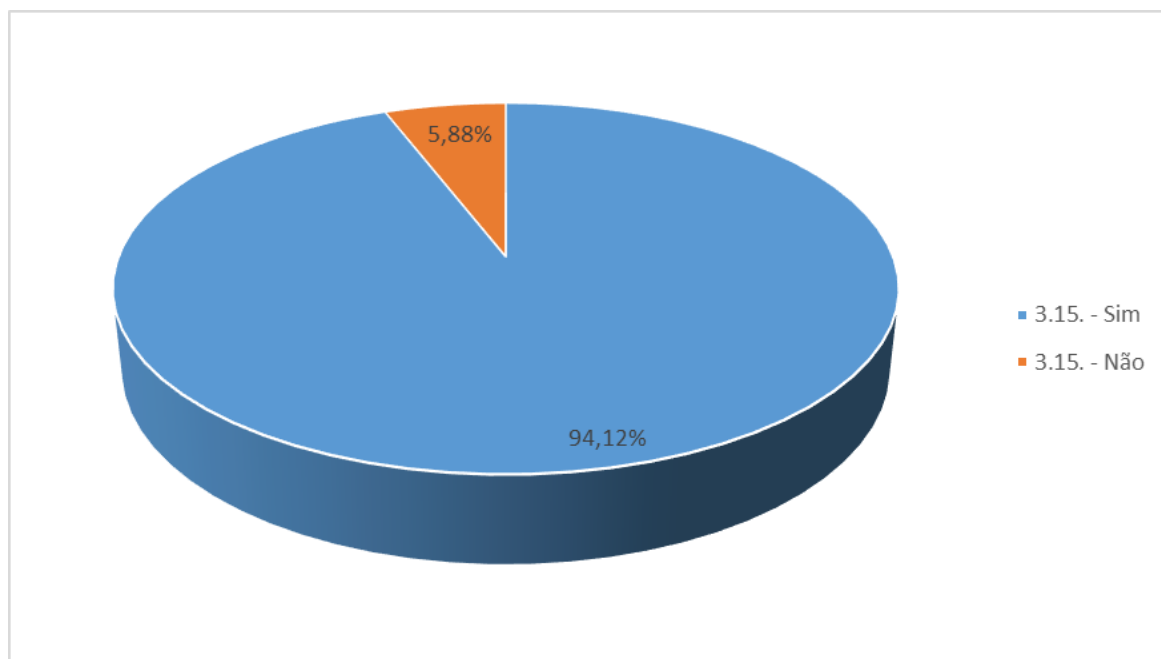
Hoje em dia, um grau académico já não é um diferencial entre candidatos, pelo que é importante conhecer a pessoa certa, no lugar certo. Ou seja, para além de um bom *Curriculum Vitae* cada vez é mais importante o candidato ter bons contactos. As redes sociais são um fenómeno em expansão e com muito potencial.

Sente que o curso o/a ajudou a interessar-se mais pela ajuda ao próximo?

Quadro 41 - Sente que o curso o/a ajudou a interessar-se mais pela ajuda ao próximo?

	N.º	%
3.15. - Sim	32	94,12%
3.15. - Não	2	5,88%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 30 - Sente que o curso o/a ajudou a interessar-se mais pela ajuda ao próximo?



10.7.4 Experiência profissional em Organizações de Economia Social

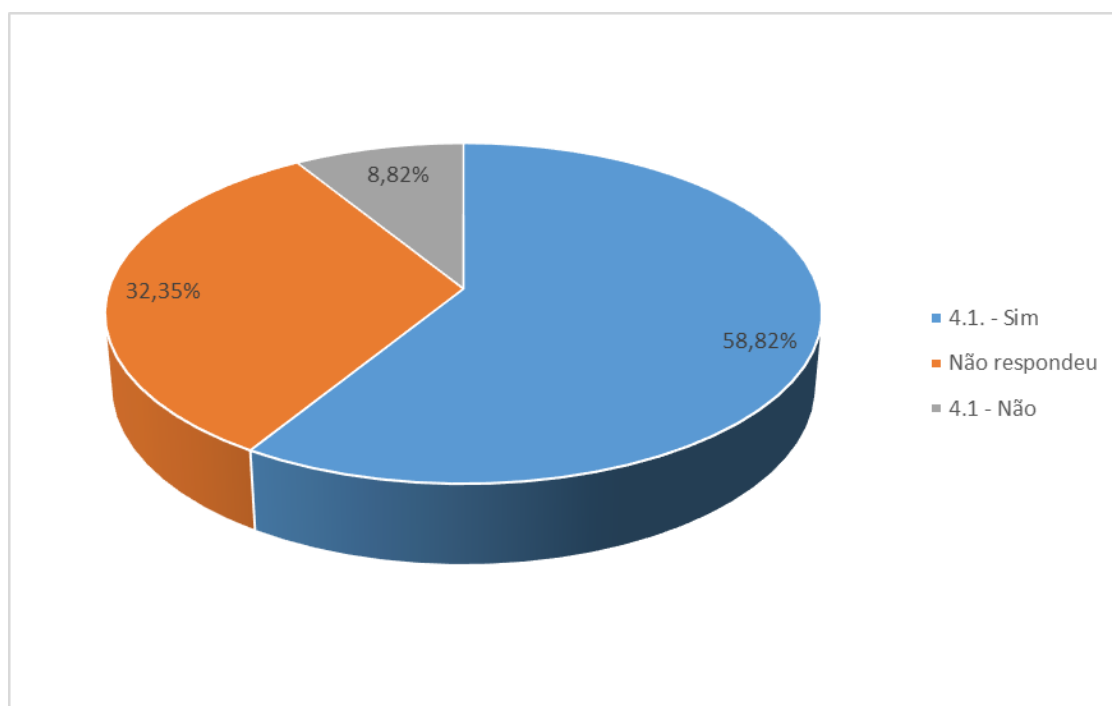
Tendo como base a Gestão de Organizações de Economia Social, apenas focamos essa parte neste ponto. Pretende-se avaliar o ambiente de trabalho em contexto IPSS.

Boa Recepção/ Integração na IPSS

Quadro 42 - Boa Recepção/ Integração na IPSS

	N.º	%
4.1. - Sim	20	58,82%
Não respondeu	11	32,35%
4.1 - Não	3	8,82%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 31 - Boa Recepção/Boa Integração na IPSS



Verificamos que a maioria dos casos é integrado de forma positiva nas IPSS, sendo que 32% nunca trabalhou em IPSS não são contabilizadas essas respostas. Apenas 9% da amostra não se sentiu integrado.

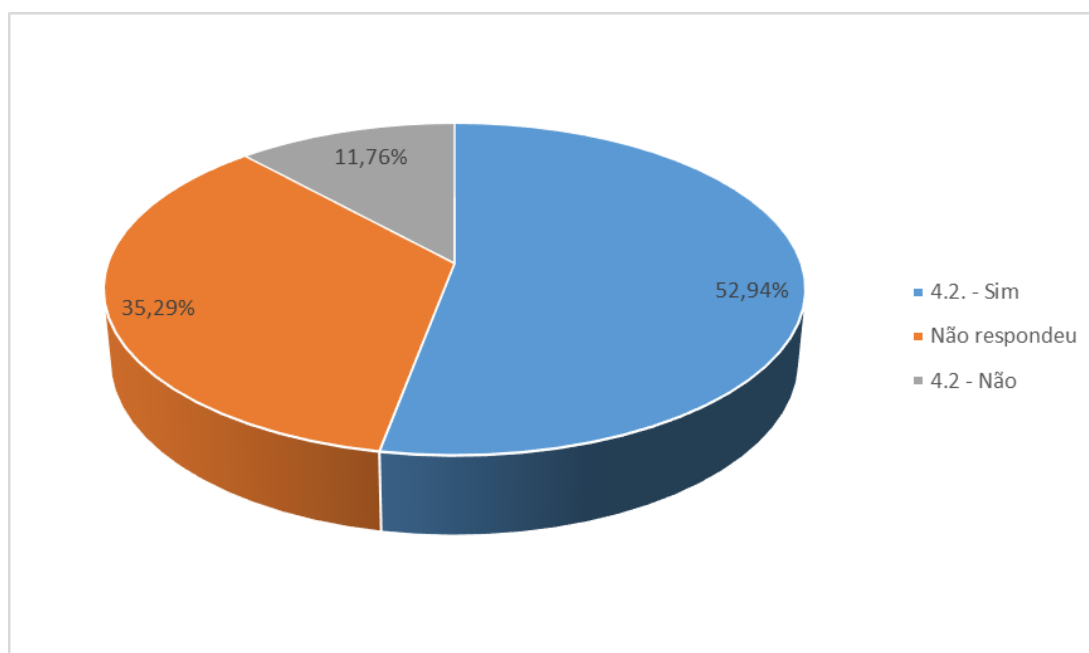
As/Os colegas de trabalho mostraram-se disponíveis para me ajudar

No sentido de apurar a cooperação, colaboração e espírito de interajuda em IPSS desenhou-se essa questão.

Quadro 43 - Disponibilidade das colegas para ajudar

	N.º	%
4.2. - Sim	18	52,94%
Não respondeu	12	35,29%
4.2 - Não	4	11,76%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 32 - Disponibilidade das colegas para ajudar



Deparamo-nos que em contexto de IPSS na maioria das vezes as colegas se mostram disponíveis para ajudar, colaborar uns com os outros, contrariamente a uma margem de 12%, onde foi revelado que não sentiram apoio.

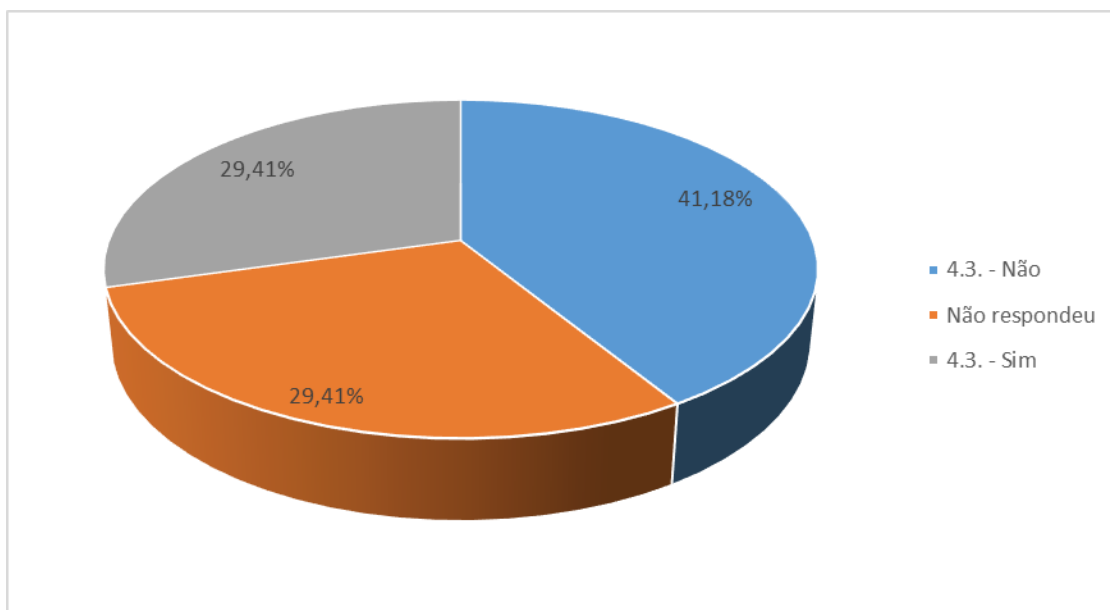
O horário de trabalho não compromete/comprometia a minha vida pessoal.

Consoante a amostra de estudo e segundo o boletim de Trabalho e Emprego (BTE n.º 31 de 2015) no CAPÍTULO IV, na secção da Duração do trabalho, Cláusula 24.^a, Os limites máximos dos períodos normais de trabalho dos trabalhadores abrangidos pela presente convenção são os seguintes: “...” c) *Trinta e sete horas - para os ajudantes de acção directa; e) Quarenta horas - para os restantes trabalhadores.*, para além da obrigatoriedade de fixação dos horários pela entidade empregadora, os horários podem ser ajustados em consonância entre as partes, desde que seja respeitada a lei.

Quadro 44 - Horário laboral

	N.º	%
4.3. - Não	14	41,18%
Não respondeu	10	29,41%
4.3. - Sim	10	29,41%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 33 - Horário Laboral



O período normal de trabalho diário pode ser aumentado até ao limite máximo de duas horas, sem que a duração semanal exceda cinquenta horas, só não contando para este limite o trabalho suplementar prestado por motivo de força maior, salvo nas seguintes situações: a) Pessoal operacional de vigilância, transporte e tratamento de sistemas eletrónicos de segurança, designadamente quando se trate de guardas ou porteiros; b) Pessoal cujo trabalho seja acentuadamente intermitente ou de simples presença; c) Pessoal que preste serviço em atividades em que semostre absolutamente inoportável a sujeição do seu período de trabalho a esses limites.

Perante a amostra de estudo 41% das pessoas afirmam que o horário laboral não compromete a sua vida pessoal, no entanto 29% afirma que sim.

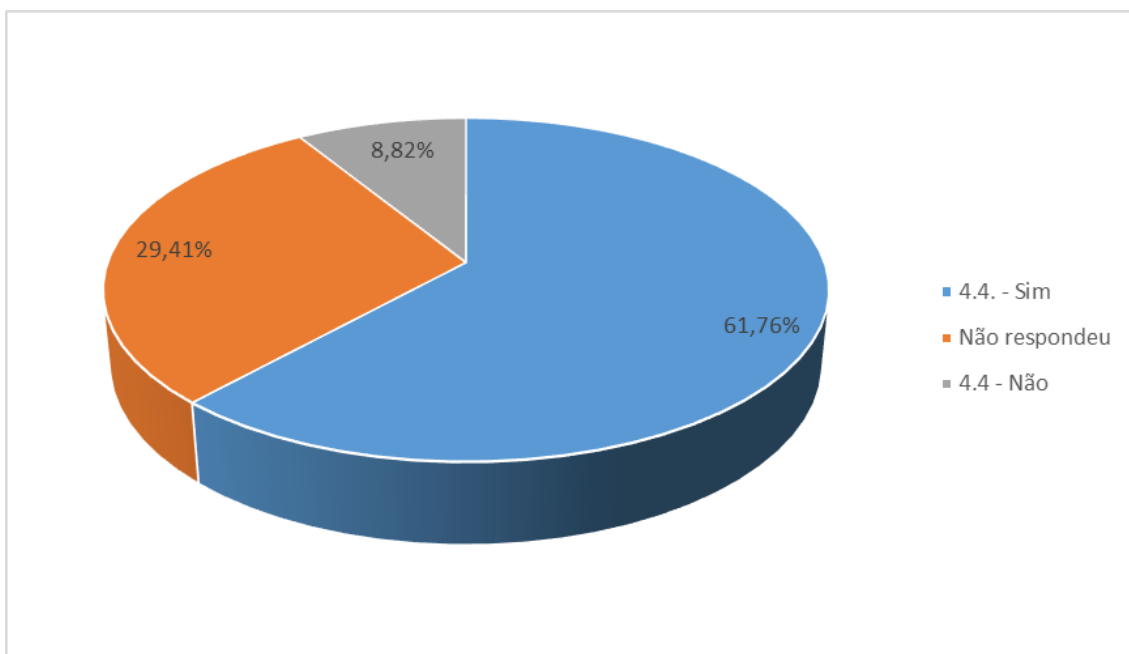
O/A chefe era sensível aos meus problemas.

Existem diversos conceitos de liderança, mas aqui importa resumir que um bom líder aponta o caminho para o sucesso, exercendo disciplina, paciência, compromisso, respeito e humildade, motivando uma equipa que alcançará o sucesso.

Quadro 45 - Tipo de liderança

	N.º	%
4.4. - Sim	21	61,76%
Não respondeu	10	29,41%
4.4 - Não	3	8,82%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 34 - Tipo de liderança



Os resultados apresentados pelos dados recolhidos permite-nos analisar que os chefes são sensíveis à maioria das pessoas que já trabalharam ou trabalham em IPSS (62%) contrariamente a 9% que aponta que as chefias não foram sensíveis aos seus problemas.

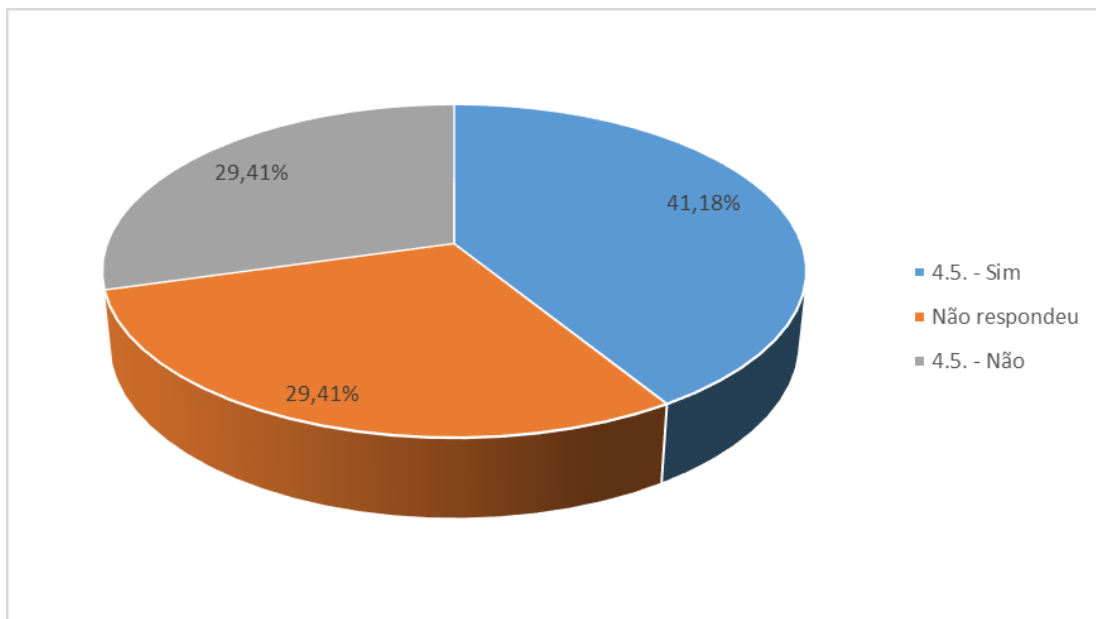
Participação em reuniões de trabalho regulares

Esta questão foi levantada para se conseguir compreender se existe democracia participativa nestes contextos, ou seja se os colaboradores são envolvidos na tomada de decisões e na procura de soluções para o melhoramento das condições.

Quadro 46 - Participação em reuniões de trabalho

	N.º	%
4.5. - Sim	14	41,18%
Não respondeu	10	29,41%
4.5. - Não	10	29,41%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 35 - Participação em reuniões de trabalho



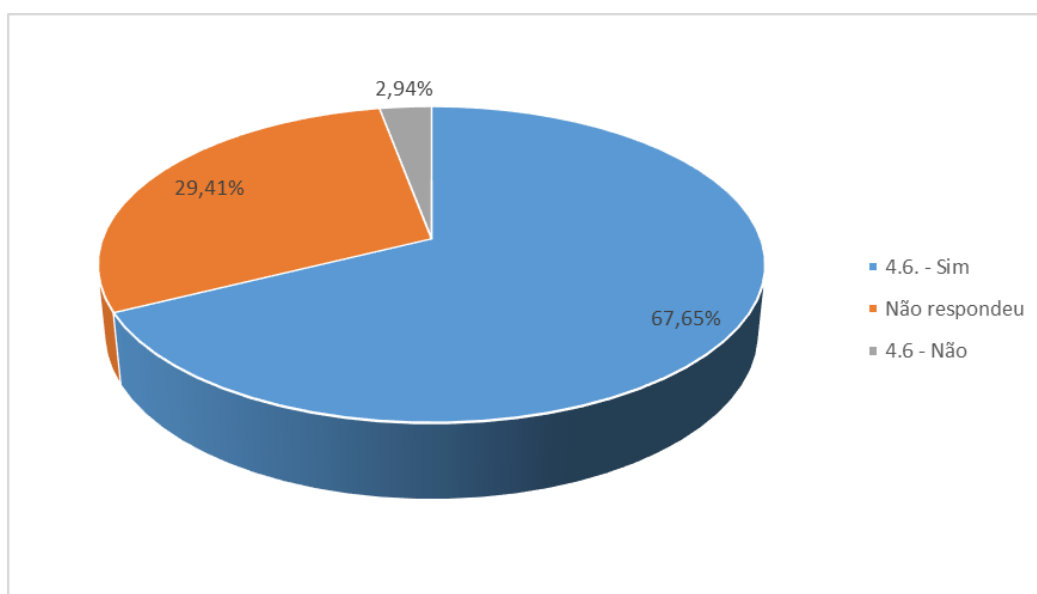
Quando avaliamos se existe democracia participativa neste contexto em concreto percebemos que 41% das pessoas está envolvida no funcionamento da Organização e que 29% afirma que não.

Gostaria de voltar ou continuar a trabalhar numa IPSS?

Quadro 47 - Gostaria de voltar ou continuar a trabalhar numa IPSS

	N.º	%
4.6. - Sim	23	67,65%
Não respondeu	10	29,41%
4.6 - Não	1	2,94%
Total Geral	34	100,00%

Gráfico 36 - Gostaria de voltar ou continuar a trabalhar numa IPSS



Contudo o que verificamos anteriormente constatamos que a maioria das pessoas gostaria de voltar ou continuar a trabalhar em IPSS. (apenas 1 respondeu que não).

10.8 Apresentação e análise dos dados qualitativos

Os dados qualitativos apresentados de seguida baseiam-se no discurso dos elementos da Rede Social e visam contribuir para uma melhor compreensão sobre o funcionamento dos programas sociais de inserção social no combate à exclusão social e a importância da capacitação desse público-alvo.

Neste sentido, apresenta-se de seguida uma tabela orientadora, indo de encontro aos objetivos das entrevistas e respetiva análise dos resultados.

Quadro 48 - Linhas orientadoras para análise

Dimensão	Especificidades
Gestão organizacional	Procedimentos legais obrigatórios
Programas Sociais de Inserção	Avaliação pela equipa multidisciplinar e encaminhamento
Competências comportamentais	Reação à adesão e cumprimento dos programas
Capacitação	Participação em capacitação/formação/cursos
Integração	Encaminhamento e follow-up do processo

A estrutura das entrevistas foi baseada nos tópicos do conteúdo da tabela anterior, com o principal objetivo de cruzar as informações com as variáveis quantitativas.

10.8.1 Análise de dados

10.8.2 Síntese das entrevistas a rede social

Foram elaboradas sete entrevistas a elementos essenciais no funcionamento da Rede Social, com experiência profissional coesa, demonstrada através de uma média de 8 anos de serviço na área de incidência deste estudo.

Foram revelados nos pontos comuns apresentados a todos, unanimidade em relação à importância de capacitação de pessoas, sobretudo em risco de exclusão social,

À presente data, encontram-se pessoas a elaborar CEI em maior número nas autarquias locais (17 na CMA e 10 na Junta de Freguesia), seguidas das duas IPSS (3 em cada uma), sendo que 4 segundo o GIP se encontram em situação de Contrato de Incapacidade Temporária (baixa).

Constatou-se que em todos os organismos estudados se fixaram pessoas nos quadros de pessoal ao longo dos anos, através destes programas, em 2018 na Câmara Municipal fixaram-se cerca de 15 pessoas, devido ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, na Junta de Freguesia, 3 dos funcionários efetivos iniciaram a sua vinculação através destas medidas. Nas IPSS locais o panorama é idêntico mas em menor escala, no caso da IPSS 2, é

manifestado que a grande maioria dos seus 75 colaboradores efetivaram contrato através destas medidas e na IPSS1 assume-se que no passado foram fixadas no quadro de pessoal 5 pessoas através deste processo.

Relativamente à reação das pessoas quando lhes é proposta este tipo de resposta é geralmente bem aceite, porque vêm uma oportunidade de melhoria no futuro no entanto existem algumas exceções, que embora em número reduzido, mencionam por uma “*diferença de 180 euros não se justifica trabalhar*”. Assiste-se também nalguns elementos a aceitação do programa para não serem “*obrigados*” a ir tirar formação, normalmente esta postura é mais verificada em pessoas com mais de 50 anos. Por vezes solicitam opções de frequência dos programas em diferentes locais, e aí em rede procura-se ajustar a ambas as necessidades. Há também manifestações de aceitação diferente quando percebem a sua utilidade na ajuda aos outros, no entanto em relação a executar esses programas onde seja exigido o contacto direto com utentes (Lares, Apoio Domiciliário) sobretudo no que concerne à execução das higiènes pessoais, muitos retrocedem por receio “de acharem não serem capazes”.

Segundo os entrevistados, de modo geral, o sucesso das pessoas que se fixam deve-se essencialmente à vontade de trabalhar, ao empenho, ao respeito, à disponibilidade e dedicação demonstrada no decorrer do programa.

No que diz respeito aos obstáculos, são manifestados através da fraca compensação económica como fator motivador, processos mal encaminhados e articulados, incumprimento de regras básicas como a assiduidade, falta de motivação, inadaptação e resistência manifestada pelos beneficiários. O fator de escassez de transportes públicos ou de não terem licença de condução é também revelador e a impossibilidade de contratação das organizações, logo falta de oferta de mercado de trabalho.

A um nível mais social é mencionada a desestruturação familiar e a escassez de ferramentas básicas de suporte para triunfar.

Quanto à otimização destes programas de inserção social, os entrevistados destacam a importante e fulcral conjugação entre sistema central e local para que possa culminar as necessidades locais, promovendo a criação de maior estabilidade, relevam também, a importância do follow-up dos casos, criação de mais medidas de apoio financeira às Instituições e beneficiários que integrem os mesmos, a aposta nas bases mínimas das condições básicas humanas com verificação local proactiva dos processos, mais oferta de trabalho e mais capacitação adequada ao contexto real local e que suprimam as necessidades dos participantes, quer a nível pessoal quer financeiro.

Síntese das entrevistas aos beneficiários

Dos quatro formandos entrevistados, todos beneficiaram de programas de inserção profissional, e todos reagiram de forma positiva quando obtiveram a sua aprovação.

A média de duração destes programas para estes beneficiários rondou os 9 meses, embora haja um caso particular, manifesto de ciclo vicioso “toda a vida foi assim, nunca fiquei em lado nenhum, agora aguardo a reforma, que vai ser muito pouco”.

Assim como outro, que devido à idade aproximada da reforma e situação de saúde se manifestou com pouco interesse de procurar melhorar a sua situação laboral, no entanto quando lhes é questionado porque acham que não fixaram, estes mencionam que as organizações não podiam contratar mais pessoas pois não havia lugares no quadro por isso deveriam acabar com os CEI para obrigar as Organizações a fixar as pessoas.

Ambos estes casos mencionam que participaram na capacitação porque lhes ter sido proposto.

Outros casos manifestaram um evidente sucesso na procura de emprego após a capacitação, tendo um caso renovado o contrato e outro celebrado contrato, embora a tempo parcial na área do curso.

Segundo estes dois últimos casos a sua participação na capacitação serviu para aprender, poder melhorar a sua situação laboral, ou até, procurar uma nova oportunidade.

É manifestado também o fator de não terem licença de condução como limitativo na procura de emprego, sugerindo como estratégia a sua aquisição ser mais facilitada e mais económica, passando a ser visto como essencial.

Síntese do Plano de Observação Directa

Formando Observado	Alterações observadas	Não apresentou alterações ou não se conseguiu observar
F1	Aumento de esperança e auto-estima	
F2	Jovem que foi motivada pelo grupo na busca de novas áreas de formação (equitação)	
F3	Mudança para nova e melhor área no mesmo emprego	
F4	Renovação de CEI na mesma organização	
F5	Novo emprego e part-time temporário na área do Curso	
F6	Novo emprego mas não na área do curso	
F7	Encontra-se a concluir o 12.º ano e procurar novo emprego	
F8	Encontra-se a concluir o 9.º ano e procurar novo emprego	
F9		X
F10	Entrou num CEI na Junta de Freguesia	X
F11	Tirou a carta de condução e manifesta muita motivação para continuar estudos e ser requalificada no atual emprego	
F12	Encontra-se num novo emprego e inscreveu-se no Centro Qualifica para terminar o 12.º ano	
F13	Encontra-se num novo emprego (part-time) na área do curso	
F14	Encontrava-se a trabalhar na área do curso a frequentar um CEI mas terminou e foi dispensada	X
F15	Efetivou o contrato na área que tirou o curso	
F16	Já era efetiva na área que tirou o curso, no entanto foi convidada pelo formador para ingressar num novo projeto	
F17	Renovou o contrato na área do curso	
F18		X
F19		X

F20		X
F21	Renovação de CEI na mesma organização	X
F22	Renovação de CEI na mesma organização	X
F23	Novo emprego e part-time temporário na área do Curso	
F24		Baixa médica por operações, encontra-se a aguardar reforma antecipada (63 anos)
F25	Requalificou-se na Organização - IPSS	
F26	Mudou de emprego na área do curso	
F27	Mudou de emprego na área do curso	
F28	Mudou de emprego na área do curso	
F29	Renovou contrato na IPSS	
F30	Doença grave, encontra-se de baixa médica, não renovaram contrato	
F31	Novo emprego noutra área	
F32	Renovação de CEI na mesma organização até aguardar reforma (64 anos)	
F33	Novo emprego noutra área	
F34	Renovou contrato IPSS	

11 Considerações Finais

Tendo como tema principal “*A capacitação de pessoas em risco de exclusão social e a sua contribuição para o desenvolvimento local: O papel das Organizações de Economia Social no Concelho de Alpiarça*” dar-se-á início a esta reflexão procurando responder à questão de partida (“*Qual o impacto que a capacitação causou na vida das pessoas em risco de exclusão social, logo, no desenvolvimento local?*”). Sendo o desemprego uma preocupação global, e embora tenha manifestado um decréscimo nos últimos tempos, é importante manter e otimizar o empoderamento das pessoas e das organizações.

Constatou-se no estudo que a relevância da capacitação de pessoas em risco de exclusão social é unânime, quer na Rede Social, quer para os próprios beneficiários.

Através de um forte testemunho de anos de experiência de elementos da Rede Social relevou-se a necessidade de maior conjugação, articulação, sobretudo a nível financeiro com o sistema central, para que se torne exequível a atuação desejada das Autarquias Locais e assim conseguir-se apoiar as Organizações de Economia Social para que possam oferecer emprego, logo melhoria de qualidade de vida e combater a pobreza e exclusão social.

Nos inquéritos por questionário elaborados aos 34 inquiridos pôde-se apurar mudanças de vida significativas, a nível pessoal (motivação, auto-estima, esperança, confiança, coragem, assertividade), ii) social (relacionamento interpessoal, auto-regulação, altruísmo, cooperação, filantropia), iii) profissional (valorização pessoal, especialização, conhecimentos, networking), revelando o impacto que a capacitação atingiu. O registo no plano de observação vem por sua vez, reforçar esse impacto através da demonstração efetiva das melhorias/alterações de vida na vida deste grupo.

Salientamos que o índice de população activa baixo é propulsor em alguns casos de insucesso manifestados através fator da idade, sobretudo a partir dos 50 anos, onde se afirma que *“se é velho para trabalhar mas novo para reformar”*. Não é novidade que a população do sexo feminino para além de ser superior, seja a mais afetada tanto com a taxa de desemprego como com baixo índice de escolaridade, fator inibidor também para conseguir tirar a licença de condução, indicador que constatamos durante o estudo como referência para o combate ao desemprego. No entanto é o sexo feminino que demonstra grande frequência nestes cursos, sendo que devem ser desenhadas por forma a poderem adaptar-se às necessidades de emprego locais (terceiro sector). Não esquecendo que é uma zona rural com forte vertente agrícola, situação que ajuda no decréscimo do desemprego masculino, mas camufla a situação de emprego sazonal.

Importa referir que o mercado de trabalho na localidade se encontra em crescimento, o que poderá também contribuir para sanar a situação.

Podemos constatar que nesta realidade, os programas sociais de inserção demonstraram eficácia na medida em que facilitaram a fixação de pessoas num local de trabalho e apostam na capacitação, encaminhamento e follow-up dos beneficiários.

No decorrer das ações e do estudo apercebemo-nos que o mecanismo formativo é adequado e o Programa consegue ser bem-sucedido, cumprindo com os objectivos para que foi criado. Do ponto de vista organizativo, verifica-se que os reembolsos são lentos, atrasam os pagamentos aos formandos e formadores, e prejudicam os bons resultados alcançados com o processo formativo. Este aspecto deve ser revisto no futuro. Outro aspecto a rever é o dos valores aprovados para o cálculo dos custos de financiamento das partes intervenientes, daí resultando por vezes que as entidades formadoras tenham que recorrer a fundos próprios ou a empréstimos bancários para compensar as carências de fundos orçamentados para garantir uma formação de qualidade. Este aspeto é crítico porque verificamos que os bloqueios financeiros consomem tempo e recursos (às entidades formadoras) que prejudicam todo o processo de ensino-aprendizagem, desviando energias que poderiam e deveriam ser canalizadas para aperfeiçoar o ensino e o acompanhamento dos formandos.

Os resultados do estudo permitiram que as Organizações de Economia Social locais têm um papel muito importante no Concelho quer a nível de empregabilidade, quer a nível de atuação a nível da Rede Social. Mas importa evidenciar que as Autarquias Locais dão suporte essencial ao sucesso das mesmas.

O estudo poderia ser aprofundado com entrevistas aos restantes beneficiários de Rendimento Social de Inserção que participaram na capacitação, assim como aos beneficiários que não participaram em capacitações e ainda a um grupo de pessoas em risco de exclusão social, não beneficiárias, para se poder executar uma comparação mais real.

Seria interessante fazer-se este estudo noutros concelhos para haver uma análise mais profunda deste fenómeno.

12 Referências bibliográficas

ARPICA. Disponível em <http://www.arpica.pt/home/> (Acedido em janeiro de 2019)

Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 31, 22/8/2015. Disponível em <http://rotass.cnis.pt/wp-content/uploads/2018/10/BTE-n%C2%BA-31-de-2015-FNSTFPS.pdf> (Acedido em janeiro de 2020)

Canário, R. & Cabrito, B. (2005). *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*. Lisboa. Educa

Canário, R. (1999). *Educação de Adultos. Um Campo e uma Problemática*. Lisboa. Educa

Capacitação para a Inclusão. Disponível em <https://poise.portugal2020.pt/eixo-3>. (Acedido em janeiro de 2020)

Carrilho, T. (2008). *Conceito de parceria: três projetos locais de promoção de emprego*. *Análise Social*, XLIII,81-107.

Chíxaro, A. (2017). *A Importância das Instituições de Solidariedade Social para o Desenvolvimento Local: O Caso do Concelho de Santarém*. Dissertação de Mestrado. Santarém. Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém. Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social

Comité Económico e Social Europeu (2007). *A Economia Social na União Europeia*. Bruxelas. União. Disponível em <http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/eesc-2007-11-pt.pdf>. (Acedido em novembro de 2017)

Contrato de Inserção Profissional. Disponível em: <https://iefponline.iefp.pt/IEFP/eForms/medidasEmpregoInsercao2mais.jsp>. (Acedido em janeiro de 2019)

Contratos Locais de Desenvolvimento Social. Disponível em https://poise.portugal2020.pt/documents/10180/93941/Aviso_TO3.10_POISE-32-2019-17_v1.pdf/418c3b66-bc60-4198-82fe-73380ce9ddc1. (Acedido em fevereiro de 2020)

Dados de Número de Beneficiários de RSI em Portugal. Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+sexo-760>. (Acedido em janeiro de 2019)

Desenvolvimento Local – Observatório do Qren. Disponível em: https://www.google.pt/search?source=hp&ei=2N9NXluKBa2xgwe5xJIDg&q=desenvolvimentolocal&btnK=Pesquisa+Google&oq=desenvolvimentolocal&gs_l=psyab.3..0i13110

1557.7300..7645...0.0..0.167.2335.18j6....2..0....1..gswswiz.....0..35i39j0i0i131j0i67j0i10i67j35i304i39j0i8i13i30j33i160.uGHVvr3lunM. (Acedido em janeiro de 2019)

Deleeck, Helen. Disponível em

<http://www.centrumvoorsociaalbeleid.be/index.php?q=node/3283/en> (Acedido em fevereiro de 2020)

Dugtkin, L. (2006). *The Altruism Equation: Seven Scientists Search for the Origins of Godness*: Princeton. Princeton University Press

Estágios motivacionais. Disponível em

<http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/Dissuasao/Documents/LOID.pdf> . (Acedido em janeiro de 2020)

Fundação José Relvas. Disponível em <http://fundacaojoserelvas.pt/> . (Acedido em janeiro de 2019)

Graça, T. (2016). *O impacto dos Estilos de Liderança na Satisfação Profissional: Um estudo sobre IPSS do Distrito de Santarém*. Dissertação de Mestrado. Santarém. Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém. Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social

Geografia Humana em Alpiarça. Disponível em [https://www.cm-](https://www.cm-alpiarca.pt/concelho/estatisticas/censos/item/633-geografia-humana-censos-2011)

[alpiarca.pt/concelho/estatisticas/censos/item/633-geografia-humana-censos-2011](https://www.cm-alpiarca.pt/concelho/estatisticas/censos/item/633-geografia-humana-censos-2011)

(Acedido em Janeiro de 2020)

Goleman, D., Boyatzis, R., & Mckee, A. (2002). *Os novos líderes. A inteligência emocional nas organizações*. Lisboa: Gradiva

Karoff, H. (Ed.) (2004). *Just Money. A critique of Contemporary American Philanthropy*. Boston, MA: TPI Editions

Kohn, a. (1990). *No Contest. The Case Against Competition. Why we loose in our Race to Win*. New York: Houghton Mifflin Company.

Lei de Bases da Economia Social. (2013). Lei n.º 30/2013 de 8 de maio. Diário da República. 1.ª Série. N.º 88. (em linha). Lisboa. Disponível em: https://cases.pt/wp-content/uploads/Lei_de_Bases_ES.pdf (Acedido em dezembro de 2019)

Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Disponível em [https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/116068877/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2050%2F2018)

[/search/116068877/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2050%2F2018](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/116068877/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2050%2F2018) (Acedido em janeiro de 2020)

Lopes, A. (2002). *Globalização e Desenvolvimento Regional*. Revista Gestão e Desenvolvimento. RGD - Nº 011 (pp.9-25). Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social. Universidade Católica Portuguesa. Viseu

- Lopes, M. de Sousa (2008). *Animação sociocultural em Portugal*. Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural. Lisboa
- Lopes, J. (2012). *A (re) invenção do Local: o papel das Associações de Desenvolvimento Local e do programa LEADER*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra – Faculdade de Economia. Disponível em:
https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21380/1/Tese_Mestrado_M%C3%9A (Acedido em janeiro de 2019)
- Lopes, R. (2016) *Pré-Diagnóstico Social de Alpiarça*. Câmara Municipal de Alpiarça
- Lourenço, M. (2005). *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal*. Uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza. Direção Geral da Segurança Social
- Luz, Helena Amaro de & Albuquerque C. (2016) *Políticas Sociais em Tempos de Crise Perspetivas, Tendências e Questões Críticas*. Editora Pactor
- Martins, Constantino. (2000). *Políticas Sociais para a Inserção: Traços da Aplicação do RMG em Vila Nova de Famalicão*. IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra
- Matos, M. (2010). Política Social e Estado Providência. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9008/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Marta%20Matos.pdf>
(Acedido em janeiro de 2019)
- Nações Unidas (2015). *Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, New York: United Nations.
- Oliveira, P. M. (2013) *A influência do meio local nas dinâmicas de inovação do complexo agroalimentar do Vale do Tejo: análise e formulação de estratégias territoriais de ação coletiva*. Tese de Doutoramento. ISCTE. Lisboa. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6378/1/Tese%20FINAL%20ap%C3%B3s%20discuss%C3%A3o.pdf>.
(Acedido em janeiro de 2020)
- Praag, Bernard Marinus Siegfried Van. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Bernard_van_Praag. (Acedido em janeiro de 2020).
- Pedron, D. C. (2008). *Método de investigação – Estudo Caso*. Disponível em <https://www.iseq.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?fileId=16421&method=getFile>. (Acedido em fevereiro de 2020)
- Pereira, P., Dias, R. e Almeida. M. (2016) *“Autarquias locais: democracia, governação e finanças”*. Capítulo 1. Edições Almedina
- Pereirinha, J.A. (2008). *Política Social: fundamentos da actuação das políticas públicas*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Pina e Cunha, M., Rego, A., Campos e Cunha, R., & Cabral-Cardoso, C. (2003). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*. Lisboa: Editora RH
- Pobreza em Portugal. Disponível em <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>. (Acedido em janeiro de 2020)
- Pobreza envergonhada. Disponível em <https://www.diariodominho.pt/2019/03/25/pobreza-envergonhada-2>. (Acedido em fevereiro de 2020)
- Pordata. (2020). Dados de Número de Beneficiários de RSI em Portugal. (2019). Disponível em : <https://www.pordata.pt/Subtema/Municipios/Seg.+Social+++Benefici%C3%A1rios-240>. (Acedido em janeiro de 2020)
- Pordata (2019). Dados de Número de Beneficiários de RSI em Alpiarça. Disponível <https://www.pordata.pt/Portugal/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+sexo-760>. (Acedido em janeiro de 2019)
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva
- Redes Locais de Intervenção Social. Disponível em <http://www.seq-social.pt/redes-locais-de-intervencao-social-rlis>. (Acedido em janeiro de 2019)
- Santos, M. (2008) Estudo Caso e estudo qualitativo. A Universidade da Cultura e do Lazer. Tese de Mestrado. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/908/19/19%20-%20ficheiro%209%20cap%C3%ADtulo%204%20sobre%20a%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20emp%C3%ADrica.pdf>. (Acedido em fevereiro de 2020)
- Serrano, J. M. M. (2015). *As componentes educativa e cultural das organizações como fatores incrementais da cooperação interinstitucional e do desenvolvimento organizacional*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Évora: Universidade de Évora
- Spicker, P. (2014). *Social Policy: Theory and Practice*. Bristol (UK) : Policy Press
- Tabelas em Pivot. Disponível em <https://www.portal-gestao.com/artigos/8000-pivot-tables-an%C3%A1lise-din%C3%A2mica-em-excel.html>. (Acedido em janeiro de 2020)
- Taxas de Natalidade em 2019. Disponível em <https://www.sns.gov.pt/noticias/2019/04/26/natalidade-em-portugal-2019/> (Acedido em janeiro de 2020)
- Transferência de competências. Disponível em <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/transferencia-de-competencias/> (Acedido em fevereiro de 2020)

Teoria da Atenção de Darwin. Disponível em <https://kdfrases.com/frase/97491> . (Acedido em janeiro 2020)

Teoria de Comte. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Auguste_Comte . (Acedido em janeiro 2020)

Teoria de Freire. Disponível em https://books.google.pt/books?id=0XKOBAAAQBAJ&pg=PA232&lpg=PA232&dq=freire+1997+o+individuo+deve+investir+em+si&source=bl&ots=W_k4PqGp-8&sig=ACfU3U1o1EJAWdVrWJ_fENEuiRLiWeUXBA&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjP0qGq8_HnAhXITxUIHT3kDN4Q6AEwA3oECAkQAQ#v=onepage&q=freire%201997%20o%20individuo%20deve%20investir%20em%20si&f=false . (Acedido em janeiro 2020)

Teoria de Goleman. Disponível em <https://www.criandocomapego.com/frases-de-daniel-goleman-sobre-inteligencia-emocional/>. (Acedido em janeiro 2020)

Teoria de Herzberg. Disponível em <http://www.sobreadministracao.com/tudo-sobre-a-teoria-dos-dois-fatores-de-frederick-herzberg/> . (Acedido em janeiro 2020)

Villaverde, A. (2016) *As políticas sociais RSI e o PER, como instrumento de inclusão social das famílias ciganas*. Tese de Mestrado. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Wall, F. (2005). *A leading Primatologist Explains why we are, who we are. Our Inner Hape*. Riverhoods books. New York

Anexo A: Inquérito por Questionário



QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA CAPACITAÇÃO

Instruções de resposta ao questionário

Este questionário pretende fazer o levantamento das expectativas pessoais e profissionais face à formação de 300h que frequentou na área de Geriatria/Cozinha ou Cuidador de Crianças e Jovens, desenvolvida pela AIDIA e FHA no Concelho de Alpiarça, este questionário pretende ainda avaliar os conhecimentos, dando especial atenção ao estado motivacional do formando no final da capacitação e como esta contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Com a honestidade da sua resposta contribuirá para a avaliação do impacto deste tipo de formação na localidade de Alpiarça.

Não há respostas certas ou erradas relativamente às questões, pretende-se apenas a sua resposta sincera.

Este questionário é **confidencial**. O tratamento de dados será analisado numa forma global; logo será mantido no anonimato a nível individual.

1. CARATERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

1.1. IDADE

Menos de 30 anos

De 30 a 40 anos

De 40 a 50 anos

Mais de 50 anos

1.2. GÉNERO

Feminino

Masculino

1.3. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Não completou o 1.º ciclo

1.º ciclo

2.º ciclo

3.º ciclo

Secundário

Superior

1.4. Já alguma vez usufruiu de um programa de Rendimento Social de Inserção (RSI), Medidas Emprego - Inserção (CEI e CEI+) ou Programas Ocupacionais POC?

SIM

NÃO

1.4.1. Se respondeu sim, quantas vezes?

1 vez	
2 vezes	
3 vezes ou mais	

1.4.2. Quanto tempo beneficiou desses programas ou medidas?

Menos de 6 meses

6 meses	
6-12 meses	
13-18 meses	
19-24 meses	
Mais de 2 anos	

1.5. Onde realizou esses programas?

IPSS

CÂMARA MUNICIPAL	
JUNTA DE FREGUESIA	
OUTRO LOCAL	

1.6. Tempo de duração desses programas:

IPSS

CÂMARA MUNICIPAL	
JUNTA DE FREGUESIA	
OUTRO LOCAL	

2. A CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO

2.1. Costuma participar em cursos/formações?

SIM

NÃO	
-----	--

2.2. Se respondeu sim, em quantos já participou:

1	
2	
3 ou mais	

2.3. Dos cursos em que participou quantos concluiu?

1	
2	
3 ou mais	

2.4. Atividade Profissional desempenhada:

Trabalha na área do curso que frequentou	
Pretende vir a trabalhar na área do curso que frequentou	
Outra. Especifique:	

2.5. Motivos pelos quais considerou importante, para si, a frequência neste curso?

Resolução de problemas e dúvidas que tinha no seu desempenho

Possibilidade de arranjar emprego na área	
Aperfeiçoamento de conhecimentos e competências	
Aquisição de novos conhecimentos e/ou competências	
Progressão (ficar efetivo ou mudar de categoria, e.g.) na carreira profissional	
Especialização numa certa área	
Mudança de atividade profissional	
Aumento das possibilidades de emprego	
Valorização pessoal	
Aumento salarial	

3. ESTADO MOTIVACIONAL

3.1. Quando iniciou o curso estava com vontade, motivado(a)?

Não, nada

Muito pouco	
Pouco	
Mais ou Menos	
Sim	
Muito	

3.2. Durante o decorrer do mesmo (300 h) nalgum momento pensou em desistir?

Não, nunca

Poucas vezes	
Algumas vezes	
Muitas vezes	

3.3. Se pensou em desistir, indique o(s) motivo(s):

Os temas não interessam

Não gostou da área	
O curso não me vai valer de nada no futuro	
Dificuldade em gerir horários com a rotina diária	
Outras razões. Especifique, por favor:	

3.4. Pensou em desistir, mas conseguiu concluir?

SIM

NÃO	
------------	--

3.5. O que o motivou a ficar?

A possibilidade de entrada no mercado de trabalho

A possibilidade de ser requalificado	
Turma	
Formador	

Outras razões. Especifique, por favor:

3.6. Agora com o curso concluído, houve alterações na sua vida?

SIM

NÃO	
------------	--

3.6.3. Se respondeu sim, por favor indique qual (ou quais):

Conseguiu emprego na área do curso

Conseguiu emprego noutra área, que não a do curso	
--	--

Mudou de emprego, na área do curso	
---	--

Mudou de emprego, mas não na área do curso	
---	--

Procurou novas hipóteses na área do curso	
--	--

Procurou novas hipóteses noutras áreas	
---	--

Requalificou-se	
------------------------	--

3.7. Se arranjou ou mudou de emprego, foi no Concelho de Alpiarça ou perto?

SIM

NÃO	
------------	--

3.8. Acha que a participação neste curso contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal?

SIM

NÃO	
------------	--

3.9. Se respondeu sim, por favor especifique, o que notou em si:

Melhoria de auto-estima

Aumento de confiança	
-----------------------------	--

Aumento de coragem	
---------------------------	--

Aumento de assertividade	
---------------------------------	--

Melhoria em relacionamento interpessoal	
--	--

Aumento de auto-regulação	
----------------------------------	--

Aumento de esperança	
-----------------------------	--

Outros. Especifique, por favor.	
--	--

3.10. Acredita que ainda poderá trabalhar na área da formação que frequentou?

SIM

NÃO

3.11. Se já trabalhou, trabalha ou gostaria de trabalhar numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS - Fundação, Lar, Jardim de Infância...) quais as razões pessoais que a motivaram ou motivam?

Antecedentes e experiências de vida

Valorização pessoal

Valorização profissional

Valores com que me identifico

Dar assistência a pessoas vulneráveis

Vontade de assumir riscos pessoais/profissionais

Novos desafios para a minha vida

Necessidade de fazer algo que valorize as pessoas

Trabalhar em prol da comunidade

Oportunidade que surgiu

3.12. O curso de formação que frequentou permitiu-lhe melhorar o seu trabalho em equipa?

SIM

NÃO

3.13. O curso de formação que frequentou despertou-lhe a necessidade de dar mais atenção aos pormenores?

SIM

NÃO

3.14. Sente que o curso o/a ajudou a fazer novas amizades?

SIM

NÃO

3.15. Sente que o curso o/a ajudou a interessar-se mais pela ajuda ao próximo?

SIM

NÃO

4. Experiência Profissional

Durante a sua experiência profissional em IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) como avalia o ambiente de trabalho?

4.1. Senti-me bem recebido na Instituição?

SIM

NÃO

4.2. As/Os colegas de trabalho mostraram-se disponíveis para me ajudar?

SIM

NÃO

4.3. O horário de trabalho não compromete/comprometia a minha vida pessoal.

SIM

NÃO

4.4. O/A chefe era sensível aos meus problemas.

SIM

NÃO

4.5. Participei periodicamente em reuniões de trabalho.

SIM

NÃO

4.6. Gostaria de voltar ou continuar a trabalhar numa IPSS?

SIM

NÃO

O seu contributo foi muito importante para a realização deste estudo.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Vanessa Nalha

Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social

Anexo B: Termo de Autorização



Termo de autorização

Declaro, para os devidos efeitos legais, que autorizo a utilização das gravações de voz captadas durante as entrevistas realizadas, *exclusivamente* para o trabalho de investigação “**A capacitação de pessoas em risco de exclusão social e a sua contribuição para o desenvolvimento local: O papel das Organizações de Economia Social no Concelho de Alpiarça**” no âmbito do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social da Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém. As gravações de voz poderão ser reproduzidas parcialmente, ou na sua totalidade, em qualquer suporte (papel, digital).

Por ser verdade, e por nada haver a obstar, esta declaração vai ser assinada.

.....

Nome _____, portador(a) do documento de identificação com o nº _____.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____

Assinatura _____

Anexo C: Guião de Entrevista a Formandos



Guião de entrevista para dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações da Economia Social

Entrevista a beneficiários

- Apresentação da investigadora e objetivos da entrevista;
- Compromisso ético e deontológico, assinatura do termo de autorização para gravação da entrevista;
- Abordar questões que permitam identificar a regularidade de frequência desses programas;
- Abordar questões que permitam identificar a regularidade de frequência em capacitações/cursos;
- Quais os obstáculos mais relevantes que impossibilitam a sua integração;
- Quais as vantagens mais relevantes que possibilitaram a sua integração?

Questões orientadoras

1. Já beneficiou de algum programa de inserção social? Se sim, qual?
2. Como reagiu quando aprovaram o seu RSI, CEI+?
3. Durante quanto tempo?
4. Foi integrado/a onde?
5. O que sentiu?
6. Durante quanto tempo?
7. Como correu?
8. Tem formação na área ou gostava de ter?
9. Acha importante ter ou ter tido formação na área,
10. Acha que isso aumentaria as suas hipóteses de se integrar?
11. Conseguiu fixar-se no quadro de pessoal?
12. Se sim, o que acha que foi relevante para ficar?
13. Se não, quais os obstáculos mais relevantes que impossibilitaram a integração?
14. O que acha que poderia fazer para melhorar esta situação?
15. A seu ver, o que poderia ser melhorado na execução desses programas?

Agradecimento pela colaboração

Anexo D: Guião de Entrevistas a Rede Social



Guião de entrevista para dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações da Economia Social

Entrevista a Rede Social

- Apresentação da investigadora e objetivos da entrevista;
- Compromisso ético e deontológico, assinatura do termo de autorização para gravação da entrevista;
- Abordar questões que permitam identificar o número de pessoas a beneficiar de algum Programa de Inserção Social;
- A existência de colaboradores que iniciaram dessa forma e que se conseguiram fixar no quadro de pessoal;
- Quais os obstáculos mais relevantes que impossibilitam a sua integração;

Questões orientadoras

1. Qual a sua função nesta Organização?
2. Há quanto tempo desempenha essa função?
3. Neste momento quantas pessoas tem na sua organização a beneficiar de programas de inserção social?
4. Como reagem as pessoas à adesão desse tipo de programa?
5. E quando lhes é proposto um local para realização do programa?
6. Quais os comportamentos manifestados com maior frequência?
7. Considera a capacitação/formação dessas pessoas importante?
8. Dos beneficiários dessas medidas alguns conseguiram fixar-se no quadro de pessoal?
9. Consegue dar uma estimativa desses casos?
10. Na sua opinião, a que se deve esse sucesso?
11. Quais os obstáculos mais relevantes que impossibilitam a integração destes beneficiários?
12. O que acha que poderia otimizar a inserção de pessoas em risco de exclusão social?

Agradecimento pela colaboração